



# RELATÓRIO ANUAL 2020



# PARA CUIDAR DO FUTURO, **JUNTOS**

O Relatório Anual de Informações 2020 Prece traz “Cuidar do Futuro” como tema para representar a atitude que permeia todas as nossas ações, programas e projetos. Uma atitude coerente com nossa missão de oferecer soluções criativas na administração de planos de previdência privada, alinhados a uma gestão eficiente, ética e transparente. Nesta publicação, consolidamos os principais números, como balanços, demonstrações financeiras e resultados do ano de 2020. A cada capítulo, um cuidado se faz presente, mostrando como, por meio do aprimoramento de processos e da busca contínua da excelência, poderemos, juntos, cuidar do futuro e oferecer um amanhã melhor para todos.

Boa leitura!





**4** MENSAGENS DA DIRETORIA EXECUTIVA

**15** MISSÃO, VISÃO E PRINCÍPIOS

**16** CONSELHOS

**17** DESENVOLVIMENTO HUMANO

**22** INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

**86** PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

**90** PLANOS PRECE I E II

**154** PLANO PRECE III

**185** PLANO PRECE CV

**227** PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES

**237** GLOSSÁRIO

## MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2020 marcou a vida de todos nós como um dos mais desafiadores e transformadores da história mundial. Um ano totalmente impactado por uma pandemia global e por todos os seus desdobramentos que incluem o luto de muitas famílias, a instabilidade econômico-financeira mundial, a corrida por uma vacina em tempo recorde, e a constante reflexão sobre a maneira como temos nos relacionado uns com os outros e com nosso planeta. Mesmo com tudo isso, foi um ano transformador para a história da gestão administrativa da nossa entidade.

No último dia útil do mês de março de 2020 cheguei a entidade, juntamente com a atual Diretora de Seguridade Príssila Camacho, para compor o time de diretores, na posição de Diretor Presidente. Naquele momento a organização mundial de saúde já havia recomendando a utilização dos protocolos de segurança e principalmente o distanciamento social, que incluía o home office, até o momento nunca praticado pelo time de colaboradores da Prece. Em meio a essa nova realidade, além todos os desafios inerentes a um processo de transição na gestão, nós reorganizamos a operacionalização de nossos processos internos, principalmente aqueles voltados ao atendimento dos participantes e assistidos, de forma a garantir que os mesmos não fossem impactados. Aliás, 2020 foi um ano que, mesmo à distância, investimos recursos e esforços para estar cada vez mais perto de nosso participante. Reformulamos todos os sistemas e canais



### EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS DIRETOR PRESIDENTE



*“A atividade operacional da Prece, obteve imensuráveis ganhos no que tange ao uso das tecnologias. As entendemos como aliadas do processo de transformação que o mundo e a previdência complementar iriam passar”*

## PRECE PREVIDÊNCIA

de atendimento, ampliamos nossas estratégias de comunicação online através de e-mails marketing, sms, whatsapp e criamos um website totalmente reformulado, convidativo, acessível, transparente e cheio de funcionalidades que permite maior interação com os beneficiários, através de acesso a suas informações de forma individualizada.

Dentre os primeiros atos da nova gestão, esteve a estratégia de expansão dos empréstimos, com taxas ainda menores e prazos maiores para pagamento, que buscou prestar assistência financeira aos participantes e assistidos em um momento tão crítico e adverso. Disponibilizamos as concessões de empréstimo nesse período para serem realizadas 100% online, na “área do participante”, disponível no website. A campanha foi um sucesso, superando a marca de R\$ 68 milhões em empréstimos concedidos, levando auxílio financeiro para mais de 1.300 participantes e assistidos.

A atividade operacional da Prece, obteve imensuráveis ganhos no que tange ao uso das tecnologias. As entendemos como aliadas do processo de transformação que o mundo e a previdência complementar iriam passar e adotamos um modelo de gestão mais intensivo em sistemas, na busca da otimização dos processos e a constante redução de custos. Dessa forma, além de disponibilizar acesso

remoto à todos no período de pandemia, implementamos um sistema voip de atendimento que permitiu aos colaboradores a utilização de seus ramais no próprio telefone celular; também criamos uma nova intranet com conteúdo para difusão da comunicação interna proporcionando maior sinergia nos trabalhos, abrimos canais de comunicação e denuncia para uso dos nossos colaboradores e; iniciamos o projeto de aquisição de um sistema ERP - Enterprise Resource Planning, que visa integrar todas as atividades operacionais da entidade de forma automatizada.

É importante mencionar que todo esse conjunto de significativas melhorias que ocorreram no ano de 2020, não representaram qualquer oneração aos recursos dos planos de benefícios sob gestão. As medidas se deram através da devida e intensiva revisão orçamentária, onde reavaliamos e redimensionamos a totalidade dos contratos existentes.

No que se refere aos recursos sob gestão, no ano de 2020, os ativos que compõem a carteira de investimentos dos planos de benefícios da Prece tiveram seus retornos altamente impactados, principalmente nos primeiros meses de pandemia no Brasil. No entanto, também foi possível observar a consolidação da estratégia que vem sendo adotada pela gestão dos investimentos da Prece nos últimos anos, através da recuperação dos resultados da carteira nos meses posteriores. Ainda sobre os ativos da carteira, através de um processo de adequação normativa – SPC N° 34, a nova gestão da Prece, junto aos times técnicos de investimentos e controladoria, promoveram o reenquadramento do segmento dos ativos imobiliários dos Planos PRECE I e II, que há anos se apresentava desenquadrado. Com isso evitamos a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao regulador, que já era previsto para o meado de 2020. Cabe ainda mencionar, acerca dos investimen-

## PRECE PREVIDÊNCIA

tos, que esse foi um ano de colheita dos resultados para as estratégias de recuperação e renegociação de ativos ilíquidos e em default, que compõem nosso portfólio, herdado de gestões anteriores a 2007.

Essa diretriz de recuperação de valores sempre foi muito trabalhada internamente, numa atividade em conjunto das áreas jurídica e de investimentos, e com a chegada da nova gestão essa tarefa teve mais respaldo e ficou ainda mais forte e latente.

Desse modo, a assessoria jurídica aprimorou a estratégia junto aos escritórios de advocacia que representam a Prece para refinar todos os processos em que seria possível a realização de acordos ou execução dos valores devidos, recuperando e repondo valores para os patrimônios dos planos de benefícios existentes, mas sempre mantendo a prudência, diligência e responsabilidade, e principalmente, respeitando o dever de fidúcia de seus gestores perante os participantes.

Para ilustrar essa diretriz traçada, podemos apontar as renegociações de ativos ilíquidos e em default, herdado de gestões anteriores trazendo um êxito para a Prece em torno de 50 milhões, e ainda, confiante para o futuro numa recuperação de mais 150 milhões.

Além dos ganhos financeiros, obtivemos ganhos em nossa estrutura de governança através da

descentralização de responsabilidades que há anos estavam sobre um gestor pessoa física (PF) sendo transferida para um gestor pessoa jurídica (PJ), neste caso, a própria Prece. Esse movimento foi operacionalizado junto a outra mudança significativa de alteração dos prestadores de serviço de custódia e administrador dos fundos, que a partir de janeiro de 2021 passou a ser realizados pelo Banco BTG Pactual.

Sobre expressivas modernizações de processos, citamos também os avanços na implementação de reuniões online para os nossos colegiados (Conselhos Fiscais e Deliberativo e Diretoria Executiva), além de, políticas de digitalização de documentos internos e criação de ambientes de rede para disponibilização de conteúdo representaram agilidade e redução de custo. Uma nova intranet para divulgação das normativas internas, um canal de denúncia externo para apurar inconformidades éticas e um canal de comunicação interno exclusivo para captar dúvidas, sugestões e elogios dos colaboradores foi implementado. No que tange aos colaboradores, foi realizado ainda uma pesquisa de clima para entender, junto ao time da Prece, quais as melhorias são requeridas para aumentar a qualidade no ambiente de trabalho e, conseqüentemente, a produtividade dos colaboradores.

Tivemos também dentre os projetos de reestruturação e modernização da Prece, a realização da terceirização da folha de pagamento dos colaboradores. Com a decisão estratégica de trazer uma empresa especializada foi possível uma otimização do tempo, redução nos custos, além da aplicação de procedimentos específicos, resultando em melhor aproveitamento dos recursos humanos da empresa, propiciando maior eficiência da área de gestão de pessoas.

Este ano também foi marcado pelas atualizações normativas que regem o nosso segmento, e o time de compliance da Prece trabalhou para garantir a conformidade na adequação as novas regras, como exemplo Resolução nº 32, a instrução Previc nº 31, e do forte do trabalho desenvolvido na implantação da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados – onde, criamos um treinamento interno, inclusão de cláusula LGPD nos contratos vigentes de prestadores de serviços, nova política de tratamento de dados, termo de confidencialidade junto aos colaboradores e dirigentes, alterações de processos internos entre outros.

Enfim, as modernizações promovidas na Prece no ano de 2020, alcançaram de forma especialmente positivas os planos de benefícios geridos pela entidade, através do principal projeto, a Estraté-

## PRECE PREVIDÊNCIA

gia Previdenciária. Esta traz significativas melhorias e benefícios para os Planos Prece III e CV, inclusive já aprovadas pela Previc e em vigência; e contempla também a migração dos beneficiários dos Planos Prece I e II para um novo plano, prevista para ocorrer no segundo semestre de 2021.

Desta forma, mesmo diante de todas as situações e cenários adversos que se apresentaram ao longo do ano, encerramos 2020 com um saldo positivo de ações relativas a gestão da nossa entidade e dos planos que administramos

e, acima de tudo, com a sentimento de dever cumprido junto aos nossos participantes, assistidos, colaboradores, patrocinadores, parceiros comerciais e nosso regulador. Seguimos para o próximo ano certos de que estamos no caminho da produtividade, da segurança e do engajamento para garantir o melhor para a Prece e todos aqueles que são alcançados por ela.

## MENSAGEM DA DIRETORIA

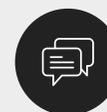
O ano de 2020 foi um dos mais difíceis das últimas décadas. Dito isto, desde o final de 2019 vivia-se sob a expectativa do desenrolar do surto que se alastrava pela China. A visão à época era que o coronavírus se restringiria a uma epidemia pelo continente Asiático e por ali parasse. Entretanto, infelizmente, não foi o que aconteceu e o risco potencial, dentro de um cenário com a economia global já deteriorada, era altíssimo. Com isso, o ano foi todo da Covid -19 e os impactos relacionados a ela. Governos implementaram medidas de afastamento social, expansões fiscais, com os auxílios emergenciais em níveis nunca vistos e além disso, os bancos centrais realizaram uma expansão monetária e creditícia por todo mundo. Essas políticas visaram o aquecimento econômico, ou seja, uma forma de reduzir as perdas econômicas e sociais provenientes da pandemia.

Foi só com o surgimento de notícias de que as vacinas estariam muito próximas de serem anunciadas que o horizonte começou a nos proporcionar um futuro com menos incertezas e com isso, o reaquecimento endógeno da economia. No entanto, o que não poderia acontecer, é o que estava se construindo ao final do ano de 2020, ou seja, mais uma onda da covid-19.

Mesmo diante deste cenário tormentoso, os planos conseguiram atravessar com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada, fruto das estratégias de alocação elaboradas pela



### ANTONIO CARNEIRO ALVES DIRETOR DE INVESTIMENTOS



*É imperioso destacar que, mesmo com essas perdas, os investimentos de todos os planos de benefícios, atingiram rentabilidades positivas no ano.*

## PRECE PREVIDÊNCIA

gestão de investimentos em consonância ao Plano de Ação da Diretoria de Investimentos – DINV. Vale lembrar aqui que o Plano DINV contempla, entre outras estratégias, a venda dos ativos ilíquidos, a negociação dos ativos em default e a constante busca pela liquidez em ativos/fundos com potencial de retorno superior às metas atuariais dos planos.

Dentre as operações de maior relevância favorável aos bons resultados obtidos, está a negociação da dívida da CCB Raesa – ativo sem liquidez e que estava totalmente provisionado para a perda. Ao longo do ano, foram realizados pagamentos mensais, que somaram um valor de R\$ 16,2 milhões. Além disso, podemos destacar o recebimento da dívida antecipada da Sanesalto Saneamento S.A., recuperando aproximadamente R\$ 8,2 milhões. Em março de 2020, a Diretoria de Investimentos conseguiu obter êxito na ratificação de um acordo para alienação das ações da Elekeiroz S.A., recuperando mais de R\$ 2,3 milhões e por fim, podemos salientar os recebimentos na ordem de R\$ 12,2 milhões, provenientes de uma vitória judicial sobre a Vale, com isso, atingimos a recuperação de mais de 40 milhões de reais. Essas frentes de estratégias possibilitaram aumentar a liquidez e reaver valores dos planos de benefícios do PRECE CV e PRECE I e II, principalmente em face ao ano trágico que foi 2020.

Quanto à seleção dos ativos da carteira de investimentos no ano de 2020, a estratégia adotada reafirma o compromisso da gestão com a mitigação dos riscos de liquidez, crédito e com o propósito de superação das metas atuariais. Os planos PRECE I e II finalizaram o ano com rentabilidade de 0,53% e O PRECE CV alcançou uma rentabilidade de 3,99%. No entanto, o plano o maior destaque é do PRECE III, cuja rentabilidade foi de 10,03%, bem acima da meta de gestão, de 2,76%, conseguindo, através de uma posição resiliente, extrair valor inclusive da renda variável, segmento que foi mais impactado negativamente no ano de 2020. As principais estratégias de alocação praticadas ao longo desse ano foram: a gestão de Títulos Públicos Federais dentro da capacidade de liquidez dos planos; a manutenção e realocação dos recursos dentro da estratégia de renda variável; e o aumento da diversificação da carteira de ativos, através da alocação em Fundos de Multimercado (FIM) e de ativos de renda fixa, via fundos de inflação e de crédito privado.

Infelizmente, a pandemia e outros empecilhos intrínsecos a Prece, aumentaram a necessidade de liquidez dos planos de benefícios, forçando o desinvestimento em ativos com bons potenciais de retorno, porém com alta volatilidade. Destacando ainda, que por força de lei, a PRECE reavaliou os

imóveis presentes na carteira imobiliária da entidade, gerando uma perda de cerca de 40 milhões de reais do patrimônio, e além disso, devido a legislação vigente, reavaliamos dois ativos, acarretando em mais uma perda de cerca de 20 milhões de reais. Por fim, também por força da legislação, realizamos ajustes contábeis que perfizeram uma perda de aproximadamente 30 milhões, dessa forma, apenas por forças externas a gestão da Prece, realizamos uma perda de aproximadamente 100 milhões de reais. É imperioso destacar que, mesmo com essas perdas, os investimentos de todos os planos de benefícios, atingiram rentabilidades positivas no ano.

Internamente, a Diretoria de Investimentos investiu ainda mais no segmento de Governança de Investimentos, visando o contínuo aperfeiçoamento do monitoramento, a autorregulação e adequação às normativas vigentes. Dito isto, podemos destacar o incremento do controle e blindagem no processo de investimento e desinvestimento, como também a criação do manual de seleção e acompanhamento dos fundos de investimento presentes em carteira. O aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos é um processo contínuo dentro da PRECE, que avançará ainda mais com o Manual supramencionado, na direção da transparência e blindagem para as partes relacionadas com a Fundação

## PRECE PREVIDÊNCIA

e da consistência técnica das tomadas de decisões, aumentando a segurança das operações e, portanto, trazendo maior proteção para o capital dos participantes.

Para 2021 esperamos novos desafios muito importantes. Com a pandemia alcançando números assustadores e o isolamento social se estendendo por muitos meses, existe a preocupação não só quanto ao impacto econômico que isso irá gerar. Portanto, não só a Prece, como toda a indústria de Fundos de Pensão teve e terá que agir com extrema cautela para lidar com a incerteza deste cenário.

Com isso, o plano de ação DINV para o biênio 2021 – 2022 foi estruturado de forma a reforçar a importância do gestor de diversificar a carteira de investimentos em diversos segmentos, buscando gerar retornos superiores às metas atuariais dos planos de benefícios. Destaca-se que a equipe de investimentos continuará com a estratégia agressiva de venda dos ativos ilíquidos e negociação dos ativos que já se encontram em default, para que, por fim, possamos alcançar a recuperação dos valores de direito dos respectivos planos de benefícios.

Por fim, uma vez ponderados a decisão de manutenção da estratégia de recuperação de ativos defaultados, venda dos ilíquidos e o cenário macroeconômico que nos encontramos inseridos, devemos salientar que através desse novo plano de ação a Diretoria de Investimentos buscará incansavelmente, independente do cenário macroeconômico que se apresente, a amenização da contribuição extraordinária dos planos deficitários e a valorização da cota, com intuito de aumentar satisfação e a confiança dos participantes e assistidos na gestão dos recursos da entidade.

Desejo a todos um bom ano com muita saúde.



## MENSAGEM DA DIRETORIA

Em março de 2020 iniciei minha gestão na Diretoria de Seguridade em um momento extremamente crítico. Estávamos no início da pandemia do coronavírus, com rígidas medidas de distanciamento decretadas e, naquele momento, a prioridade da Diretoria foi estruturar a equipe para o trabalho remoto, mantendo o atendimento aos nossos quase 10 mil participantes.

Neste sentido, a equipe técnica da Diretoria, com muito empenho e compromisso, se organizou para o atendimento de forma integralmente on line, por meio telefônico e demais canais eletrônicos, como e-mail e whatsapp. Durante todo este ano atípico, o atendimento foi garantido, possibilitando a adesão de novos participantes, a concessão de novos benefícios e demais institutos, bem como o pagamento dos benefícios sem qualquer intercorrência.

Pensando em nossos participantes e assistidos, e nas dificuldades que poderiam estar enfrentando em razão da crise financeira ocasionada pela pandemia, a Entidade implementou um projeto de concessão de empréstimos com prazos estendidos e taxas reduzidas. O projeto foi bem sucedido e conseguimos alcançar um grande número de interessados com esta oportunidade. Além de atender aos anseios de nossos participantes, asseguramos boa rentabilidade para o patrimônio dos planos com esta operação.

A Estratégia Previdenciária também obteve grande avanço em 2020. Conforme vem sendo comu-



### PRÍSSILA CRISTINA CAMACHO MARTINS DIRETORA DE SEGURIDADE



*A Diretoria seguiu investindo no estreitamento da sua relação com os participantes, buscando uma comunicação mais transparente, eficiente e efetiva. Neste período foram registrados, pelos diversos canais, cerca de 27 mil atendimentos.*

## PRECE PREVIDÊNCIA

nicado, a PRECE apresentou à PREVIC propostas de alteração regulamentar de todos os planos de benefícios oferecidos pela Entidade. O objeto da Estratégia é equacionar os problemas de liquidez dos planos PRECE I e II e mitigar riscos atuariais no plano PRECE CV, além de inserir melhorias em todos os regulamentos, tornando os planos mais modernos, flexíveis e vantajosos para participantes e assistidos. Neste sentido foram aprovados os novos regulamentos para os planos PRECE CV e PRECE III em novembro último, e implementada, ainda em dezembro, a primeira ação da Estratégia, consistente na abertura da possibilidade de alteração do percentual de contribuição pelos participantes do PRECE III.

A Diretoria seguiu investindo no estreitamento da sua relação com os participantes, buscando uma comunicação mais transparente, eficiente e efetiva. Neste período foram registrados, pelos diversos canais, cerca de 27 mil atendimentos. Foram também implementadas inúmeras melhorias tanto na área aberta do site, como na área restrita. No site, que em 2020 passou a contar com um layout muito mais moderno e funcional, foram disponibilizados materiais explicativos e informações relevantes sobre cada plano. Além disso, sendo aderentes a nova realidade do mercado, implementamos o processo de adesão online e também a ferramen-

ta do simulador de adesão, que auxilia a tomada de decisão do futuro participante. Junto a isso, várias melhorias foram implementadas na área restrita, como a inclusão do extrato individual, histórico de rentabilidade do plano, simulador de benefício, dentre outros.

Nas páginas seguintes deste relatório buscamos apresentar, à todos vocês que confiam seu futuro à PRECE, uma prestação de contas da nossa gestão, com números e informações consideradas relevantes. Contudo, o que temos de mais relevante a dizer, é sobre nosso compromisso em realizar o melhor trabalho possível, buscando atender aos interesses de nossos participantes e lhes proporcionar uma aposentadoria segura.



## MENSAGEM DA DIRETORIA

Em 23 de dezembro de 2020, fui agraciado com a escolha democrática de nossos participantes para assumir a prestigiosa vaga de Diretor Administrativo Financeiro, sendo assim pela primeira vez, pude compor o quadro da Diretoria Executiva da PRECE. Sendo participante da PRECE, desde 07/12/1990, e ter representado os nossos participantes no Conselho Deliberativo ao longo de quatro anos, trago para o ambiente da executiva os olhos e ouvidos treinados de quem conhece as reais necessidades de nossos assistidos, pensionistas e participantes ativos.

Ao longo de meu processo de habilitação junto a PREVIC, pude acompanhar e me interar sobre as atividades desenvolvidas no que tange principalmente a gestão administrativo-financeira da entidade e com grande alegria pude constatar que ao longo de 2020, todo esforço diretivo e técnico logrou grandes êxitos nos resultados econômicos e contábeis da PRECE.

Verifico, mesmo mediante ao momento pandêmico que a humanidade atravessa, baseada em um binômio de fácil entendimento, onde a transparência é somada a simplicidade, que a PRECE, conseguiu elevar sua qualidade técnica alinhada à redução de despesas administrativas, o que traduz em termos econômico-financeiros, um ganho real de eficiência atrelada às atividades operacionais.

Assumo a nova posição de Diretor, com a missão de manter o foco no binômio apresentado acima,



### VALDEMIR LUIZ DE CARVALHO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO



*Ao longo de meu processo de habilitação junto a PREVIC, pude acompanhar e me interar sobre as atividades desenvolvidas no que tange principalmente a gestão administrativo-financeira da entidade e com grande alegria pude constatar que ao longo de 2020, todo esforço diretivo e técnico logrou grandes êxitos nos resultados econômicos e contábeis da PRECE.*

## PRECE PREVIDÊNCIA

visando resultados tão expressivos quanto aos vistos nos resultados de 2020, onde poderemos observar que a redução de despesas administrativas no comparativo de 2020 X 2019, foi de 23,21% o que representa em termos nominais uma economia total de R\$ 5,368 milhões aos planos de benefícios (“bolso do participante”).

Tendo em vista que a Diretoria Administrativa Financeira (DIRAF) tem grande responsabilidade em dirigir, orientar e acompanhar todo o andamento das atividades da Gerência Administrativa e da Gerência de Controladoria da PRECE, o que engloba diversas complexidades, como o controle de patrimônio, suprimentos e logística, a manutenção predial da sede, a supervisão e a coordenação dos serviços terceirizados de limpeza e vigilância, e os processos de proposição e execução orçamentária, ao representar nossos participantes, buscaremos incansavelmente a manutenção do processo de incremento de eficiência, buscando junto ao mercado soluções que garantam a sustentabilidade de nosso Fundo de Pensão, sendo essas soluções sinérgicas em novas fontes de custeio administrativo ou em novas reduções de despesas administrativas com incremento de novas tecnologias.

Em 2021, pelos motivos expostos anteriormente, estão na agenda da DIRAF, a manutenção

do processo de controle da execução orçamentária, apresentar à Diretoria Executiva propostas que garantam novas economias sinérgicas em redução de despesas e novas fontes de receitas administrativas diretas ao Plano de Gestão Administrativa e garantir medidas que atribuam economicidade e melhor destinação de recurso administrativo para os grandes projetos da PRECE, como por exemplo, a finalização do projeto de migração, segregação real de ativos e a obrigação da constituição de CNPJ por plano.

Por fim, ao representar o participante no âmbito da diretoria executiva, envidaremos todos os esforços possíveis para garantir a melhor destinação dos recursos administrativos a fim de que a PRECE possa manter sua saúde financeira e cumprir todos os seus compromissos legais e fiduciários junto aos órgãos reguladores e participantes.



# PRECE

## Previdência

## MISSÃO

Oferecer soluções criativas na administração de Planos de Previdência Privada.

## VISÃO ESTRATÉGICA

Ser reconhecida como referência nacional dentre as Entidades Fechadas de Previdência Privada multi-patrocinadas.

## PRINCÍPIOS

- Satisfação do cliente
- Credibilidade
- Transparência e Participação
- Sustentabilidade Empresarial
- Busca da Excelência
- Responsabilidade Socioambiental



## DIRETORIA EXECUTIVA

**EDUARDO FREIRE DA SILVA VARGAS**  
Diretor Presidente

**PRÍSSILA CRISTINA CAMACHO MARTINS**  
Diretora de Seguridade

**ANTONIO CARNEIRO ALVES**  
Diretor de Investimentos

**VALDEMIR LUIZ DE CARVALHO**  
Diretor Administrativo e Financeiro

## CONSELHO DELIBERATIVO

### Membros Efetivos Nomeados

Sidney do Valle Costa (Presidente)  
Márcio Monteiro de Azevedo  
Aloysio Gomes Feital Filho

### Membros Efetivos Eleitos

Flávio Guedes de Medeiros  
Sidney Danilo de Souza  
Luiz Carlos Dantas

### Membros Suplentes Eleitos

Roberto Souza Rodrigues  
Antonio Carlos Gusmão  
Arildo de Oliveira Pinto

## CONSELHO FISCAL

### Membros Efetivos Eleitos

Fábio França Nunes (Presidente)  
Paulo Alexandre Frolick

### Membros Efetivos Nomeados

José Eduardo Albano Amarante  
Bruno Ferreira de Oliveira

### Membros Suplentes Eleitos

Mario Jose Lopes  
Evandro de Souza Lino

PRECE PREVIDÊNCIA



# CUIDAR DO FUTURO É DESENVOLVER PESSOAS

## DESENVOLVIMENTO HUMANO



## JOVEM APRENDIZ/ESTAGIÁRIOS NIVEL MÉDIO

Em cumprimento à legislação vigente e como forma de oferecer ao jovem uma oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver habilidades para entrar no mundo corporativo, a PRECE, por meio de um convênio com a Associação Patrulha Jovem do Rio (APAR) contou, em 2020, com a colaboração de 01 (um) menores aprendizes. Os jovens foram destacados para apoiar tarefas administrativas. A entidade também manteve em seu quadro, sob o mesmo regime de convênio, 01 (um) estagiários do Ensino Médio para atender às áreas administrativa.

## ESTAGIÁRIOS

Como objetivo de proporcionar experiência laboral a estudantes de nível universitário e prepará-los para que possam se desenvolver no setor de atividade associado à sua futura profissão, a PRECE, em parceria com o Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), viabilizou a contratação e a manutenção de 03 (três) estagiários nas áreas de Economia, Atuária, e Administração.

## DESENVOLVIMENTO HUMANO - CAPTAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS

### CONGRESSO ABRAPP

De 16 a 19 de novembro de 2020, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) realizou, em sua primeira versão totalmente online em decorrência da pandemia mundial de COVID-19, a 41ª Edição do Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, considerado o maior evento do mundo sobre questões e tendências referentes ao segmento. O tema abordado foi “Oportunidades para Avançar #vamosagir”. Em razão do novo formato do evento e a redução dos custos associados a participação, a PRECE teve participação recorde de representantes no evento de 2020. Foram mais de 15 inscritos distribuídos entre, Conselheiros, Dirigente e colaboradores.

Para a PRECE, o desenvolvimento profissional, a discussão sobre assuntos relacionados à previdência complementar e a busca constante por novas qualificações são essenciais para garantir as melhores práticas de governança corporativa.



### COMISSÕES TÉCNICAS REGIONAIS E NACIONAIS DA ABRAPP

A Prece participou de comissões técnicas regionais da ABRAPP nos setores de investimentos, assuntos jurídicos, governança e riscos, planos previdenciários, recursos humanos, estratégia e criação de valor e tecnologia da informação. As comissões têm por objetivo oferecer subsídios para a realização de estudos, treinamento e desenvolvimento dos profissionais, promovendo um ambiente de debates sobre o sistema de previdência complementar.

Conheça, abaixo, as representações da PRECE na Comissão Técnica da ABRAPP 2020:

COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP 2020		
COMISSÃO	REPRESENTANTE PRECE	CARGO
Assuntos Jurídicos	Rodrigo Osorio Gondinho	Assessor Jurídico
Estratégias e Criação de Valor	Pedro Flanzboym	Supervisor de Benefício
Governança e Riscos	Mariana Guimarães Alves	Assessora de Riscos e Controles
Investimentos	Antonio Carneiro Alves	Diretor de Investimentos
Planos Previdenciários	Isabela Vieira Alves	Supervisora de Atuarial
Tecnologia da Informação	Leandro Conteiros Saldanha	Assessor de Tecnologia
Comitê de Recursos Humanos	Silvana Casares	Assessora de Gestão de Pessoas

## DESENVOLVIMENTO HUMANO - CAPTAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS

### CERTIFICAÇÕES E RECERTIFICAÇÕES

Durante o ano de 2020, doze profissionais, entre dirigentes, conselheiros, assessores, gestores e outros profissionais receberam certificação ou recertificação do Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social – ICSS ou da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. Todos os certificados obtidos estão de acordo com a atualização anual de entidades certificadoras e certificados permitidos pelo nosso regulador (PREVIC).

A Certificação e Recertificação são importantes pois aferem as competências dos profissionais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC e compõem o processo de habilitação para os que irão exercer cargo de dirigentes na Diretoria Executiva.

#### PROFISSIONAIS CERTIFICADOS

Órgão	Certificações	Instituição Certificadora
Conselho Deliberativo	2	ICSS
Conselho Fiscal	1	ICSS
Diretoria	1	ICSS
Funcionários	2	ANBIMA

#### PROFISSIONAIS RECERTIFICADOS:

Órgão	Recertificações	Instituição Certificadora
Diretoria	3	ICSS
Funcionários	2	ANBIMA
Conselho Deliberativo	1	ANBIMA

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ACONTECIMENTOS IMPORTANTES

PATRIMÔNIO DOS EMPRÉSTIMOS R\$		
Prece I e II	R\$ 15.885.620,49	6,76%
Prece CV	R\$ 92.440.860,25	6,07%
Prece III	R\$ 3.541.603,82	10,47%
<b>Total</b>	<b>R\$ 111.868.084,56</b>	<b>6,24%</b>

FONTE: RGRT OP. PARTICIPANTES/TOTAL DO PATRIMONIO

VALOR DOS EMPRÉSTIMOS R\$		
Qtd./Valor Financiado	1.376	R\$ 69.064.539,48
Qtd./Valor Concedido Líquido	1.376	R\$ 21.126.631,81

FONTE: EXCEL CONCEDIDOS (CONSULTAS) - 2020

RENTABILIDADE DOS EMPRÉSTIMOS	
Prece I e II	9,67%
Meta Atuarial	10,09%
Prece CV	15,88%
Meta Atuarial	10,51%
Prece III	27,11%

FONTE: PORTAL PRECE - RENTABILIDADE 2020

## DIVERSOS

TOTAL DE BENEFÍCIOS PAGOS - BASE FOLHA 12/2020		
Planos	R\$	Quantidade
PRECE I e II	R\$ 80.048.015,31	3.149
PRECE III	R\$ 30.660,55	11
PRECE CV	R\$ 138.117.119,08	3.779
<b>Total</b>	<b>R\$ 218.195.794,94</b>	<b>6.939</b>

TOTAL DE BENEFÍCIOS PAGOS - BASE FOLHA 12/2020			
Faixa Etária	M	F	%
Menor ou igual a 24 anos	48	38	1,24%
De 25 a 34 anos	5	4	0,13%
De 35 a 54 anos	36	194	3,31%
De 55 a 64 anos	268	743	14,57%
De 65 a 74 anos	966	1.299	32,64%
De 75 a 84 anos	1.049	1.275	33,49%
Maior ou igual a 85 anos	384	630	14,61%
<b>TOTAL</b>	<b>2.756</b>	<b>4.183</b>	<b>6.939</b>



# CUIDAR DO FUTURO É COLHER RESULTADOS



INFORMAÇÕES  
CONSOLIDADAS

## PRECE PREVIDÊNCIA

## BALANÇO PATRIMONIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
<b>DISPONÍVEL</b>	1.200	8.041	<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	122.962	101.672
			Gestão Previdencial	115.426	97.876
<b>REALIZÁVEL</b>	1.831.336	1.951.003	Gestão Administrativa	4.553	2.278
Gestão Previdencial	26.652	70.108	Investimentos	2.983	1.518
Gestão Administrativa	2.996	2.820			
Investimentos	1.801.688	1.878.075	<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	59.155	63.150
Títulos Públicos	20.269	15.559	Gestão Previdencial	57.038	61.281
Créditos Privado e Depósitos	1.733	1.754	Gestão Administrativa	2.117	1.869
Fundos de Investimentos	1.503.763	1.524.827			
Investimentos Imobiliários	150.894	228.717	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	1.650.862	1.794.815
Empréstimos e Financiamentos	111.912	106.221	Patrimônio de Cobertura do Plano	1.600.709	1.747.712
Outros Realizáveis	13.117	997	Provisões Matemáticas	1.719.013	1.773.039
			Benefícios Concedidos	2.021.811	2.033.576
<b>PERMANENTE</b>	443	593	Benefícios a Conceder	649.314	696.303
Imobilizado	139	210	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(952.112)	(956.840)
Intangível	305	383	Equilíbrio Técnico	(118.304)	(25.327)
			Resultados Realizados	(118.304)	(25.327)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(118.304)	(25.327)
			Fundos	50.153	47.103
			Fundos Previdenciais	33.489	29.920
			Fundos Administrativos	4.883	4.941
			Fundos dos Investimentos	11.781	12.242
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	1.832.979	1.959.637	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	1.832.979	1.959.637

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.794.815</b>	<b>1.812.414</b>	<b>-0,97%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>184.708</b>	<b>436.630</b>	<b>-57,70%</b>
(+) Contribuições previdenciais	162.266	156.996	3,36%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	-	256.788	-100,00%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.243	-	-
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	18.135	22.376	-18,95%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	64	311	-79,42%
(+) Constituição de Fundos de Investimento	-	159	-100,00%
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>-328.661</b>	<b>-454.229</b>	<b>-27,64%</b>
(-) Benefícios	-282.006	-410.928	-31,37%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-27.937	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-18.953	-100,00%
(-) Despesas administrativas	-17.754	-23.123	-23,22%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativo	-503	-1.225	-58,94%
(-) Reversão de Fundos de Investimentos	-461	-	-
<b>3. DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)</b>	<b>-143.953</b>	<b>-17.599</b>	<b>717,96%</b>
(-) Provisões matemáticas	-54.026	-74.968	-27,93%
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	-92.977	49.335	-288,46%
(+/-) Fundos Previdenciais	3.569	9.536	-62,57%
(+/-) Fundos Administrativos	-58	-1.661	-96,51%
(+/-) Fundos dos Investimentos	-461	159	-389,94%
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>1.650.862</b>	<b>1.794.815</b>	<b>-8,02%</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO		2020	2019	VARIAÇÃO
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>4.941</b>	<b>6.602</b>	<b>-25,16%</b>				
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	<b>18.200</b>	<b>22.687</b>	<b>-19,78%</b>				
1.1. Receitas	18.200	22.687	-19,78%				
Custeio administrativo da Gestão Previdencial	4.513	5.406	-16,52%				
Custeio administrativo dos investimentos	11.262	13.449	-16,26%				
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	2.240	1.656	35,27%				
Receitas Diretas	121	1.865	-93,51%				
Resultado positivo líquido dos investimentos	64	311	-79,42%				
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-17.755</b>	<b>-23.123</b>	<b>-23,21%</b>				
2.1. Administração previdencial	-10.000	-13.116	-23,76%				
Pessoal e encargos	-6.101	-8.810	-30,75%				
Treinamentos/congressos e seminários	-24	-12	100,00%				
Viagens e estadias	-10	-109	-90,83%				
Serviços de terceiros	-1.884	-1.533	22,90%				
Despesas gerais	-1.082	-1.600	-32,38%				
Depreciação e amortização	-276	-302	-8,61%				
Tributos	-613	-740	-17,16%				
Outras despesas	-10	-10	-				
				2.2. Administração dos investimentos	-7.755	-10.007	-22,50%
				Pessoal e encargos	-5.258	-6.996	-24,84%
				Treinamentos/congressos e seminários	-22	-38	-42,11%
				Viagens e estadias	-6	-121	-95,04%
				Serviços de terceiros	-1.132	-1.129	0,27%
				Despesas gerais	-726	-976	-25,61%
				Depreciação e amortização	-214	-270	-20,74%
				Tributos	-390	-471	-17,20%
				Outras despesas	-7	-6	16,67%
				<b>3. CONSTITUIÇÃO/REVERSÕES DE CONTINGÊNCIAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-503</b>	<b>-1.225</b>	<b>-58,93%</b>
				<b>4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				<b>5. RESULTADO NEGATIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				<b>6. INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-3-4-5)</b>	<b>-58</b>	<b>-1.661</b>	<b>-96,51%</b>
				<b>7. REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)</b>	<b>-58</b>	<b>-1.661</b>	<b>-96,51%</b>
				<b>8. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
				<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5+6)</b>	<b>4.883</b>	<b>4.941</b>	<b>-1,17%</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A PRECE – Previdência Complementar (“PRECE” ou “Entidade”), é uma instituição de direito privado, fechada de previdência complementar e sem fins lucrativos.

A Entidade foi instituída em 18 de janeiro de 1983 pela patrocinadora Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE e tem como objeto primordial conceder os benefícios de caráter previdenciário, previstos nos regulamentos dos planos por ela administrados, aos empregados dos patrocinadores que venham tornar-se participantes e aos respectivos beneficiários.

Para a consecução de seus objetivos, a PRECE movimenta recursos advindos, principalmente, de contribuições mensais dos patrocinadores, dos seus participantes e de rendimentos auferidos pela aplicação desses recursos em investimentos.

Em 2020 e 2019, a PRECE possui 04 (quatro) planos previdenciais com os seguintes patrocínios:

#### • Plano PRECE I – CNPB Nº 1983000183

Plano de benefício definido destinado aos empregados e dirigentes da CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE.

O Plano PRECE I encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2074/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

Regulamento: Alterado através da Portaria nº 1.159 de 11 de dezembro de 2018 e publicado no DOU em 19 de dezembro de 2018.

- **Modalidade: Benefício definido – BD;**
- **Patrocinadora: CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE;**
- **Situação do Plano: Fechado para novas adesões.**

#### QUANTITATIVO EM DEZEMBRO DE 2020

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
252	2.530	2.782

## PRECE PREVIDÊNCIA

### • Plano PRECE II – CNPB Nº 1998006174

Plano de benefício definido destinado aos empregados e dirigentes da CEDAE.

Alteração aprovada pela Portaria nº 1007 de 31 de dezembro de 2010.

O Plano PRECE II encontra-se fechado para o ingresso de novos participantes desde 01 de agosto de 2005, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2073/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06 de junho de 2006.

Regulamento: Alterado através da Portaria nº 29 de 16 de janeiro de 2020 e publicado no DOU de 23 de janeiro de 2020.

- **Modalidade: Benefício definido – BD;**
- **Patrocinadora: CEDAE;**
- **Situação do Plano: Fechado para novas adesões**

#### QUANTITATIVO EM DEZ/2020

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
1	619	620

### • Plano PRECE III – CNPB Nº 2006001892

Plano de contribuição definida de benefícios destinados aos empregados e dirigentes da CEDAE e PRECE, a partir de fevereiro de 2016, conforme autorização da PREVIC.

Aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar em 19 de abril 2006 – Processo nº 032.935/82.

Alteração aprovada pela PREVIC – Portaria 385 de 18 de julho de 2013 e publicada no DOU em 19 de julho de 2013.

Regulamento: Alterado pela Portaria nº 807 de 20 de novembro de 2020 e publicado no DOU em 26 de novembro de 2020.

- **Modalidade: Contribuição definida – CD;**
- **Patrocinadoras: CEDAE e PRECE;**
- **Situação do Plano: Aberto para novas adesões.**

#### QUANTITATIVO EM DEZ/2020

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
424	11	435

### • Plano PRECE CV CNPB Nº 2011000556

Plano de contribuição variável de benefícios destinados aos empregados e dirigentes da CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE.

Aprovado pela PREVIC por meio de portaria Nº 98 de 22 de fevereiro de 2011 e publicado no DOU em 23 de fevereiro de 2011.

O Plano PRECE CV encontra-se fechado para ingresso de novos participantes.

Regulamento: Alterado pela Portaria nº 806 de 20 de novembro de 2020 e publicado no DOU em 26 de novembro de 2020.

- **Modalidade: Contribuição variável – CV;**
- **Patrocinadoras: CEDAE, CEDAE SAÚDE e PRECE;**
- **Situação do Plano: Fechado para novas adesões.**

#### QUANTITATIVO EM DEZ/2020

ATIVOS	ASSISTIDOS	TOTAL
1.776	3.779	5.555

## NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis em vigor no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC nº. 29, de 13 de abril de 2018; Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº. 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto e longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observados as gestões previdencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC T 19.27.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, comum a ambas, segundo a natureza e a finalidade das transações.

– Gestão Previdencial – Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária;

– Gestão Administrativa – Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios;

– Investimentos – Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefícios.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- Balanço patrimonial (BP): Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários administrados pela PRECE;
- Demonstração da mutação do patrimônio social (DMPS): Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada as modificações sofridas pelo Patrimônio Social, ao final de cada exercício;
- Demonstração do plano de gestão administrativa (DPGA): Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo, ao final de cada exercício;
- Demonstração da mutação do ativo líquido (DMAL): Substitui a Demonstração do Re-

sultado do Exercício (DRE) e tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido dos planos de benefícios, ao final de cada exercício;

- Demonstração do ativo líquido (DAL): Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício; e
- Demonstração das provisões técnicas do plano (DPT): Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as alterações dos compromissos de cada plano de benefícios, ao final de cada exercício.

### 2.1.2. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (milhares de Reais), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da PRECE.

### 2.1.3. Base de mensuração

As receitas e despesas da Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Gestão de Investimentos são registradas em conformidade com o regime de competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas, pagas ou incorridas no mês correspondente.

Os registros relativos às contribuições dos autopatrocinados são escriturados com base no regime de caixa.

O realizável previdencial é representado pelos valores e pelos direitos da PRECE, relativos

às contribuições normais e extraordinárias dos participantes e contribuições normais e extraordinárias dos patrocinadores tributos a recuperar e depósitos judiciais/recursais.

O realizável administrativo é representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

### 2.1.4. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ao determinar estas estimativas levam-se em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Os principais itens de Balanço sujeitos a essas estimativas e premissas são:

- Ajustes a valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação: conforme informação de precificação disponibilizada através do agente custodiante.
- Investimentos imobiliários: reavaliados periodicamente, por consultoria contratada conforme legislação em vigor.
- Contingências: as probabilidades de êxito e valores econômicos são informadas pelos consultores jurídicos.
- Provisões matemáticas: calculadas pelo atuário responsável pelos Planos de Benefícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## PRECE PREVIDÊNCIA

**2.1.5. Base de consolidação****(i) Operações Comuns**

A Prece utiliza-se do balancete de Operações Comuns onde são registrados os lançamentos comuns entre os planos, realizando os ajustes e eliminações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 de forma consolidada, conforme demonstrativo abaixo:

BALANCETE DE OPERAÇÕES COMUNS	2020	2019
<b>Ativo</b>	<b>5.841</b>	<b>11.656</b>
Gestão Previdencial	-	1.663
Gestão Administrativa	958	1.305
Investimentos	-	3.747
Participação Fundo Administrativo	4.883	4.941
<b>Passivo</b>	<b>(5.841)</b>	<b>(11.656)</b>
Gestão Previdencial	(540)	(451)
Gestão Administrativa	-	(1.894)
Investimentos	(418)	(4.370)
Participação Fundo Administrativo	(4.883)	(4.941)
<b>Total de Operações Comuns</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizadas de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução Normativa MPS/SPC nº. 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis de eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

## NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis estão resumidos em:

### a) Ativo Realizável

– Gestão Previdencial – Compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores, participantes, autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido, observando-se o plano de custeio, bem como depósitos judiciais/recursais realizados relativos as contingências da Gestão Previdencial.

– Gestão Administrativa – Compreende os valores e direitos relativos ao custeio das despesas administrativas efetuados pelas patrocinadoras, participantes e outros eventos administrativos.

– Investimentos – As diretrizes de aplicações dos recursos garantidores dos planos administrados estão em consonância com as respectivas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios e do PGA e os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

#### I. Aplicações em títulos públicos, créditos privados e depósitos

São demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até data do Balanço.

O ágio e o deságio nas aquisições dos títulos estão apropriados aos resultados pró-rata temporis, até o vencimento das aplicações e corrigidos monetariamente, quando aplicáveis.

De acordo com a Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC nº 37 de 13 de março de 2020, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

a. Títulos para negociação – Estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, quando aplicável, calculados “pro rata” dia e ajustados no resultado do exercício ao valor de mercado computando-se a valorização e a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida da adequada conta de receita ou despesa;

b. Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles para os quais existem intenção e capacidade financeira dos planos de benefícios que a Entidade administra de mantê-los em carteira até o vencimento e que sejam considerados como de baixo risco de crédito. Esses títulos e valores mobiliários estão demonstrados e registrados no resultado do exercício pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados “pro rata” dia.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropria-

das em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação.

c. Ações de companhias abertas – São registradas pelo custo de aquisição acrescido das despesas de corretagem e taxas de operações de compras de ações, estão registradas ao valor de mercado, obtido pela sua cotação de fechamento na data do balanço ou na data mais próxima, na qual se registrou negociação da ação na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA. As quotas de fundos de ações são registradas pelo custo de aquisição, ajustado mensalmente pela variação das respectivas quotas.

## II. Investimentos Imobiliários

Estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações de acordo com a legislação vigente. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil remanescente fixado nos laudos de reavaliação, determinado por empresa ou profissionais legalmente habilitados. Sendo a última efetuada em durante o exercício de 2020, conforme Resolução MPS/CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

Os ajustes de reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas em contrapartida no resultado.

Os alugueis e demais encargos referentes aos imóveis alugados à Patrocinadora e a Terceiros, são apropriados mensalmente. Os alugueis vencidos são atualizados monetariamente de acordo com as cláusulas contratuais, quando aplicáveis.

## III. Empréstimos e Financiamentos

São operações com participantes devidamente autorizadas pela Política de Investimentos e Regulamento dos Empréstimos e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária. O sistema de controles internos dessas operações permite identificar os tomadores e os saldos atualizados individualmente.

### IV. Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, adotando-se os seguintes percentuais:

- 25% para atrasos entre 61 e 120 dias;
- 50% para atrasos entre 121 e 240 dias;
- 75% para atrasos entre 241 e 360 dias e
- 100% para atraso superiores a 360 dias.

### V. Permanente

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e suas alterações.

#### b) Exigível Operacional

São demonstrados os valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. São registradas as obrigações decorrentes de pagamento de benefícios aos participantes, prestação de ser-

viços por terceiros, obrigações tributárias, provisões de folha de pagamento e respectivos encargos.

### c) Exigível Contingencial

Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Para as provisões de passivos contingentes a PRECE utiliza as definições do Pronunciamento Técnico CPC 25, conforme a seguir:

- Prováveis: para os quais são constituídas provisões;
- Possíveis: são divulgados em notas explicativas sem constituição de provisão; e
- Remotas: não requerem divulgação em notas explicativas e nem constituição de provisão e divulgação.

### d) Provisões Matemáticas

A Provisão Matemática consiste do acúmulo de recursos oriundos de seus participantes e patrocinadoras, e que tem como objetivo garantir o benefício futuro dos participantes vinculados aos planos e os fundos segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

### e) Fundos

São constituídos/revertidos mensalmente, pela apropriação dos saldos nos respectivos programas, representados principalmente pela receita resultante dos investimentos.

**Fundo Previdencial** - Constituído, mantido e destinado nas formas previstas no Regulamento ou Nota Técnica Atuarial dos Planos, guardam relação com um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado. Podem ser de três tipos, segundo planificação contábil: Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar; Revisão de Plano; ou Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

**Fundos Administrativos** - Corresponde à parcela ainda não utilizada das receitas destinadas especificamente pelo plano de custeio para a cobertura dos gastos administrativos, acrescidos das respectivas rentabilidades líquidas.

**Fundos dos Investimentos** - Representa a Garantia de Empréstimos para cobertura de possíveis perdas por morte dos mutuários com empréstimos, concedidos aos participantes da Entidade inscritos nos Planos de Benefícios e registrava as diferenças entre as rentabilidades apuradas no mês e as apuradas no mês anterior e que são utilizadas para o cálculo da quota do Plano PRECE CV.

### f) Plano de Gestão Administrativa - PGA

Os registros das operações administrativas são efetuados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

## PRECE PREVIDÊNCIA

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais e Investimentos) e reembolsos administrativos, deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por plano de benefício previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

## NOTA 4 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e de Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

As despesas são apropriadas pelo regime de competência, sendo as específicas diretamente na Gestão Previdencial ou de Investimentos e no Plano de Benefícios correspondente. As despesas comuns são apropriadas, conforme critério abaixo:

	%
GESTÃO PREVIDENCIAL	56,29%
INVESTIMENTOS	43,71%
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>



## NOTA 5 - ATIVO REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL E GESTÃO ADMINISTRATIVA

### 1. Gestão Previdencial



GESTÃO PREVIDENCIAL	2020	2019
Patrocinadores (a)	2.127	25
Contribuições normais	2.127	25
Participantes (b)	2.209	45
Contribuições normais	2.151	45
Contribuições extraordinárias	58	-
Déficit equacionado	282	-
Contribuições contratadas - CEDAE (Incentivo Migratório) (c)	-	57.225
Adiantamentos (d)	-	9
Depósitos judiciais/recursais	12.690	8.036
Outros valores (e)	9.344	4.768
	26.652	70.108



## PRECE PREVIDÊNCIA

**(a) Valores a receber das Patrocinadoras  
CEDAE, PRECE e CEDAE SAÚDE**

	PATROCINADORA	2020	2019
Plano I - Contribuições normais	CEDAE	115	-
<b>Total Plano PRECE I</b>		<b>115</b>	<b>-</b>
Plano III - Contribuições normais	CEDAE	236	-
Plano III - Contribuições normais	PRECE	16	19
<b>Total Plano PRECE III</b>		<b>252</b>	<b>19</b>
Plano CV/CD - Contribuições adicionais	CEDAE	1.754	2
Plano CV/CD - Contribuições normais	CEDAE SAÚDE	3	4
Plano CV/CD - Contribuições normais	PRECE	3	-
<b>Total Plano PRECE CV</b>		<b>1.760</b>	<b>6</b>
		<b>2.127</b>	<b>25</b>

**(b) Valores a receber dos Participantes**

	PATROCINADORA	2020	2019
Plano I - Contribuições normais	CEDAE	116	1
Plano I - Contribuições extraord. Ativos	CEDAE	-	3
<b>Total Plano PRECE I</b>		<b>116</b>	<b>4</b>
Plano III - Contribuições normais	CEDAE	257	3
Plano III - Contribuições normais	PRECE	18	18
<b>Total Plano PRECE III</b>		<b>275</b>	<b>21</b>
Plano CV/CD - Contribuições normais	CEDAE	1.754	2
Plano CV/RV - Contribuições normais	CEDAE	-	15
Plano CV/CD - Contribuições adicionais	CEDAE	58	-
Plano CV/CD - Contribuições normais	CEDAE SAÚDE	3	3
Plano CV/CD - Contribuições normais	PRECE	3	-
<b>Total Plano PRECE CV</b>		<b>1.818</b>	<b>20</b>
		<b>2.209</b>	<b>45</b>

### (c) Contribuições contratadas – CEDAE (Incentivo Migratório)

São valores contratados junto à Patrocinadora – CEDAE, correspondentes a incentivos migratórios para o Plano de Benefícios PRECE CV, reserva a amortizar, taxas extraordinárias e compromissos financeiros não liquidados à época, e parcelados em 80 parcelas, com vencimento todo dia 15 de cada mês, e que foram totalmente liquidadas durante o exercício de 2020, conforme demonstrativo a seguir:

ESPÉCIE	2020	2019
<b>Dívida Contratada nº 13 (Incentivo migratório para o Plano CV)</b>		
<b>Espécie:</b>	Termo de contrato e confissão de dívida	
<b>Partes:</b>	CEDAE e PRECE	- 57.225
<b>Objeto:</b>	Confissão da dívida	
<b>Modalidade:</b>	Tabela de amortiz. proposta pela CEDAE	
<b>Atualização pactuada:</b>	INPC + 6% a.a	
<b>Valor pactuado (R\$):</b>	607.015	
<b>Valor repactuado (R\$):</b>	582.657	
<b>Nº de parc. Originais:</b>	73 parcelas	
<b>Nº de parc.repactuadas:</b>	80 parcelas	
<b>Nº de parc. Restantes:</b>		
<b>Data de vencimento:</b>	Dia 15 de cada mês	
<b>Data assinat.original:</b>	15/12/2011	
<b>Data assinat.repactuação:</b>	17/07/2013	

A garantia do integral pagamento das obrigações assumidas pela Patrocinadora são os recebíveis de sua emissão, relativos aos serviços de água e esgoto por ela prestados à população.

O Contrato e seu Aditivo estão em conformidade com a Resolução CGPC nº 17, de 11 de junho de 1996.

A redução do fluxo financeiro no ano de 2020 em relação ao ano de 2019, foi devido o recebimento dos valores por parte da CEDAE, com sua efetiva liquidação em fevereiro/2020 das parcelas dos Contratos de Dívidas Contratadas que estão representadas no quadro abaixo:

ESPÉCIE	2020	2019
<b>Janeiro</b>	<b>28.409</b>	<b>25.609</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>29.141</b>	<b>25.663</b>
<b>Março</b>	-	<b>26.247</b>
<b>Abril</b>	-	<b>26.613</b>
<b>Mai</b>	-	<b>27.029</b>
<b>Junho</b>	-	<b>27.226</b>
<b>Julho</b>	-	<b>27.026</b>
<b>Agosto</b>	-	<b>27.031</b>
<b>Setembro</b>	-	<b>27.380</b>
<b>Outubro</b>	-	<b>27.639</b>
<b>Novembro</b>	-	<b>27.658</b>
<b>Dezembro</b>	-	<b>27.775</b>
	<b>57.550</b>	<b>322.896</b>

## (d) Outros realizáveis

Condenações Judiciais (paridade) - São valores referentes a paridade, apropriados como a receber da Patrocinadora CEDAE. Tais valores são desembolsados pela PRECE (de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE), gerados através de bloqueios judiciais e condenações judiciais. Os valores são atualizados, pelo INPC, juros de 6% (seis por cento) ao ano, juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor vencido e não pago.

	2020	2019
<b>Bloqueios judiciais em conta corrente</b>	<b>2.363</b>	<b>1.952</b>
<b>Consignações a receber</b>	<b>20</b>	<b>8</b>
<b>Condenações judiciais (paridade) - CEDAE (*)</b>	<b>4.551</b>	<b>2.643</b>
<b>Créditos de recuperação de IR</b>	<b>164</b>	<b>165</b>
<b>Outros Créditos</b>	<b>2.246</b>	<b>-</b>
	<b>9.344</b>	<b>4.768</b>

Condenações Judiciais (paridade) - São valores referentes a paridade, apropriados como a receber da Patrocinadora CEDAE. Tais valores são desembolsados pela PRECE (de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE), gerados através de bloqueios judiciais e condenações judiciais. Os valores são atualizados, pelo INPC, juros de 6% (seis por cento) ao ano, juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês e multa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor vencido e não pago.

Em 31 de janeiro de 2019, foi revertido o valor de R\$ 27.502, sendo R\$ 25.952, referente aos planos de benefícios Prece II e R\$ 1.550, referente o plano de benefícios Prece CV. A referida reversão ocorreu em virtude da Prece impetrar uma inicial con-

tra a Cedae pelo não recebimento do referido valor referente ao período de 2009 à 2014. Desta forma, tal ativo passou a ter uma classificação pelo seu jurídico de perda para a Prece como "possível".

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que regulamenta as provisões, passivos e ativos contingentes, o referido Ativo foi revertido para conta de resultado nos referidos planos de benefícios. Em 31 de dezembro de 2020 o referido valor encontra-se em R\$ 30.277 (R\$ 30.277 - 2019).

Outros Créditos - Valor de R\$ 1.817 referente a bloqueio judicial dos planos PRECE I e II, referente ação 0094500-61.2001.5.01.0037- Gentil Marcondes, bloqueados na conta do plano PRECE CV. Valores de R\$ 429, referente a transferências de recursos.



## PRECE PREVIDÊNCIA

## 2. Gestão Administrativa

	2020	2019
Patrocinadores (a)	235	117
Contribuições para custeio	235	117
Responsabilidade de Empregados	341	274
Empréimos a Funcionários de Férias	37	64
Adiantamento de Férias	304	210
Responsabilidade de Terceiro	26	32
Contas a Receber - Adiant. Pessoas Jurídicas	26	32
Despesas Antecipadas	170	245
Seguros	123	203
Licença de Software	13	-
Almoxarifado	34	42
Depósitos Judiciais/Recursais	2.224	2.152
	2.996	2.820

## NOTA 6 - ATIVO REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

### 6.1 Composição dos Investimentos

A Administração, através da Política de Investimentos que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, bem como para classificação de Títulos e Valores Mobiliários de acordo com a Resolução CMN Nº 4.661 de 25 de maio de 2018, e Resolução CNPC nº 29 de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CNPC nº 37 de 31 de março de 2020 que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. A PRECE adota a segregação virtual dos ativos por plano de benefícios e todos os investimentos da PRECE estão custodiados no Banco BTG Pactual.

Os investimentos apresentam em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a seguinte composição consolidada:

	2020	2019
<b>Títulos Públicos</b>	<b>20.269</b>	<b>15.559</b>
Notas do tesouro nacional - NTN (a)	20.269	15.559
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>1.733</b>	<b>1.754</b>
Companhias Abertas (a)	1.733	1.754
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.503.763</b>	<b>1.524.827</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.052.835</b>	<b>951.447</b>
Renda Fixa (a)	12.543	10.175
Multimercado - Renda Fixa (a)	1.040.292	941.272
<b>Renda Variável (b)</b>	<b>450.928</b>	<b>573.380</b>
Ações	2.289	2.079
Multimercado - Renda Variável	448.639	571.301
<b>Investimentos Imobiliários (c)</b>	<b>150.894</b>	<b>228.717</b>
Edificações - Alugadas a patrocinadora	37.529	48.695
Edificações - Alugadas a terceiros	111.221	178.106
Direitos em alienação de investimento imobiliário	2.144	1.916
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>111.912</b>	<b>106.221</b>
Empréstimos a participantes (d)	111.912	106.221
<b>Outros realizáveis</b>	<b>13.117</b>	<b>997</b>
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	993	997
Expurgo inflacionário - Vale	12.124	
	<b>1.801.688</b>	<b>1.878.075</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

**(a) Renda Fixa**

DESCRIÇÃO	2020	2019
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.269	15.559
Créditos Privados e Depósitos	1.733	1.754
Debêntures não conversíveis	2.313	2.147
(-) Provisão para perdas de debêntures-CREFISUL(a)	(254)	(254)
(-) Provisão para perdas de debêntures - ULBRA(b)	(326)	(326)
Contas a Receber - CRI FOCUS	-	187
Cédulas de Crédito Bancário - CCB	175.434	175.434
(-) Provisão para perdas CCB - PORANGABA (c)	(35)	(35)
(-) Provisão para perdas CCB - CEBEL (d)	(113.687)	(113.687)
(-) Provisão para perdas CCB - CLIMA TERMO (e)	(61.712)	(61.712)
Fundos de Investimentos Renda Fixa	12.543	10.175
Fundo de Investimento Multimercado - Renda Fixa	1.040.292	941.272
FIC FI Alegria MM C.P.	99.775	82.948
FIC FI Guandu MM C.P.	874.625	812.193
FIC FI Imunana MM C.P.	65.892	46.131
	1.052.835	951.447

(a) As Debêntures não conversíveis em ações da Crefisul Leasing encontra-se com processo nº 0129110-78.2002.8.26.0100 na 3ª vara de falências e recuperações de São Paulo. Aguardando a apresentação do plano de rateio pelo contador da Massa Falida.

(b) As debêntures não conversíveis em ações da universidade Luterana – ULBRA encontra-se com ação de execução nº 0194915-31.2009.8.26.0100 por dependência ao processo de arresto (apreensão judicial dos bens da devedora ULBRA, necessários à garantia da dívida com a PRECE). A agente fiduciária Planner Corretora de Valores S.A permanece buscando meios de satisfação dos créditos.

(c) O CCB da indústria química Porangaba está na fase de recurso por parte da devedora, após sentença favorável a favor da PRECE. Proferida nos autos da ação de execução nº 0188537-25.2010.8.26.0100 36ª vara cível do estado de São Paulo.

(d) Com relação aos CCB's da empresa CEBEL, a PRECE moveu uma ação de execução de título extrajudicial de nº 1041495-13.2014.8.26.0100, objetivando o recebimento do saldo devedor. A sentença foi favorável à PRECE transitou em julgado. A PRECE iniciou a execução da dívida, requerendo o pagamento de R\$ 542.980.

(e) O CCB da empresa Clima Termo Acústica encontra-se em processo de falência judicial decretada, conforme processo nº 1.0148.09.063836 (0638369-09.2009.8.13.0148), estando a PRECE entre os credores com garantia real. A PRECE habilitou seu crédito corrigido no processo, mas a conversão da recuperação judicial em falência, geralmente torna mais escassa a possibilidade de que os credores sejam satisfeitos.

## PRECE PREVIDÊNCIA

**(b) Renda Variável**

DESCRIÇÃO	2020	2019
<b>Fundos de Investimentos Ações</b>	<b>2.289</b>	<b>2.079</b>
Fundo Vista FIA	1.143	1.041
Fundo Bogari Value FIC FIA	1.146	1.038
<b>Fundos de Investimentos Multimercado - Renda Variável</b>		
FIC FI Sarapui MM CP	378.889	490.721
Fundo Rio Preto FIM CP (1)	10.580	30.893
Fundo Penha FIA	251.582	329.972
Fundo Athena Inst. F FIA	116.727	129.856
<b>FIC FIM Laranjal</b>	<b>69.699</b>	<b>80.631</b>
Fundo Rio Preto FIM CP (1)	4.570	13.345
Fundo Rio Douro FIC FIA	40.788	40.207
Fundo Athena Inst. F FIA	24.341	27.079
<b>Variação de precificação</b>	<b>51</b>	<b>(51)</b>
	<b>450.928</b>	<b>573.380</b>

**(1) O Fundo Rio Preto Fim CP está composto da seguinte forma:**

DESCRIÇÃO	2020	2019
<b>Ações Bovespa</b>	<b>9.653</b>	<b>23.129</b>
Elekeiroz - ON	-	2.285
Sam Indústria - ON	5	311
Menezes Côrtes - ON	9.648	20.533
<b>Debêntures</b>	<b>4.266</b>	<b>21.374</b>
CRTE 11	2.466	19.381
Proman	1.800	1.993
<b>Operações Compromissadas</b>	<b>1.231</b>	<b>-</b>
LFT	1.231	-
<b>Outros</b>	<b>-</b>	<b>(265)</b>
	<b>15.150</b>	<b>44.238</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

**(c) Investimentos Imobiliários**

DESCRIÇÃO	Saldo líquido inicial	Ajuste de custo	Depreciação Reavaliação	Recebido ( - ) / a receber ( + )	Saldo líquido final 2020
Locados a patrocinadora	48.694	-	(11.229)	64	37.529
Imóveis	47.995	-	(11.229)	-	36.766
Contas a receber	699	-	-	64	763
Locados a terceiros	178.106	-	(42.879)	(24.006)	111.221
Imóveis	136.883	-	(42.879)	-	94.004
Contas a receber	153.888	-	-	39.478	193.366
(-) Provisão para perda	(112.665)	-	-	(63.484)	(176.149)
Direitos em alienações	1.917	-	-	227	2.144
Rua Senador Viana nº 94	1.917	-	-	227	2.144
	228.717	-	(54.108)	(23.715)	150.894

Todos os imóveis alugados a patrocinadora CEDAE e a terceiros, integrantes da carteira da PRECE, foram reavaliados no exercício de 2020, conforme demonstrado no quadro a seguir:

## PRECE PREVIDÊNCIA

Localização		Saldo Contábil 2017	Reavaliação 2020	Saldo Contábil 2020
Rua Ahaide Pimenta de Moraes n° 225	Nova Iguaçu	1.419	(355)	1.064
Rua Augusto de Vasconcelos n° 468	RJ	10.00	(500)	9.500
Av. Bras de Pina n° 38 - loja A	RJ	2.300	(1.000)	1.300
Rua Barão de Inoã n° 287	Maricá	3.500	(195)	3.305
Estrada Indendente Magalhães n° 504	RJ	13.241	(1.241)	12.000
Rua Euclides da Cunha n° 470	S. J. Meriti	2.000	(500)	1.500
Rua Luiz de Camões n° 691	Nova Iguaçu	6.000	(1.500)	4.500
Rua José Maria de Brito	Itaguaí	10.080	(3.280)	6.800
<b>Locadas a patrocinadora (1)</b>		<b>48.540</b>	<b>(8.571)</b>	<b>39.969</b>
Av. Almirante Barroso n° 14	RJ	29.286	(7.322)	21.964
Estrada Cambota n° 525	RJ	7.380	(1.845)	5.535
Av. Graça Aranha Loja A	RJ	5.189	(1.298)	3.891
Av. Graça Aranha Loja B	RJ	5.189	(1.298)	3.891
Av. Graça Aranha 101	RJ	4.040	(1.010)	3.030
Av. Graça Aranha 201	RJ	4.140	(1.035)	3.105
Av. Graça Aranha 301	RJ	4.140	(1.035)	3.105
Av. Graça Aranha 401	RJ	4.140	(1.035)	3.105
Av. Graça Aranha 501	RJ	4.140	(1.035)	3.105
Av. Graça Aranha 601	RJ	4.928	(1.232)	3.696
Rua Moyses Amelio - Diversos	Friburgo	15.063	(3.766)	11.297
Av. Paulino Rodrigues Souza n° 2093	Iguaba	423	57	480
Praça Pio X n° 15(9°/11° e 12° and.)	RJ	15.336	(3.834)	11.502
Av. Presidente Vargas n° 132/301	Dq de Caxias	1.479	(370)	1.109
Av. Rio Branco n° 89/2101	RJ	2.614	(669)	1.945
Av. Rio Branco n° 89/2201	RJ	2.572	(643)	1.929
Av. Rio Branco n° 89/302	RJ	2.682	(671)	2.011
Rua São Bento n° 8 (13° e 18° and.)	RJ	16.876	(4.219)	12.657
Rua Sete de Setembro n° 71/9° and.	RJ	1.653	(414)	1.239
Rua Visconde de Inhauma n° 65	RJ	7.553	(1.889)	5.664
<b>Locadas a terceiros (2)</b>		<b>138.823</b>	<b>(34.563)</b>	<b>104.260</b>
		<b>187.363</b>	<b>(43.134)</b>	<b>144.229</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

As reavaliações foram consideradas nos controles internos da PRECE no dia 31 de janeiro de 2020, realizada pela Empresa avaliadora EMBRAP/PRAXIS – Avaliação Patrimonial Ltda., CNPJ Nº 02.393.061/0001-91, e registrada no CREA Nº 98-02-91067-3-RJ.

Os laudos foram assinados pelos avaliadores Paulo Tabah de Almeida CREA nº 86.101301-9-D-RJ e Bruno Sérgio Mi Figueiredo CAU A 3598-0.

A ação de cobrança de aluguéis ajuizada pela PRECE em face do Teatro Municipal do Rio de Janeiro foi julgada procedente em 1º grau, com sentença mantida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e pelo Superior Tribunal de Justiça. Após a interposição de todos os recursos possíveis, a sentença transitou em julgado em agosto de 2018. Proferido despacho para que o Teatro cumpra o acórdão.

Após o trânsito em julgado, ao longo do ano de 2020, a PRECE iniciou etapa de execução, tendo apresentado os cálculos nos valores que entendemos como devidos, contudo, o Estado apresentou sua impugnação ao montante apresentado.

Ressalte-se que as negociações junto à Câmara de Conciliação do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, continuaram ao longo de 2020, visando um acordo relativo à recuperação dos valores devidos de alugueres (ação acima mencionada), assim como, a recompra do imóvel por parte do Teatro Municipal, eis que a referida recompra é obrigatória e garantida por força contratual.

Em reunião realizada entre PRECE e PREVIC, em 27/12/2019, houve um acordo entre os representantes da entidade e a autarquia para a realização de reavaliação dos imóveis até o encerramento da competência de janeiro de 2020. Iniciou-se, portanto, a partir desta reunião, processo seletivo para empresa independente especializada em avaliação

imobiliária, findado em 07/01/2020 através da Resolução de Diretoria nº 008/2020. Após realizada a reavaliação e contabilização da precificação até o limite de 31/01/2020, a carteira imobiliária teve queda expressiva de aproximadamente 23,5% em valores venais frente última reavaliação (2017). A redução da carteira imobiliária impactou o resultado do segmento de investimentos em imóveis no exercício de 2020.

**(d) Empréstimos e financiamentos**

A Entidade mantém provisão referente a direitos creditórios de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.381 (R\$ 1.316 em 2019), para fazer face à eventual inadimplência na carteira de empréstimos e financiamentos concedidos aos participantes dos planos de benefícios administrados pela PRECE.

Em 1º de abril de 2020 foi publicado o Decreto n. 10.305 que previa que, para as operações de créditos contratadas entre 03 de abril/2020 e 03 de julho/2020, as alíquotas do IOF ficariam reduzidas a zero. Na sequência, o Decreto n. 10.414/2020, de 03 de julho/2020, ampliou o prazo para aplicação da alíquota zero, até 02 de outubro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.504 (02/10/2020), determinou-se que o prazo para aplicação da alíquota zero, nos casos de empréstimo, seria até 31 de dezembro/2020. Com a publicação do Decreto n. 10.551, de 25 de novembro/2020, o prazo para aplicação da alíquota zero diminuiu de 31 de dezembro/2020 para 26 de novembro/2020, momento em que a cobrança do IOF se normalizaria.

O Decreto nº 10.572, de 11 de dezembro de 2020 voltou atrás e determinou a ampliação, até 31 de dezembro, da alíquota zero no IOF para operações de crédito. Desse modo, em 1º de janeiro/2021 o IOF sobre operações de crédito, que desde abril encontrava-se com alíquota zerada, teve sua cobrança retomada.

## PRECE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	2020	2019
Saldo devedor de Empréstimos	16.697	21.197
Valores a receber	242	9
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(1.036)	(1.003)
<b>TOTAL PLANO PRECE I E II</b>	<b>15.903</b>	<b>20.203</b>
Saldo devedor de Empréstimos	3.479	2.069
Valores a receber	81	4
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(14)	(15)
<b>TOTAL PLANO PRECE III</b>	<b>3.546</b>	<b>2.058</b>
Saldo devedor de Empréstimos	91.848	84.251
Valores a receber	946	7
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(331)	(298)
<b>TOTAL PLANO PRECE CV</b>	<b>92.463</b>	<b>83.960</b>
	<b>111.912</b>	<b>106.221</b>

O valor de R\$ 12.120, provisionado em dezembro/2020, refere-se ao acordo judicial entre à PRECE e a Companhia Vale do Rio Doce, processo 0250239-75.2007.8.19.0001, ARESP 1764628 (2020/0248011-5), referente a expurgo inflacionário, com previsão de recebimento em 2021.

### (e) Outros Realizáveis

Outros realizáveis – recuperações de créditos tributários, no valor de R\$ 13.117 (R\$ 997 em 2019). O valor de R\$ 997, refere-se ao processo administrativo de pedido de restituição – PERDCOMP (38530.96474.260407.1.2.04-2663), referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001 protocolado em, 26 de abril de 2007 é que aguardo o deferimento da Receita Federal do Brasil.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## 6.2. Composição da carteira por plano

A carteira de investimentos por plano em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está composto conforme descrito a seguir:

PLANO PGA	2020	2019
Fundos de Investimentos	7.019	6.390
Fundos de Renda Fixa	7.019	6.390
	7.019	6.390

PLANO PRECE I	2020	2019
Créditos Privados e Depósitos	-	48
Companhias Abertas		48
Fundos de Investimentos	108.252	101.447
Multimercado - Renda Fixa	62.264	50.314
Multimercado - Renda Variável	45.988	51.133
Investimentos Imobiliários	32.432	49.493
Edificações - Alugadas a patrocinadora	8.109	10.540
Edificações - Alugadas a terceiros	23.855	38.535
Direitos em alienação de investimento imobiliário	468	418
Empréstimos e financiamentos	8.463	14.783
Empréstimos a participantes	8.463	14.783
Outros realizáveis	2.860	2.237
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	220	220
Recuperação de desp. Gestão de Investimentos	-	2.017
Expurgo inflacionário - Vale	2.640	-
	152.007	168.008

## PRECE PREVIDÊNCIA

PLANO PRECE II	2020	2019
Créditos Privados e Depósitos	-	10
Companhias Abertas	-	10
Fundos de Investimentos	61.254	62.119
Multimercado - Renda Fixa	37.511	32.634
Multimercado - Renda Variável	23.743	29.485
Investimentos Imobiliários	14.420	21.137
Edificações - Alugadas a patrocinadora	3.585	4.541
Edificações - Alugadas a terceiros	10.651	16.432
Direitos em alienação de investimento imobiliário	184	164
Empréstimos e financiamentos	7.440	5.420
Empréstimos a participantes	7.440	5.420
Outros realizáveis	1.136	184
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	97	97
Recup. de desp. Gestão de Investimento	-	87
Expurgo inflacionário - Vale	1.039	-
	<b>84.250</b>	<b>88.870</b>

PLANO PRECE III	2020	2019
Títulos Públicos	20.269	15.559
Notas do Tesouro Nacional - NTN	20.269	15.559
Créditos Privados e Depósitos	1.733	1.567
Companhias Abertas	1.733	1.567
Fundos de Investimentos	7.814	5.868
Fundos de Renda Fixa	5.525	3.789
Fundos de Ações	2.289	2.079
Empréstimos e financiamentos	3.545	2.058
Empréstimos a participantes	3.545	2.058
	<b>33.361</b>	<b>25.052</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

PLANO PRECE CV	2020	2019
Créditos Privados e Depósitos	-	130
Companhias Abertas	-	130
<b>Fundos de Investimentos</b>	<b>1.319.424</b>	<b>1.349.007</b>
Multimercado - Renda Fixa	940.516	858.324
Multimercado - Renda Variável	378.908	490.683
<b>Investimentos Imobiliários</b>	<b>104.041</b>	<b>158.087</b>
Edificações - Alugadas a patrocinadora	25.835	33.613
Edificações - Alugadas a terceiros	76.715	123.139
Direitos em alienação de investimento imobiliário	1.491	1.335
<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>92.463</b>	<b>83.959</b>
Empréstimos a participantes	92.463	83.959
<b>Outros realizáveis</b>	<b>9.122</b>	<b>2.319</b>
Créditos tributários - IR s/ aplicações financeiras	676	676
Recup. de desp. Gestão de Investimento	-	1.643
Expurgo inflacionário - Vale	8.446	-
	<b>1.525.050</b>	<b>1.593.502</b>

### 6.3 Títulos mantidos até o vencimento

Com base em análises dos fluxos de pagamentos e recebimentos futuros, a Administração da Entidade entende que a PRECE possui a intenção e capacidade financeira suficiente para manter os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" até a data de seu vencimento.

Em atendimento à Resolução CGPC nº 29, de 13 de abril de 2018 alterada pela Resolução CGPC nº 37, de 31 de março de 2020, as características dos títulos e valores mobiliários por modalidade e por categoria de avaliação em 31 de dezembro de 2020 está composto da seguinte forma:



## PRECE PREVIDÊNCIA

## PLANO PRECE III - MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Papel	Emitente	Quantidade	Aquisição	Vencimento	Valor contábil	Valor de mercado
NTN-B	STNC	1.100	25/03/2015	15/05/2023	3.762.188	4.249.082
NTN-B	STNC	1.200	28/09/2016	15/05/2021	4.132.059	4.253.774
NTN-B	STNC	200	27/07/2018	15/05/2023	699.622	772.560
NTN-B	STNC	200	01/08/2018	15/05/2023	699.312	772.560
NTN-B	STNC	100	08/08/2018	15/05/2023	349.202	386.280
NTN-B	STNC	100	20/08/2018	15/05/2023	350.455	386.280
NTN-B	STNC	200	25/01/2019	15/08/2026	756.578	832.108
NTN-B	STNC	200	29/01/2019	15/08/2026	755.227	832.108
NTN-B	STNC	10	30/01/2019	15/08/2026	37.727	41.605
NTN-B	STNC	86	05/02/2019	15/08/2026	327.337	357.807
NTN-B	STNC	120	06/02/2019	15/08/2026	456.340	499.265
NTN-B	STNC	204	07/02/2019	15/08/2026	775.438	848.750
NTN-B	STNC	100	08/02/2019	15/08/2026	378.218	416.054
NTN-B	STNC	100	11/02/2019	15/08/2026	379.426	416.054
NTN-B	STNC	250	15/04/2019	15/05/2035	991.909	1.129.954
NTN-B	STNC	14	18/04/2019	15/05/2035	55.437	63.277
NTN-B	STNC	1000	19/03/2020	16/05/2035	4.113.516	4.519.818
NTN-B	STNC	170	30/04/2019	15/05/2035	683.197	768.369
Debentures	Petrobras	1400	30/05/2018	15/08/2024	1.733.303	1.733.303
					21.436.494	23.279.011

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PLANO PRECE CV – MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Papel	Emitente	Quantidade	Aquisição	Vencimento	Valor contábil	Valor de mercado
Debenture	Vale	10	30/11/2017	15/08/2022	13.250	14.185
NTN-B	STN	10.000	23/10/2014	15/08/2030	35.036.787	43.924.651
NTN-B	STN	20.000	11/02/2015	15/05/2023	68.586.707	77.256.031
NTN-B	STN	8.900	25/03/2015	15/05/2023	30.419.771	34.378.934
NTN-B	STN	10.000	29/07/2015	15/05/2023	33.598.819	38.628.015
NTN-B	STN	10.000	12/08/2015	15/05/2023	33.379.116	38.628.015
NTN-B	STN	10.000	09/09/2015	15/05/2023	33.921.072	38.628.015
NTN-B	STN	10.000	13/12/2017	15/05/2035	36.353.534	45.198.176
NTN-B	STN	10.000	20/12/2017	15/05/2035	36.344.644	45.198.176
Debenture	Petrobras	2.000	06/06/2018	15/08/2024	2.327.651	2.547.755
Debenture	Petrobras	2.000	07/06/2018	15/08/2024	2.314.958	2.476.147
Debenture	TAESA	9593	13/03/2015	15/10/2024	14.377.884	16.058.263
Debenture	Cemig	4395	08/12/2014	15/02/2025	6.641.474	7.245.856
NTN-B	STN	10.000	18/04/2018	15/05/2035	37.508.984	45.198.176
NTN-B	STN	10.000	26/04/2018	15/05/2035	37.194.834	45.198.176
NTN-B	STN	10.000	08/05/2018	15/05/2035	37.237.133	45.198.176
NTN-B	STN	10.000	24/05/2018	15/08/2028	36.363.280	42.889.090
NTN-B	STN	4500	21/06/2018	15/05/2023	15.704.865	17.382.607
NTN-B	STN	5000	27/07/2018	15/05/2023	17.479.890	19.314.008
NTN-B	STN	1100	01/08/2018	15/05/2023	3.843.872	4.249.082
					518.648.526	609.611.535

## 6.4 Informações relevantes sobre os Fundos de Investimentos

Fundos de Investimento	30/09/2020			31/12/2020	
	Total do Patrimônio	Planos	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
FIC FI Sarapuú Mult. CP	326.246	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	378.906
Fundo de Investimento Laranjal	60.993	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	69.730
Fundo de Investimento Guandu	880.163	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	874.623
Fundo de Investimento Alegria	104.267	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	99.773
Fundo de Investimento Imunana	64.056	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva e ênfase	65.888

A seguir, encontra-se histórico dos fundos de investimentos que apresentaram em 30 de setembro de 2020.

### • Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Sarapuú Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimentos Sarapuú Multimercado Crédito Privado (“Fundo”) foi constituído em 30 de novembro de 2011 com objetivo de proporcionar ao Cotista a valorização de suas cotas por meio da aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no regulamento e na regulamentação em vigor, não constituído, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do plano de benefício Prece CV.

Em 30 de setembro de 2020, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 30 de dezembro de 2020.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Sarapuú Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

## PRECE PREVIDÊNCIA

	30/09/2020			31/12/2020	
Fundos de Investimento	Total do Patrimônio	Planos	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
Op. Compromissada	-	-	-	-	30
Fundo de Investimento Rio Preto Multimercado Crédito Privado	12.344	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	10.580
Fundo de Investimento Penha Ações	212.514	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	251.582
Fundo de Investimento Athena Ações*	101.419	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	116.726
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	31	-	-	-	12
<b>Total FI Sarapuí</b>	<b>326.246</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>378.906</b>

\*31/12/2019

### • Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranja Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Laranja Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas de por meio de aplicação dos recursos em carteiras diversificadas de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a acolher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos planos de benefícios Prece I e II.

Em 30 de setembro de 2020, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria sem modificação, datado de 30 de dezembro de 2020.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Laranja Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:



## PRECE PREVIDÊNCIA

Fundos de Investimento	30/09/2020				31/12/2020
	Total do Patrimônio	Planos	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
Op. Compromissada	-	-	-	-	37
Fundo de Investimento Rio Preto Multimercado Crédito Privado	5.332	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ressalva	4.570
Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Rio Douro Ações	34.528	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	40.788
Fundo de Investimento Athena Ações*	21.149	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	24.340
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	16	-	-	-	5
<b>Total FI Laranja</b>	<b>60.993</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>69.730</b>

\*31/12/2019

### • Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Guandu Multimercado Crédito Privado, constituído em 30 de novembro de 2011 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 30 de novembro de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas de por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do plano de benefício Prece CV.

A partir de janeiro de 2017, em consonância com a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, conforme determinação da PREVIC, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Os ativos financeiros que compõem as carteiras do Fundo e/ou dos fundos investidos estão expostos diretamente, ou através do uso de derivativos, aos riscos das variações das taxas de juros prefixadas, pós fixadas, índices de preços, e/ou variação cambial, não havendo, necessariamente um fator de risco principal.

Em 30 de setembro de 2020, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ênfase, datado de 23 de dezembro de 2020.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Guandu Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

## PRECE PREVIDÊNCIA

Fundos de Investimento	Total do Patrimônio	Planos	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
Op. Compromissada	-	-	-	-	7
Fundo de Investimento Barra Multimercado	3.779	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	3.431
Fundo de Investimento Lagoa Multimercado Crédito Privado	1.146	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	1.172
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	7.898	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	10.701
Fundo de Investimento Macacos Multimercado Crédito Privado	867.416	Prece CV	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	859.345
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	76	-	-	-	33
<b>Total FI Guandu</b>	<b>880.163</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>874.623</b>

### • Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Alegria Multimercado Crédito Privado, constituído em 25 de abril de 2008 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 22 de julho de 2011 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas de por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou

promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar dos planos de benefícios Prece I e II.

A partir de janeiro de 2017, em consonância com a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, conforme determinação da PREVIC, com a anuência do administrador, diversas Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) herdadas de gestões anteriores a 2007, tiveram 100% dos seus valores provisionados para perda em função do não pagamento dos valores devidos.

Em 30 de setembro de 2020, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva, datado de 30 de dezembro de 2020.

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Caixa Alegria Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

## PRECE PREVIDÊNCIA

Fundos de Investimento	30/09/2020				31/12/2020
	Total do Patrimônio	Planos	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
Op. Compromissada	-	-	-	-	5
Fundo de Investimento Barra Multimercado	14.509	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	13.175
Fundo de Investimento Lagoa Crédito Privado	523	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	535
Fundo de Investimento Lameirão Multimercado Crédito Privado	3.522	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório com abstenção de opinião	4.771
Fundo de Investimento Xerém Multimercado Crédito Privado	85.726	Prece I e II	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	81.293
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	13	-	-	-	6
<b>Total FI Alegria</b>	<b>104.267</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>99.773</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

## • Fundo de Investimento Caixa Imunana Multimercado Crédito Privado

O Fundo de Investimento Imunana Multimercado Crédito Privado, constituído em 18 de março de 2013 sob forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração, iniciou suas atividades em 21 de novembro de 2013 e tem por objetivo proporcionar ao Cotista a valorização de suas contas de por meio de aplicação dos recursos em carteira diversificada de ativos financeiros disponíveis no âmbito do mercado financeiro e de capitais, observadas as limitações previstas no Regulamento e na Regulamentação em vigor, não constituindo, em qualquer hipótese, garantia ou promessa de rentabilidade por parte da Administradora.

O Fundo é destinado a colher exclusivamente investimentos da PRECE – Previdência Complementar do plano de benefício Prece CV.

O Fundo neste exercício social tem alocado 21,91% de suas cotas em FIQ de FIP e as demais cotas em fundos de investimentos multimercado e operação compromissada.

Em 30 de setembro de 2020, os auditores contratados pelo Fundo emitiram relatório de auditoria com ressalva e com ênfase, datado de 28 de janeiro de 2021.

O Fundo de Investimento em Caixa Imunana Multimercado Crédito Privado, possui investimentos nos seguintes fundos investidos assim demonstrados:

Fundos de Investimento	30/09/2020			31/12/2020		
	Total do Patrimônio	Planos	Data	Auditor Independente	Tipo de relatório	Saldo contábil
Op. Compromissada	13.502	-	-	-	-	20
Signal Capital FIQ FIP	14.035	Prece CV	29/02/2020	PWC Auditores Independentes	Relatório com ressalva	12.416
Capitania REIT FIC FIM CP	14.709	Prece CV	30/09/2020	KPMG Auditores Independentes	Relatório com ênfase	15.475
SPX NIM ESTRU FICFIM	11.161	Prece CV	31/12/2019	PWC Auditores Independentes	Relatório sem modificação	-
ABSOLUTE VERTEX II F	10.689	Prece CV	31/03/2020	KPMG Auditores Independentes	Relatório sem modificação	37.980
Contas a Pagar/Receber + Tesouraria	40	-	-	-	-	3
<b>Total FI Imunana</b>	<b>64.056</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.888</b>

## 6.5. Desenquadramento dos investimentos

A partir de maio/2015, quando ocorreu o desenquadramento passivo de imóveis, a Prece aprovou junto ao seu Conselho Deliberativo um plano para equacionamento do desenquadramento. Tal estratégia foi mantida vigente até julho/2016, onde a fundação passou a negociar com a Previc, por orientação da mesma, a adesão a um Termo de Ajuste de Conduta (“TAC”) e, mesmo sem a efetiva assinatura do termo, a Entidade permaneceu anunciando mensalmente os imóveis tanto em meios físicos (jornal) quanto digitais (site) com o objetivo de alienação do estoque de imóveis, visando o enquadramento de seus planos de benefício.

A Resolução CMN nº 4.661 de maio/2018 ao mesmo tempo que vedou a compra de imóveis físicos e terrenos para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar apresentou o prazo de doze anos, a contar da entrada em vigor desta resolução, para a alienação do estoque de imóveis físicos (“títulos”) e terrenos pertencentes à carteira de investimentos das EFPC, ou constituição de FILs (Fundos de Investimento Imobiliários) para abrigar os imóveis em carteira.

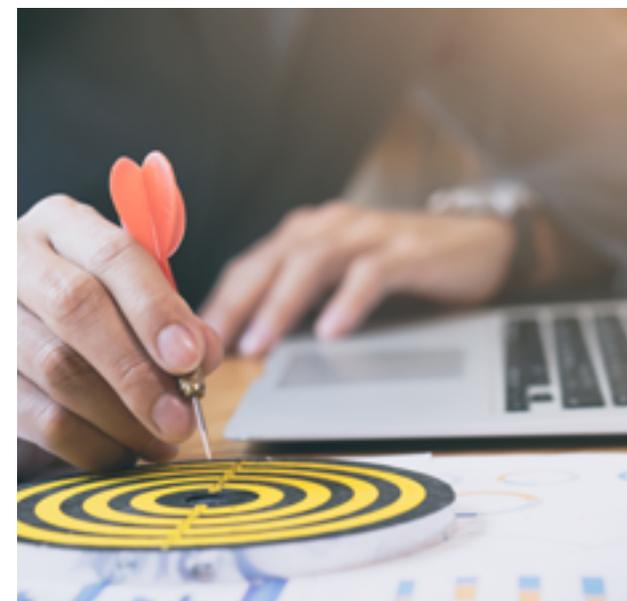
Após a resolução supracitada, os planos Prece I e II

permaneceram com o excedente de imóveis além dos 20% previstos, fato que levou os gestores da Prece a retomarem as tratativas para novo texto e composição do TAC. Conforme pode ser verificado no texto do Ofício nº 50/2019/ERRJ/DIFIS/Previc, em maio/2019 a Previc concedeu mais 6 meses para a apresentação da proposta de TAC referente aos planos Prece I e II. Em reunião realizada entre a Diretoria Executiva da Prece e os fiscais da Previc, ficou acordado que a Prece efetuará a reavaliação dos imóveis em janeiro/21, onde, de acordo com as condições mercadológicas os valores estariam abaixo da última avaliação, o que de fato ocorreu. Sendo assim, os valores de desenquadramento foram reduzidos significativamente, evitando a necessidade do TAC. Outro fator que possibilitou a redução no percentual de desenquadramento foi a adequação do processo de contabilização do ativo imobiliário da entidade, onde houve a baixa dos valores de alugueis a receber, assim como a parametrização do sistema imobiliário para controle adequado da provisão de direitos creditórios de liquidação duvidosa, em consonância a IN MPS/SPC Nº 34/2009.

Em 31 de dezembro de 2020, no que se refere ao limite de recursos aplicados no segmento imobiliário em relação à Política de Investimentos e a legislação vigente, considerando separadamente os planos PRECE I e PRECE II, apenas o primeiro estava desenquadrado, em 21,32%,

no entanto estaria enquadrado caso consideremos os planos conjuntamente.

É oportuno ressaltar que os imóveis físicos devem ser contabilizados dentro do segmento imobiliário para cálculo de limites. Por fim, ressaltamos que o artigo 37 inciso XIII que versa sobre vedação de possuir imóveis físicos na carteira não está sendo considerado como desenquadramento, pois, há um período de 12 anos para a sua venda, e a Prece está empenhando esforços para cumprir com o que rege à legislação.



## PRECE PREVIDÊNCIA

**NOTA 7 – PERMANENTE**

O ativo permanente é composto pelos ativos imobilizado e intangível, que são demonstrados aos custos de aquisição, depreciados e amortizados pelo método linear, e de acordo com o que estabelece a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018.

	TAXA DE DEPRECIÇÃO/ AMORTIZAÇÃO	SALDO LÍQUIDO EM 2019	AQUISIÇÕES/ AJUSTES	DEPRECIÇÕES/ AMORTIZAÇÕES	SALDO LÍQUIDO EM 2020
<b>Imobilizado</b>		210	174	(246)	138
<b>Bens móveis</b>		210	174	(246)	138
Móveis e utensílios	10%	60	33	(45)	48
Máquinas e equipamentos	10%	80	19	(44)	55
Processamento de dados		70	122	(158)	34
<b>Intangível</b>		383	4	(82)	305
Software	20%	234	4	(25)	213
Benfeitorias imóveis		149	-	(57)	92
		593	178	(328)	443

## NOTA 8 - EXIGÍVEL OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	2020	2019
<b>Gestão Previdencial</b>		
Benefícios a pagar	106.876	91.580
Retenções a recolher	5.730	4.735
Outras exigibilidades	2.820	1.561
	115.426	97.876
<b>Gestão administrativa</b>		
Contas a pagar	1.816	1.744
Retenções a recolher	400	389
Tributos a recolher	73	131
Outras exigibilidades	2.264	14
	4.553	2.278
<b>Investimentos</b>		
Investimentos imobiliários	1.090	957
Empréstimos e financiamentos	44	8
Outras exigibilidades	1.849	553
	2.983	1.518
	122.962	101.672



## PRECE PREVIDÊNCIA

## NOTA 9 – EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Fundamentado nas informações prestadas pela Assessoria Jurídica, em consonância com as estimativas de condenação em processos de natureza cível e trabalhista, nos quais a PRECE figura no polo passivo.

De acordo com a classificação de risco de perdas identificadas como prováveis, a PRECE possui registrado em 31 de dezembro de 2020, na rubrica Exigível Contingencial – Gestão Previdencial e Administrativa, provisões para contingências no montante de R\$ 59.155 (R\$ 63.150 em 2019), conforme quadros abaixo:

DESCRIÇÃO	2020	2019
Demandas judiciais - Área cível (Jorge Vannier)	-	90
Demandas judiciais - Área trabalhista (Castro Miranda)	24.632	25.550
Demandas judiciais - Área cível (C.Martins)	32.406	35.641
<b>Total planos de benefícios</b>	<b>57.038</b>	<b>61.281</b>
Demandas judiciais -Área cível	911	777
Demandas judiciais -Área trabalhista	722	621
Demandas judiciais -Área tributária	484	471
<b>Total PGA</b>	<b>2.117</b>	<b>1.869</b>
	<b>59.155</b>	<b>63.150</b>

## CONTINGÊNCIAS POR PLANOS DE BENEFÍCIOS E PGA

PROVÁVEL - %100 PROVISIONADO - 2020					
Descrição	Prece I	Prece II	Prece CV	PGA	Total
Área cível	14.689	14.990	2.727	911	33.317
Área trabalhista	17.968	272	6.392	722	25.353
Área tributária	-	-	-	484	484
	<b>32.656</b>	<b>15.263</b>	<b>9.119</b>	<b>2.117</b>	<b>59.155</b>

POSSÍVEL - 2020					
Descrição	Prece I	Prece II	Prece CV	PGA	Total
Área cível	3.057	567	4.255	158	8.037
Área trabalhista	-	-	-	206	206
Área tributária	1	2	26	4.637	4.666
	<b>3.058</b>	<b>569</b>	<b>4.281</b>	<b>5.001</b>	<b>12.909</b>

## PROCESSOS NA ESFERA CÍVEL

Representados basicamente por processos cíveis, tendo como objeto fim o pleito de inclusão de beneficiários, revisão de benefícios, reserva de poupança, reserva de poupança sem perda de vínculo com a patrocinadora, empréstimos a Participantes, Seguro de vida (apólice coletiva) e paridade. Estes processos estão sendo administrados pelos escritórios de advocacia C. Martins que estimaram uma perda provável em 2020 de R\$ 33.317 (R\$ 36.509 – 2019). E com perda possível em 2020 de R\$ 8.037 (R\$ 22.088 – 2019).

## PROCESSOS NA ESFERA TRABALHISTA

Representados por demandas trabalhistas de participantes assistidos e ativos dos Planos PRECE I, PRECE II e PRECE CV pleiteando a concessão e revisão de benefício, a devolução de valores descontados a título de contribuição extraordinária, diferenças de complementação no convênio paridade, vínculo empregatício empregado PRECE, reintegração, verbas rescisórias, entre outros

Estes processos estão sendo administrados pelo escritório de advocacia Felipe Abreu & Mario Castro, com perda provável em 2020 de R\$ 25.353 (R\$ 26.170 – 2019), e com perda possível de R\$ 206 (R\$ 228 – 2019).

## PROCESSOS NA ESFERA TRIBUTÁRIA

Representados por demandas tributárias administrativas e judiciais, tendo como objeto fim, em resumo, ações referentes a Pis – Cofins e IOF. Estes processos estão sendo administrados pelo escritório de advocacia JCM Advogados, com uma perda provável em 2020 de R\$ 484. E com perda possível em 2020 de R\$ 4.666 (R\$ 4.995 – 2019).

## CONTINGÊNCIAS DIVERSAS

### a) Ação judicial para permanecer nos Planos PRECE I e II sem contribuição extraordinária

Não está mais em vigor a liminar concedida pelo Juiz da 7ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro no processo 0000641-32.2011.5.01.0007, que impedia que a PRECE de majorar e cobrar toda e qualquer contribuição extraordinária dos Planos PRECE I e II.

O processo movido pelo SINTSAMA, posteriormente à concessão da liminar, foi distribuído à 14ª Vara Cível da Comarca da Capital– RJ, sob o n.º 0337072-86.2013.8.19.0001, em razão do STF ter reconhecido a competência cível para processar e julgar questões

relacionadas à Previdência Complementar.

A supracitada ação foi apensada ao processo nº 0291346-89.2013.8.19.0001 movido pelo STAECNOM, em andamento na mesma Vara Cível para serem julgados juntos, por conexão.

Em sentença proferida pela 14ª Vara Cível, em ambos os processos, restou reconhecida a litude da cobrança da contribuição extraordinária dos Planos PRECE I e II.

Os Sindicatos autores recorreram da decisão, porém os recursos de apelação não foram acolhidos pelos desembargadores da 8ª Câmara Civil do Rio de Janeiro, que, por unanimidade, mantiveram a sentença, por entenderem ser válida a cobrança das contribuições extraordinárias com a finalidade de equacionar o déficit do plano previdenciário.

Interpostos embargos de declaração pelos Sindicatos, que estão com o Desembargador relator desde 12/12/2018, aguardando apreciação.

*Autos encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça em 09 de dezembro de 2019*

## RECUPERAÇÃO DE IMPOSTOS

### Imposto de Renda sobre APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Encontra-se em fase de liquidação os processos administrativos, referentes ao imposto de renda sobre as aplicações financeiras, recolhido a maior no período de janeiro de 1999 a agosto de 2001. (Nota 6)

### PIS e COFINS

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973/2014, que alterou a base de incidência do PIS e COFINS, de 01 de janeiro de 2015 em diante. A Diretoria Executiva através da RD nº 187/2015 de 27/05/2015, por intermédio da JCM Advogados, ingressou com o Mandado de Segurança 0081039-25.2015.402.5101, para discussão da não incidência do PIS/COFINS sobre a totalidade das Receitas Administrativas do PGA, e a partir do mês de competência setembro de 2015 a PRECE passou a depositar judicialmente os valores apurados. O processo encontra-se sobrestado aguardando a decisão final sobre o tema pelo STF.

## NOTA 10 – PROVISÕES MATEMÁTICAS

a) As provisões matemáticas foram calculadas por atuários, cujos pareceres evidenciam o cumprimento às normas atuariais pertinentes, considerando-se as características peculiares do Estatuto e dos Regulamentos dos planos de benefícios e incluem os compromissos correspondentes aos participantes que já adquiriram direitos, os quais

podem ou não terem sido requeridos, e o direito aos participantes que ainda não os adquiriram.

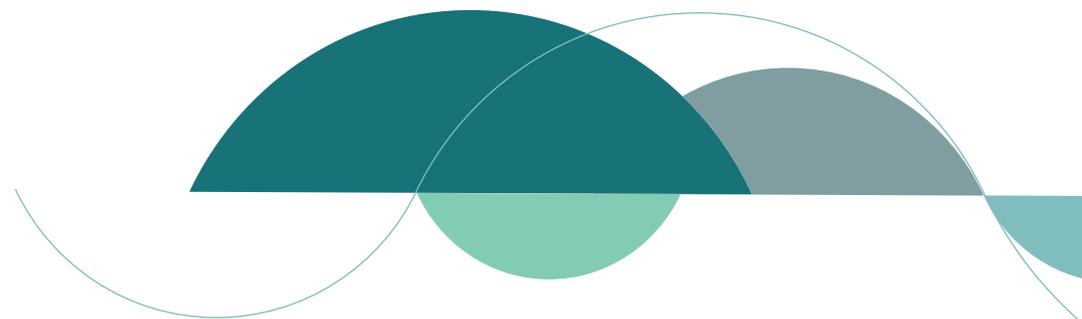
As provisões matemáticas apresentam a seguinte divisão:

- I. Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – Correspondem ao valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).
- II. Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – Correspondem a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e dos participantes, quando aplicável.
- III. Provisões matemáticas a constituir – Correspondem ao valor dos déficits equacionados, atualizados na data do balanço.

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício de 2020 e 2019 pode ser resumida como segue:

Descrição	2020	2019
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>2.021.811</b>	<b>2.033.576</b>
Contribuição definida	301.514	327.167
BD Estruturado em regime de capitalização	1.720.297	1.706.409
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>649.314</b>	<b>649.314</b>
CD Contribuição definida	563.729	588.748
BD Estruturado em regime de capitalização programado	84.315	106.121
BD Estruturado em regime de capitalização não programado	1.270	1.434
( - ) Provisões matemáticas a constituir	(952.112)	(956.840)
( - ) Déficit Equacionado	(952.112)	(956.840)
( - ) Patrocinador(es)	(463.335)	(472.904)
( - ) Participantes	(40.865)	(49.110)
( - ) Assistidos	(447.912)	(434.826)
	<b>1.719.013</b>	<b>1.773.039</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA



As provisões matemáticas por Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2020 estão assim demonstradas:

Descrição	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>554.648</b>	<b>190.154</b>	<b>568</b>	<b>1.276.441</b>	<b>2.021.811</b>
Contribuição Definida	-	-	568	300.946	301.514
Benefício Definido	554.648	190.154	-	975.495	1.720.297
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>85.261</b>	<b>324</b>	<b>29.821</b>	<b>533.908</b>	<b>649.314</b>
Contribuição Definida					
Benefício Definido	85.261	324	-	-	85.585
(-) Provisões matemáticas a constituir	(598.315)	(113.040)	-	(240.757)	(952.112)
(-) Déficit Equacionado	(598.315)	(113.040)	-	(240.757)	(952.112)
(-) Patrocinador(es)	(291.611)	(53.320)	-	(118.404)	(463.335)
(-) Participantes	(40.865)	-	-	-	(40.865)
(-) Assistidos	(265.839)	(59.720)	-	(122.353)	(447.912)
	<b>41.594</b>	<b>77.438</b>	<b>30.389</b>	<b>1.569.592</b>	<b>1.719.013</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

**Contribuição extraordinária – PRECE I**

PRECE I - Os valores recebidos pela PRECE, durante o exercício de 2020 referente ao déficit equacionado do Plano PRECE I, estão representados no quadro, abaixo:

EXERCÍCIO DE 2020 - PRECE I			
	PATROCINADORA	PARTICIPANTE ATIVO	PARTICIPANTE ASSISTIDO
Janeiro	2.734	296	1.816
Fevereiro	2.809	290	1.826
Março	2.763	288	1.800
Abril	2.727	405	1.962
Maió	2.762	3	1.973
Junho	2.745	618	1.954
Julho	2.715	300	1.968
Agosto	2.757	301	1.952
Setembro	2.795	294	1.951
Outubro	2.790	286	1.920
Novembro	2.834	316	1.954
Dezembro	2.873	282	1.906
	<b>33.304</b>	<b>3.679</b>	<b>22.982</b>

Os valores relativos ao déficit equacionado dos participantes ativos e assistidos estão sendo pagos desde novembro de 2017.

Por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 383.408 (R\$ 387.703 – 2019).

No que se refere o déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 214.907 (R\$ 213.638 – 2019).

Com a vigência do novo Plano de Equacionamento a partir de abril de 2019, conforme definido no documento MERCER 121 - RE 135.18, somado ao grande número de desligamentos dos funcionários da Patrocinadora CEDAE, verificou-se um número elevado de solicitação de desligamento de participantes do Plano Prece I, motivo pelo qual foi recomendado pela Consultoria Atuarial, na condição de responsável técnico-atuarial pelo Plano, a realização de uma Avaliação Atuarial Especial em agosto/2019. Frente aos desligamentos e cancelamentos ocorridos, observou-se uma expressiva redução nas Provisões Matemáticas do Plano, especialmente de Benefícios a Conceder. As obrigações referentes aos participantes que solicitaram o cancelamento do Plano foram dimensionadas pela Prece, correspondendo este valor à Reserva de Poupança e foram registrados no Exigível Operacional, conforme definido pela PRECE. Face à antedita redução da obrigação, foi necessário redimensionar os valores das Provisões Matemáticas a Constituir. Uma vez realizado o cálculo da Avaliação Atuarial, foi verificado o resultado positivo do Plano e foi calculado o montante da Patrocinadora de um lado e dos Participantes e Assistidos de outro lado e os respectivos valores foram deduzidos da Provisão Matemática a Constituir referentes aos déficits de 2016 e 2017,

## PRECE PREVIDÊNCIA

de forma proporcional, como preconiza a legislação vigente. Os valores foram contabilizados no balancete de agosto/2019. Contudo, o posicionamento do Conselho Deliberativo da Entidade foi de não classificar a Avaliação Atuarial como especial por envolver economicidade; opção por considerar a avaliação como anual e atualizar os resultados por recorrência até dezembro/2019; e ausência de razoabilidade, ao impor novo plano de custeio que seria revisto em poucos meses, em decorrência da avaliação atuarial anual.

Os valores acima apresentados de 2016 e 2017 já consideram tal redução.

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 598.315 (R\$ 601.341 - 2019);

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

### Contribuição extraordinária - PRECE II

**PRECE II** - Os valores recebidos pela PRECE, durante o exercício de 2019, referente ao déficit equacionado do Plano PRECE II, estão representados no quadro ao lado:

EXERCÍCIO DE 2020 - PRECE II			
	PATROCINADORA	PARTICIPANTE ATIVO	PARTICIPANTE ASSISTIDO
Janeiro	628	-	585
Fevereiro	644	-	578
Março	634	-	580
Abril	628	-	679
Maió	635	-	671
Junho	631	-	662
Julho	626	-	666
Agosto	635	-	661
Setembro	642	-	654
Outubro	641	-	649
Novembro	651	-	654
Dezembro	659	-	640
	<b>7.654</b>	-	<b>7.679</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

Os valores relativos ao déficit equacionado dos participantes ativos e assistidos estão sendo pagos desde novembro de 2017.

Por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 18.915 (R\$ 24.523 – 2019).

No que se refere o déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 74.151 (R\$ 74.469 – 2019).

Relativamente o déficit equacionado de 2018, o Plano de Equacionamento de 2018 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à Avaliação Atuarial de 2018, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 5.288 (R\$ 10.220 – 2019).

O montante de R\$ 10.220 referente a uma parte do

resultado deficitário apurado no encerramento do exercício de 31/12/2018 foi alvo do Plano de Equacionamento detalhado no relatório MERCER 121 – RE 079/19 e contabilizado em Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2019. Conforme detalhado no referido relatório, a mencionada parte do resultado deficitário corresponde à totalidade do déficit apurado na Avaliação Atuarial de 2018. O referido plano de equacionamento fora aprovado pela diretoria executiva através da RD 344/2019 em 10/ dez, analisado e aprovado pelo Conselho Deliberativo dessa entidade, através da Deliberação 051/2019 com cronograma de pagamento que apresentou o início das contribuições extraordinárias a partir de abril/2020. Desta forma, relativamente o déficit equacionado de 2019 o Plano de Equacionamento de 2019 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à Avaliação Atuarial de 2019, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 14.687.

Frente aos históricos de sucessivos déficits, a PRECE juntamente com a sua Consultoria Atuarial, elaboraram um plano de ação com diversas soluções que visem equacionar os problemas estruturais dos Planos administrado pela PRECE.

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os

valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 113.041 (R\$ 109.212 – 2019). Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

### Contribuição extraordinária – PRECE III

Tendo em vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao Plano PRECE III, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## Contribuição extraordinária – PRECE CV parte Renda Vitalícia

A provisão matemática a constituir do Plano PRECE CV (renda vitalícia), relativo ao déficit equacionado está classificada no passivo como conta redutora, caracterizando um direito a receber do plano.

É uma dívida de natureza atuarial, que prevê a possibilidade de revisão anual do saldo devedor em função de ganhos, as proporções definidas no rateio, podendo o excedente ser utilizado para abater o saldo da dívida, atestado por meio de fluxo atuarial anualmente e que considere as receitas, despesas e patrimônio de cobertura.

A parcela da dívida de responsabilidade da Patrocinadora CEDAE possui um contrato de dívida contratada, registrado em cartório, e com garantias reais, como formaliza a Resolução CGPC nº 15, de 19 de novembro de 2014.

Os valores recebidos pela PRECE, durante o exercício de 2020, referente ao déficit equacionado do Plano CV/RV, estão representados no quadro a seguir:

EXERCÍCIO DE 2020 - PRECE CV/RV		
	PATROCINADORA CEDAE	PARTICIPANTE ASSISTIDO
<b>Janeiro</b>	<b>1.244</b>	<b>1.017</b>
<b>Fevereiro</b>	<b>1.277</b>	<b>1.013</b>
<b>Março</b>	<b>1.257</b>	<b>1.012</b>
<b>Abril</b>	<b>1.244</b>	<b>1.259</b>
<b>Mai</b>	<b>1.257</b>	<b>1.247</b>
<b>Junho</b>	<b>1.250</b>	<b>1.270</b>
<b>Julho</b>	<b>1.239</b>	<b>1.280</b>
<b>Agosto</b>	<b>1.255</b>	<b>1.274</b>
<b>Setembro</b>	<b>1.272</b>	<b>1.279</b>
<b>Outubro</b>	<b>1.270</b>	<b>1.268</b>
<b>Novembro</b>	<b>1.290</b>	<b>1.274</b>
<b>Dezembro</b>	<b>1.306</b>	<b>1.257</b>
	<b>15.161</b>	<b>14.450</b>

Frente aos históricos de sucessivos déficits, a PRECE juntamente com a sua Consultoria Atuarial, elaboraram um plano de ação com diversas soluções que visem equacionar os problemas estruturais dos Planos administrado pela PRECE.

As provisões matemáticas a constituir referentes ao déficit técnico equacionado em 2016 correspondem a R\$ 124.070 (128.489 – 2019).

No que se refere o déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2019 o referido déficit equacionado é de R\$ R\$ 116.686 (117.797 - 2019).

Desta forma, os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir de R\$ 240.756 (R\$ 246.286 – 2019).

Adicionalmente, e em face de a PRECE não ter informado nenhum outro fato relevante para este Plano, além dos pontos destacados acima, especialmente em relação à solvência e liquidez do Plano, bem como em relação ao nível de contribuições extraordinárias, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer outro fato adicional que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial, em relação aos Planos administrados pela PRECE.

### b) Premissas e Hipóteses Atuariais

## PRECE PREVIDÊNCIA

Os cálculos das provisões matemáticas de 2020 consideraram as seguintes premissas e hipóteses atuariais e econômicas:

## Plano PRECE I

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,40% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1)(2)</sup>	0,27% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019
Tábua de mortalidade geral	AT-83 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	MULLER
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastral <sup>(3)</sup>
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela(s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 5 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 75%; percentual médio de reversão: 0,61.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, que tomaram como base a população existente no Plano Prece I.

O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na PRECE.

A hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,43% a.a. para 0,27% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2012 2018 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## Plano PRECE II

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,04% a.a.
Projeção de crescimento real de salário <sup>(1)(2)</sup>	0,27% a.a.
Fator de capacidade para os salários	0,98
Fator de capacidade para os benefícios	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 básica M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F
Tábua de entrada em invalidez	MULLER
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastral <sup>(3)</sup>
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE /IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela(s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 8 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 72%; percentual médio de reversão: 0,84.

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, que tomaram como base a população existente no Plano Prece II.

O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se

arquivado na PRECE.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,43% a.a. para 0,27% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2012 2018 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

Houve atualização dos percentuais da premissa de composição familiar, mas pelo mesmo motivo anterior, esta não gerou impacto na avaliação atuarial.

A taxa real anual de juros foi alterada de 4,40% a.a para 4,04% a.a aprovada pelos órgãos competentes da PRECE, baseada em estudo técnico específico de adequação e compreendido no intervalo permitido para a taxa de juros parâmetro para o exercício de 2020, divulgado pela Portaria PREVIC nº 292/2020.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

### Plano PRECE III

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Salários	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Benefícios	Cota Patrimonial
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral <sup>(1)</sup>	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	ALVARO VINDAS
Custo de Pensão	Não Aplicável

1) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por sexo, suavizada ao longo das idades em 10%.

As hipóteses são aplicáveis ao Plano apenas para determinar o custo do Saldo Projetado para os Benefícios de Risco ou os Fatores Atuariais para fins de apuração do valor da Renda por Prazo Indeterminado, considerando o disposto na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Em virtude da forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura. O referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito a volatilidade devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18 e suas alterações posteriores.

## PRECE PREVIDÊNCIA

**Plano PRECE CV**

A seguir descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas na apuração das Provisões Matemáticas desta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,49% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Salários	Acumulado INPC
Atualização Monetária dos Benefícios	Acumulado INPC
Fator de capacidade	0,98
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral <sup>(2)</sup>	AT 2000 Básica M
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability M&F (D30)
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Não Aplicável
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) Foi utilizada a tábua AT2000 Básica, masculina.

Houve a alteração na taxa real de juros, a qual foi alterada de 4,80% a.a. para 4,49% a.a.

Excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

As hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18 e suas alterações posteriores.



## NOTA 11 – EQUILÍBRIO TÉCNICO

### a) Apuração do Resultado do Exercício

Representa os resultados acumulados obtidos pela PRECE e registrados na conta de resultados realizados. A composição da conta resultados realizados, em 31 de dezembro, e a respectiva movimentação no exercício foi a seguinte:

Descrição	Exercícios	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2019	10.744	(14.686)	-	(21.385)	(25.327)
Movimento no ano		3.739	8.726	-	(105.442)	(92.977)
Superávit/(Déficit) técnico	Em 2020	14.483	(5.960)	-	(126.827)	(118.304)

### Plano PRECE I

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE I é superavitária em R\$ 14.483 (R\$10.744 – 2019) no encerramento do exercício.

A rentabilidade patrimonial do Plano PRECE I auferida nos 12 meses entre as Datas das Avaliações, foi de 0,53%, sendo que a meta atuarial do mesmo período, dada pela taxa de juros atuarial acrescida do índice do Plano, foi de 10,09% (INPC mais taxa de juros de 4,40% de janeiro a dezembro de 2020), o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 8,68%.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme o disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a seguinte fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ , limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 18,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2020. Assim, o montante de R\$10.398 foi contabilizado em Reserva de Contingência e o valor superavitário remanescente de R\$4.085, contabilizado em Reserva Especial, conforme definido pela Entidade.

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, portanto, o ajuste de precificação não é aplicável.

## Plano PRECE II

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE II apresenta novo déficit no valor de R\$ 5.960 (R\$14.686 – 2019) no encerramento do exercício.

Dentre as causas responsáveis pela variação do resultado temos principalmente o equacionamento total do déficit 2019, atenuado pela alteração das hipóteses atuariais e perda atuarial por não atingimento da meta atuarial do exercício.

A rentabilidade patrimonial do Plano PRECE II auferida nos 12 meses entre as Datas das Avaliações, foi de 0,53%, conforme informado pela PRECE, sendo que a meta atuarial do mesmo período, dada pela taxa de juros atuarial acrescida do índice do Plano, foi de 10,09% (INPC mais taxa de juros de 4,40% de janeiro a dezembro de 2020), o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 8,68%.

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas

conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, da perda atuarial do exercício em função da rentabilidade não ter superado a meta atuarial, incrementado pela alteração das hipóteses atuariais, principalmente, redução da taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,04%a.a.

Conforme determina a Resolução CNPC nº 300/2018, considerando da duração do passivo do exercício de 2020 de 11,97 anos, o limite do déficit para a Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$ 6.172 (7,97% das Provisões Matemáticas). O déficit apurado foi de R\$ 5.960 e como este montante é inferior ao limite de R\$ 6.172, não é obrigatória a elaboração de um plano de equacionamento de déficit para o resultado atuarial de 2020.

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, portanto, o ajuste de precificação não é aplicável.

## Plano PRECE III

A situação econômico-atuarial do Plano PRECE III, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é equilibrada como observado através do confronto entre as obrigações, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

## Plano PRECE CV

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, porém em patamar superior ao exercício de 2019. Contribuíram para o aumento do resultado deficitário a rentabilidade patrimonial do Plano ter sido aquém da meta atuarial, bem como o aumento da provisão matemática em função da redução da taxa de juros do Plano.

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE CV apresenta um déficit no valor de R\$ 126.828 (R\$ 21.385 – 2019) no encerramento do exercício.

Há que se ressaltar que o Plano apresentou um aumento no resultado deficitário em 31/12/2020 de 493,07%, ou um déficit técnico no exercício de R\$ 105.443. Contribuiu para o resultado o aumento da provisão matemática em função da redução da taxa de juros e a perda atuarial do plano.

A rentabilidade patrimonial do Plano PRECE CV auferida nos 12 meses entre as Datas das Avaliações, foi de 3,99%, conforme informado pela PRECE, sendo que a meta atuarial do mesmo período, dada pela taxa de juros

## PRECE PREVIDÊNCIA

atuarial acrescida do índice do Plano, foi de 10,51% (INPC mais taxa de juros de 4,80% de janeiro a dezembro de 2020), o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 5,9%. Considerando a existência de títulos públicos marcados na curva, o ajuste de precificação montava, em 31 de dezembro de 2020, em R\$ 30.695 (R\$ 23.980 - 2019). Dessa forma, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 96.133.

### b) Equilíbrio Técnico Ajustado – Ajuste de Precificação

A partir do exercício de 2015, a PRECE passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015.

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico ou para o equacionamento de déficit técnico do plano de benefício. A Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits e destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duração do passivo atuarial). Para o déficit, o limite é dado pela fórmula  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ . Para destinação ou utilização de superávit, o limite é dado pela fórmula  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ .

A apuração do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos planos foi o seguinte:

ATIVO	DATA DE AQUISIÇÃO	DATA DE VENCIMENTO	ISIN	INDEXADOR	TAXA DE JUROS	QUANTIDADE	AJUSTE POR ATIVO				
NTN-B	09/09/2015	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,0757	10.000	2.219				
NTN-B	12/08/2015	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,0726	10.000	2.005				
NTN-B	29/07/2015	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,0679	10.000	1.677				
NTN-B	25/03/2015	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,6430	8.900	1.266				
NTN-B	11/02/2015	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,0627	20.000	2.616				
NTN-B	21/06/2018	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,5430	4.500	315				
NTN-B	01/08/2018	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,0537	1.100	72				
NTN-B	27/07/2018	15/05/2023	BRSTNCNTB4O9	IPCA	0,5350	5.000	321				
NTN-B	23/10/2014	15/08/2030	BRSTNCNTB3B8	IPCA	0,0599	10.000	3.875				
NTN-B	13/12/2017	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	0,0545	10.000	3.486				
NTN-B	20/12/2017	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	0,0545	10.000	3.486				
NTN-B	24/05/2018	15/08/2028	BRSTNCNTB4X0	IPCA	0,0534	10.000	1.858				
NTN-B	18/04/2018	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	0,0520	10.000	2.619				
NTN-B	26/04/2018	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	0,0519	10.000	2.583				
NTN-B	08/05/2018	15/05/2035	BRSTNCNTB007	IPCA	0,0511	10.000	2.300				
									<b>VALOR CONTÁBIL</b>	<b>VALOR AJUSTADO</b>	<b>AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO</b>
									492.966	492.966	30.695

## NOTA 12 – FUNDOS

### EVOLUÇÃO DOS FUNDOS

	2020	2019
<b>Fundo previdencial</b>	<b>33.489</b>	<b>29.920</b>
<b>Fundo administrativo</b>	<b>4.883</b>	<b>4.941</b>
<b>Fundo de investimentos</b>	<b>11.781</b>	<b>12.242</b>
	<b>50.153</b>	<b>47.103</b>

### Fundo Previdencial

O Fundo de Reversão de Saldo aloca as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do plano PRECE CV;

O Fundo de Cobertura de Risco constituído pelas contribuições da Patrocinadora, destinadas a cobertura dos benefícios de Invalidez e Morte, cujos valores montam R\$ 1.891 e R\$ 21.692 (R\$ 1.679 e R\$ 21.682 em 2019), relativos aos planos PRECE III e PRECE CV, respectivamente.

### Plano PRECE I

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de

2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

### Plano PRECE II

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

### Plano PRECE III

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e o Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco.

O Fundo Previdencial - Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do plano. O referido fundo ao final de 2020 apresentou o montante de R\$ 94.

O Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco é constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de

benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar, cujo valor monta em R\$ 1.891 (R\$ 1.679 em 2019).

### Plano PRECE CV

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e o Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco.

O Fundo Previdencial - Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições vertidas pela Patrocinadora, não utilizadas em caso de Resgate de participantes do plano. O referido fundo ao final de 2020 apresentou o montante de R\$ 9.811 (R\$ 6.548 em 2019).

O Fundo Previdencial – Conta Coletiva para Cobertura de Risco é constituído pelas contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar, cujo valor monta em R\$ 21.692 (R\$ 21.682 em 2019).

## Fundo Administrativo

O Fundo Administrativo é uma reserva constituída com o objetivo de suprir necessidades futuras com gastos na administração dos Planos de Benefícios conforme planificação estabelecida no Anexo C da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2020 encontra-se registrado o seguinte demonstrativo de constituição do Fundo Administrativo:

Descrição	Saldos (R\$)
Saldos - Fundo Administrativo em 2019	4.941
Receitas	18.136
Despesas	(17.755)
Contingências	(503)
Resultado dos Investimentos	64
Reversão - Fundo Administrativo no ano 2020	(58)
Saldos - Fundo Administrativo em 2020	4.883

Os critérios quem vem sendo adotados pela PRECE, têm como suporte o rateio dos valores apropriados mensalmente, conforme demonstrativo, a seguir:

Descrição	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
Participação R\$	631	150	132	3.970	4.883
Participação %	12,92	3,07	2,70	81,30	100,00



## Fundo de Investimento - Fundo de Investimento - QQMI

Tem a finalidade de garantir a cobertura de empréstimos e financiamentos a participantes e assistidos na ocorrência de mortes, invalidez e inadimplência.

Descrição	Prece I	Prece II	Prece III	Prece CV	Total
Participação R\$	2.747	1.120	101	7.813	11.781
Participação %	23,32	9,51	0,86	66,32	100,00

## Fundo de Investimento – Evolução de Reservas

Teve a finalidade de registrar as diferenças entre as rentabilidades apuradas no mês e as apuradas no mês anterior e que são utilizadas para o cálculo da quota do Plano PRECE CV.

Em outubro de 2017 a PRECE iniciou estudos para alteração da metodologia da apuração do resultado anual do Plano CV, que outrora era realizada por metodologia de rentabilidade financeira, para a apuração por metodologia patrimonial, a fim de cumprir determinação regulamentar que previa a utilização da rentabilidade de investimentos do mês anterior, e com base em parecer técnico elaborado por consultoria especializada, a administração optou pela aplicação de um fundo de oscilação de cotas.

O parecer desta Consultoria apontava para a mudança na metodologia financeira de apuração da quota para metodologia patrimonial de apuração da quota, enfatizando, porém, a necessidade de a PRECE manter a previsão regulamentar de divulgar a cota do mês dentro do próprio mês. Ocorre que para isso, por uma questão tempestiva, ao divulgar a cota do mês a contabilidade utiliza-se da rentabilidade do mês imediatamente anterior ao fato, sendo obrigatório para fins de controle patrimonial a provisão da rentabilidade de fato auferida no mês em curso.

Importante ressaltar ainda que a área responsável pela gestão do passivo à época, em dezembro de 2017, informou a consultoria atuarial a respeito da alteração de metodologia, assim como deu conhecimento da necessidade de se criar um Fundo que pudesse refletir o “fundo de oscilação de cota”. Cumpre informar que após tomar conhecimento, a consultoria atuarial não concordou com o lançamento da diferença de rentabilidade em conta de Provisão Matemática, Resultados Realizados e Fundos Previdenciais e se eximiu de opinião, pois o método havia sido criado pela PRECE junto com outra consultoria.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Desta forma, mediante os fatos acima e para atendimento regulamentar de forma a evitar maiores distorções patrimoniais no plano CV e suas sub-massas, criou-se a conta contábil 2.3.2.3.03.00.00 – Outros – Evolução de Reservas – CV/CD para refletir o “fundo de oscilação de cota”.

A executiva por entender a relevância do registro, destacou em notas explicativas nos exercícios de 2017 e 2018 a utilização do Fundos de Investimentos – Outros - Evolução de Reservas (“fundo de oscilação de cota”) no plano CV.

Em tempo: a administração, entendeu que após alteração regulamentar do Plano CV, onde houve revisão do artigo 21, parágrafo 7º, onde determinava que a cota deveria ser apurada até o último dia do mês para ser utilizada até o próximo cálculo, não mais se faz valer, como pode ser verificado no novo regulamento de maio/2018, onde o artigo 20º, parágrafo 6º trata do tema sem essa obrigação (vide de/para anexo na página 21).

Mediante isso, a administração, para atender as alterações regulamentares e aprimorar seu processo operacional de controle patrimonial, optou pela extinção do Fundos dos Investimentos Outros – Evolução de Reservas – CV/CD. Vale ressaltar que para maior conforto da executiva e dos demais órgãos colegiados competentes à governança, tal decisão fora precedida de estudo e evidenciação da consultoria JCM Consultores, sob os aspectos históricos que motivaram a criação do referido Fundo e sua contabilização, assim como a descontinuidade do mesmo.



## NOTA 12 – CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS – COVID-19

Desde janeiro de 2020, com a escalada do COVID-19 (popularmente conhecido como coronavírus) e a pandemia decretada pela Organização Mundial Saúde (OMS), a administração da Sociedade monitorou a situação atentamente, tendo em vista que o mercado financeiro no Brasil e em outras economias maduras apresentou substancial volatilidade no valor dos ativos financeiros, incluindo aqueles atualmente detidos pela Sociedade.

Cabe um destaque especial, que após a avaliação dos impactos nos recursos garantidores das reservas técnicas, pode-se concluir que a maior parte das operações que foram impactadas não foi uma consequência da epidemia, mas também um resultado das medidas para contê-la.

Os impactos na economia ainda são incertos e de difícil mensuração e também dependerão da efetividade das medidas adotadas pelos Governos e dos esforços coordenados pelos Bancos Centrais de diversos países para prover liquidez ao mercado e às empresas dos setores mais afetados.

## NOTA 13 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020 que estabeleceu normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. A instrução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2021, e Entre as principais alterações para vigência em 2021, destacam-se: ampliação da codificação das contas contábeis de 10 para 13 dígitos; revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos; inclusão de rubricas contábeis de provisão de perdas estimadas; padronização de procedimentos para a atualização de depósitos judiciais; reclassificação dos contratos de dívidas registrados no Passivo para o Ativo; e criação de grupo de “Informações extracontábeis”, a fim de complementar informações relativas à débitos técnicos e investimentos das Entidade. A Instrução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021.

Resolução nº 31, de 11 de dezembro de 2018, que dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC para a independência patrimonial dos planos de benefícios de caráter previdenciário, operacionalizada por meio de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ. As Entidade deverão, para fins de operacionalização dos procedimentos

instituídos na Resolução, observar como termo final o dia 31 de dezembro de 2021. Na implementação do CNPJ, observada a regulamentação aplicável, são vedadas: i) a mudança de critérios de precificação; ii) a reprecificação dos ativos e passivos; e iii) a alteração do resultado individual do plano ou consolidado da Entidade.

A Entidade, desde 2018, encontra-se em um projeto de segregação real dos recursos garantidores das reservas técnicas, que é um projeto de alta complexidade operacional que envolve praticamente todas as áreas da Entidade. O Projeto está sendo realizado com base nas melhores práticas de mercado, visando facilitar a governança dos investimentos e atender as especificidades de cada Plano de Benefício. Destacamos que o processo de segregação real dos ativos dos Planos Prece I, II, CV modalidade RV e CV modalidade CD está em estágio avançado, com previsão de conclusão até abril/2021.

A Prece mantém em curso o projeto denominado como “estratégia previdencial” que visa a migração dos participantes que atualmente compõem a massa dos Planos Prece I e II, planos suplementares entre si e que vigoram na modalidade de benefício definido (BD), para um novo plano de modalidade de contribuição definida (CD). Além da migração e constituição de um novo plano, o projeto visa a modernização dos Planos PRECE CV

## PRECE PREVIDÊNCIA

e III. Atualmente o cronograma apresenta data limite para operacionalização até meados do segundo semestre de 2021, a depender da data de autorização do processo pela PREVIC.

## NOTA 14 – DATA DE APROVAÇÃO E ENVIO AO ORGÃO REGULAMENTADOR

As demonstrações contábeis deverão ser encaminhadas para a PREVIC, via SICADI, até o dia 31 de março de 2021, definida pela Instrução SPC nº 34, de 23 de setembro de 2009 e revoga a Instrução PREVIC nº 9, de 22 de junho de 2017.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da PRECE em 25 de março de 2021.

## DEMONSTRATIVO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DA PRECE

Investimentos	2020
Disponibilidades e Outros Realizáveis	R\$ 13.117.362,52
Investimentos	R\$ 1.781.550.833,88
Renda fixa	R\$ 1.001.926.048,23
Títulos Públicos	R\$ 20.268.799,62
Notas do Tesouro Nacional - NTN-A/NTN-B/NTN-C	R\$ 20.268.799,62
Créditos Privados e Depósitos	R\$ 1.733.302,72
Fundos de Investimentos	R\$ 979.923.945,89
Renda Fixa - Planos	R\$ 5.523.773,25
Multimercado - Planos	R\$ 974.400.172,64
Renda Variável	R\$ 450.928.526,49
Fundos de Investimentos	R\$ 450.928.526,49
Renda Variável - Planos	R\$ 2.289.475,82
Multimercado - Planos	R\$ 448.639.050,67
Investimentos Esturados	R\$ 65.890.781,45
Fundos de investimentos	R\$ 65.890.781,45
Investimentos Imobiliários	R\$ 150.893.533,40
Carteira Imobiliária	R\$ 130.790.229,64
Contas a (Pagar) e a Receber	R\$ 20.103.303,76
Empréstimos e Financiamentos	R\$ 111.911.944,31
Carteira de Empréstimos ao Participantes	R\$ 112.023.716,10
Contas a (Pagar) e a Receber	-R\$ 111.771,79
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários	R\$ 1.794.668.196,40
Fundos de Investimentos	R\$ 7.019.350,34
Renda Fixa - Gestão Administrativa	R\$ 7.019.350,34
Recursos Garantidores das Reservas Técnicas dos Planos Previdenciários e PCA	R\$ 1.801.687.546,79

## METODOLOGIA OU AS FONTES DE REFERÊNCIA ADOTADAS PARA O APREÇAMENTO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A Prece designa a maior parte de seus apreçamentos ao Custodiante, haja vista que ele detém expertise para esse tipo de atividade, além de dispor de metodologia expressa em manual próprio de precificação, sendo adotado o Método de Precificação de Marcação a Mercado, preferivelmente. As operações com participantes de empréstimos são precificadas pelo valor do principal somado aos encargos financeiros, conforme o contrato, segundo instrução MPS/SPC Nº 34, de 24 de setembro de 2009. A precificação de imóveis é feita por avaliação patrimonial através de empresa qualificada, as avaliações imobiliárias serão realizadas, preferencialmente, anualmente ou pelo menos a cada três anos, conforme determina a INSTRUÇÃO MPS/PREVIC Nº 15, DE 12/11/20141.

O laudo de avaliação se faz valer do método comparativo direto de mercado, conforme indica a ABNT NBR 14.653-2 – “Avaliação de Bens”, e em conformidade com a Instrução Normativa da Secretaria de Previdência Complementar (SPC) em vigor e que trata do tema Avaliação, buscando a apuração de resultados com o Grau de Fundamentação 2 a 3.

## METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE MERCADO, DE LIQUIDEZ, OPERACIONAL, LEGAL E SISTÊMICO

### 1 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO

A Assessoria de Risco de Investimentos – ASRIN, adota uma metodologia exclusiva para a avaliação do risco de crédito informado nos relatórios enviados mensalmente. Os critérios para avaliação de crédito fazem uso das agências classificadoras Standard&Poors, Moody's e Fitch para a definição dos ativos componentes do segmento de renda fixa. Como referência, vale a pior ou a única classificação, não valendo ainda classificações por agências diferentes das mencionadas. A PRECE poderá investir em ativos com nota superior ou igual ao limite de BBB+ dada por uma das agências classificadoras de risco supracitadas. Além do acompanhamento de rating utilizamos o modelo KMV e a matriz transitividade elaborada pelas agências de classificação de rating para mensurar a probabilidade de default de determinados ativos e também calcular a perda esperada pelos planos decorrente de default.

### 2 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE LIQUIDEZ

A ASRIN adota uma metodologia exclusiva para a avaliação do risco de liquidez informado nos relatórios enviados mensalmente. Os critérios para avaliação de liquidez têm como seu principal objetivo oferecer ao AETQ informações relevantes sobre a liquidez do plano para o curtíssimo prazo (6 meses) e curto prazo (período de 2 anos) tencionando mitigar o risco de liquidez do plano. Também perscrutamos o período de médio prazo (até 7 anos) e o de longo prazo (acima de 7 anos), servindo assim de norte ao gestor na escolha de sua estratégia.

### 3 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS LEGAL

A ASRIN informa mensalmente relatórios de enquadramentos dos planos da PRECE, com o intuito de verificar a aderência da fundação a resolução CMN nº4.661/2018 e suas alterações. Também é fornecido conjuntamente ao relatório de enquadramento legal, um relatório de enquadramento dos ativos da fundação em relação a sua política de investimentos.

## 4 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS DE MERCADO

A ASRIN emprega uma metodologia de cálculo do VaR – Value-at-Risk - com nível de confiança de 95% no horizonte de 1 dia que será apresentado e comparado ao limite máximo do VaR para cada fundo – Este limite é calculado através de metodologia interna apresentada nos relatórios de mercado -. Além destes critérios, utilizamos o Tracking erro, Information Ratio, Beta e Duration para mensurar o risco de mercado da carteira da fundação.

## 5 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS SISTÊMICOS

Risco sistêmico se refere a perturbações generalizadas no mercado financeiro, causadas por fatores tanto endógenos quanto exógenos ao mercado, ou seja, fora do controle desta fundação e que possuem a característica de terem forte capacidade de propagação e contágio entre os demais segmentos do mercado. Desta forma, esse conceito se aplica ao risco inerente e não diversificável que a fundação corre ao utilizar o mercado financeiro como sua principal fonte de renda. Para mensurar este risco, a ASRIN, utiliza cenários estressados e dados referentes a crises passadas, fornecidos pela bolsa de valores ou outras fontes, como referência para que possamos estimar o total de risco que a entidade corre através de sua carteira de ativos.

## 6 • METODOLOGIA E CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS

A definição da metodologia de gestão de riscos empregada pela Prece baseia-se nos conceitos e diretrizes previstas na Resolução CGPC nº 13, de 01/10/04. Além da resolução supracitada, observou-se, também, o disposto na Recomendação CGPC nº 2, 27/04/09, que aconselha a utilização de metodologia de supervisão baseada em risco, e supervisão das EFPCs, inclusive no programa anual de fiscalização, pela PREVIC.

A ASRIC é a unidade operacional responsável pelo desenvolvimento e implementação dos processos correlatos às rotinas de controle e gestão dos riscos operacionais inerentes às atividades desenvolvidas pela PRECE.

Esta avaliação deverá ter como princípio, a mensuração da probabilidade de ocorrência, gravidade, além da avaliação dos fatores externos capazes de mitigar ou potencializar o risco conforme condições apresentadas a seguir:

- a) A probabilidade de ocorrência do risco face a frequência com que o processo operacional associado a ele é desenvolvido;
- b) A gravidade das possíveis consequências prejudiciais mensuradas em função do patrimônio da entidade;
- c) O fator de agravamento frente ao volume de riscos que determinado processo operacional encontra-se exposto;
- d) O nível de exposição ao risco, componente obtido através da combinação dos fatores de probabilidade, gravidade e agravamento dos riscos;
- e) Avaliação da Eficiência dos Controles Internos adotados no intuito de monitorar tanto os processos quanto os

riscos associados aos mesmos;

- f) A análise dos fatores capazes de mitigar e potencializar a incidência ou mesmo o impacto associado ao risco;
- g) O risco inerente, é obtido através da aplicação dos resultados dos fatores de potencialização e mitigação sobre o nível de exposição ao risco.

O resultado obtido é classificado através de estabelecimento de faixas de aceitação do risco, conforme diagrama apresentado a seguir com suas ações propostas:

**MÍNIMO** - significa que não é necessário adotar medidas mitigadoras, a menos que se possa reduzir mais o risco com pouco custo.

**MÉDIO** - significa que os procedimentos avaliados possuem um potencial de geração de dano elevado. É recomendável que sejam adotadas ações mitigadoras para reduzir o risco.

**EXTREMO** - significa que os processos avaliados se encontram num nível de exposição ao risco extremamente elevado, expondo a Entidade num nível de risco temerário. Deverão ser aprimorados os mecanismos de controle, além da adoção de Planos de Ação junto aos gestores dos processos no intuito de reduzir tal condição pelo menos ao nível tolerável de risco

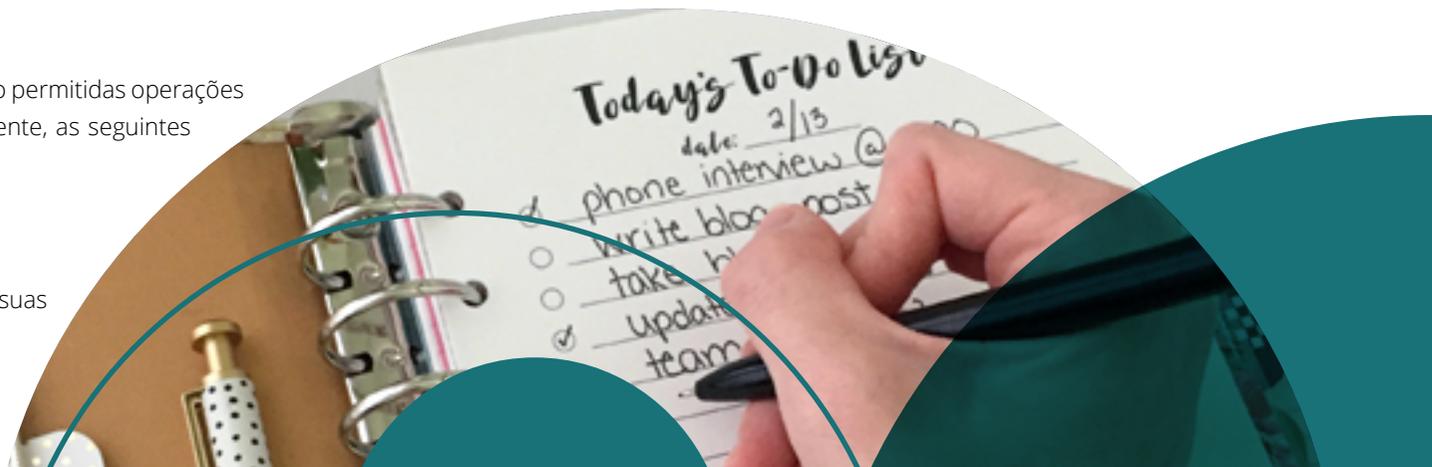
## UTILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DERIVATIVOS

Conforme disposto no artigo 30 da resolução CMN 4.661/18, são permitidas operações com derivativos no plano, desde que respeitem, cumulativamente, as seguintes condições:

- a. Avaliação prévia dos riscos envolvidos;
- b. Existência de sistemas de controles internos adequados às suas operações;
- c. Registro da operação ou negociação em bolsa de valores ou de mercadorias e futuros;
- d. Atuação de câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação como contraparte central garantidora da operação;
- e. Depósito de margem limitado a quinze por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento; e
- f. Valor total dos prêmios de opções pagos limitado a cinco por cento da posição em títulos da dívida pública mobiliária federal, títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen e ações pertencentes ao Índice Bovespa da carteira de cada plano ou fundo de investimento.

Para verificação dos limites estabelecidos nos incisos e) e f) não serão considerados os títulos recebidos como lastro em operações compromissadas.

<sup>1</sup> Operações Compromissadas são aquelas que em que o vendedor assume o compromisso de recomprar os títulos que "emprestou" em uma data futura pré definida e com o pagamento de remuneração pré estabelecida.



## OBSERVÂNCIA OU NÃO DE PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Os investimentos administrados pela PRECE efetuarão sempre que possível a realização de investimentos observando os princípios referentes à responsabilidade socioambiental.

# CUIDAR DO FUTURO É INVESTIR EM UM MUNDO MELHOR



PLANO DE GESTÃO  
ADMINISTRATIVA



## PRECE PREVIDÊNCIA

## Alocação de Recursos e seus limites

Segmentos	2020 e 2021*		
	Meta	Máximo	Alocação de Recursos**
Renda Fixa	100%	100%	100%

\*Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04/12/2020

\*\*Posição em 31/12/2020

## Taxa Mínima Atuarial / Índice de Referência

Período de Referência	Participação	Percentual do Indexador	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	100%	95%	DI-CETIP	0,00%
01/2021 a 12/2021				

## Metas de Rentabilidade por Segmentos

Segmentos	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	95% CDI

## Rentabilidade por Segmentos

Rentabilidade por Segmentos	2020
Segmento	Rentabilidade*
Renda Fixa	0,83%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

O cenário mundial ao longo de todo o ano foi pautado sobre a pandemia do coronavírus e as consequências econômicas da crise sanitária. Inicialmente as organizações mundiais não deram a devida relevância a gravidade acerca da epidemia que se alastrava na China, quando os números começaram a aumentar na Europa, o pânico e as incertezas já haviam se expandido entre as fronteiras. Uma das medidas implementadas para impedir o avanço da doença foi o fechamento das economias (lockdown), o que gerou uma enorme queda na atividade econômica global.

Além disso, em março de 2020, com a diminuição drástica de circulação de pessoas ao redor do mundo houve uma redução brusca de demanda mundial por petróleo, e como a oferta inicialmente permaneceu inalterada, ocasionou momentaneamente a diminuição do preço deste produto. O agravante deste cenário foi a crise entre países membros da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, que originou o mais novo choque do preço do petróleo, após esses países aumentarem a produção em um período de baixa demanda.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Com intuito de tentar diminuir os impactos econômicos desses eventos, principalmente com a crise sanitária, os Bancos Centrais realizaram em larga escala medidas de expansionismos monetários. Com isso, as taxas básicas de juros das economias diminuíram e aumentaram as políticas sociais através de auxílios emergências para a população carente, de maneira a tentar impulsionar a atividade econômica. No cenário interno brasileiro, o Banco Central e o Governo Federal seguiram a tendência mundial de estímulos a economia através de medidas de afrouxamento monetário conjunto ao auxílio emergencial. No entanto, a questão fiscal brasileira já estava bastante delicada antes da pandemia, com o aumento dos gastos para tentar minimizar os efeitos do coronavírus, o quadro fiscal foi bastante agravado, chegando ao nível de 100% da dívida/PIB em 2020, o que aumentou a necessidade de reformas estruturais para o ano de 2021. O Brasil findou o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2,00% a.a., embora a inflação tenha ficado dentro da meta, nos últimos meses houve um grande aumento dos indicadores dos níveis de preços ao consumidor, provocando uma atenção do mercado quanto as medidas que poderão ser adotadas pelo governo para conter novos aumentos.

Após observar a gravidade dos acontecimentos ao longo do ano, é importante salientar as dificuldades e as instabilidades que permearam os sistemas financeiros com esses eventos extremamente de cauda, que geraram consequências até mesmo para segmentos considerados mais conservadores. De forma a suportar a volatilidade e garantir a rentabilidade no período, a carteira de investimentos deveria ser composta de tal forma que conseguisse mitigar os riscos inerentes aos segmentos, através da diversificação dos ativos. Os planos conseguiram atravessar por esse momento com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada. Através de um processo de investimento bem estruturado e dos controles de seleção e monitoramento, reforçados com a criação do segmento de governança em investimentos, abriu-se espaço para microalocações em ativos que geraram retornos expressivos mesmo em momentos de volatilidade.

O Plano de Gestão Administrativa gerou rentabilidade de 0,83%.



## PRECE PREVIDÊNCIA

## Rentabilidade Bruta E Líquida Por Fundo De Investimentos – Plano PGA

## RENATABILIDADE POR FUNDOS 2020

Fundo de Investimento	Rentabilidade*
Santander FIC FI Inst Ref DI	2,10%
Banestes Liq FI RF	0,21%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

## Taxas e custos com Administração Própria e Terceirizada

PLANO	TAXA DE CUSTÓDIA
PGA	0,0225% a.a. (Santander) e 0,040% a.a. (BTG Pactual)

FUNDOS NÃO EXCLUSIVOS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	TAXA DE PERFORMANCE
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Banestes Liq FI RF	0,20% a.a.	Não há

PLANOS  
PRECE I E PRECE II

CUIDAR DO FUTURO É  
ENXERGAR  
OPORTUNIDADES



## PRECE PREVIDÊNCIA

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE I  
EM DEZEMBRO / 2019 - VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS**

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>1. ATIVOS</b>	<b>164.945</b>	<b>178.992</b>	<b>-7,85%</b>
Disponível	25	2.138	-98,83%
Recebível	12.913	8.846	45,98%
Investimento	152.007	168.008	-9,52%
Créditos Privados e Depósitos	-	48	-100,00%
Fundos de Investimento	108.252	101.447	6,71%
Investimentos Imobiliários	32.432	49.493	-34,47%
Empréstimos e Financiamentos	8.463	14.783	-42,75%
Outros Realizáveis	2.860	2.237	27,85%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>105.490</b>	<b>101.085</b>	<b>4,36%</b>
Operacional	72.834	67.025	8,67%
Contingencial	32.656	34.060	-4,12%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>3.377</b>	<b>3.627</b>	<b>-6,89%</b>
Fundos Administrativos	631	623	1,28%
Fundos dos Investimentos	2.747	3.004	-8,56%
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>56.078</b>	<b>74.280</b>	<b>-24,50%</b>
Provisões matemáticas	41.595	63.536	-34,53%
Déficit Técnico	14.483	10.744	34,80%
<b>6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>	<b>14.483</b>	<b>10.744</b>	<b>34,80%</b>
a) Equilíbrio Técnico	14.483	10.744	34,80%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	14.483	10.744	34,80%

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE II  
EM DEZEMBRO / 2019 - VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS**

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>1. ATIVOS</b>	<b>88.480</b>	<b>92.749</b>	<b>-4,60%</b>
Disponível	215	1.042	-79,37%
Recebível	3.975	2.837	40,11%
Investimento	84.250	88.870	-5,20%
Créditos Privados e Depósitos	-	10	-100,00%
Fundos de Investimento	61.254	62.119	-1,39%
Investimentos Imobiliários	14.420	21.137	-31,78%
Empréstimos e Financiamentos	7.440	5.420	37,27%
Outros Realizáveis	1.136	184	517,39%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>15.692</b>	<b>24.312</b>	<b>-35,46%</b>
Operacional	429	4.961	-91,35%
Contingencial	15.263	19.351	-21,13%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>1.270</b>	<b>1.636</b>	<b>-22,37%</b>
Fundos Administrativos	150	148	1,35%
Fundos dos Investimentos	1.120	1.488	-24,73%
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>71.478</b>	<b>66.801</b>	<b>7,00%</b>
Provisões matemáticas	77.438	81.487	-4,97%
Déficit Técnico	-5.960	-14.686	-59,42%
<b>6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>	<b>-5.960</b>	<b>-14.686</b>	<b>-59,42%</b>
a) Equilíbrio Técnico	-5.960	-14.686	-59,42%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-5.960	-14.686	-59,42%

## PRECE PREVIDÊNCIA

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE I EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIÇÃO
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>74.280</b>	<b>114.929</b>	<b>-35,37%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>68.780</b>	<b>79.617</b>	<b>-13,61%</b>
(+) Contribuições	67.377	64.038	5,21%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	-	15.579	-100,00%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.403	-	-
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>-86.982</b>	<b>-120.266</b>	<b>-27,68%</b>
(-) Benefícios	-73.505	-110.172	-33,28%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-13.357	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-9.937	-100,00%
(-) Custeio administrativo	-120	-157	-23,57%
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>-18.202</b>	<b>-40.649</b>	<b>-55,22%</b>
(+) Provisões matemáticas	-21.941	-55.196	-60,25%
(+) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	3.739	14.547	-74,30%
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) ATIVO LIQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>56.078</b>	<b>74.280</b>	<b>-24,50%</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>-249</b>	<b>-945</b>	<b>-73,65%</b>
(+) Fundos Administrativos	8	-566	-101,41%
(+) Fundos dos Investimentos	-257	-379	-32,19%

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE II EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIÇÃO
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>66.801</b>	<b>85.010</b>	<b>-21,42%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>27.252</b>	<b>35.492</b>	<b>-23,22%</b>
(+) Contribuições	23.163	14.478	59,99%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	-	21.014	-100,00%
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	4.089	-	-
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>-22.574</b>	<b>-53.701</b>	<b>-102,37%</b>
(-) Benefícios	-21.589	-47.784	-54,82%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-960	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	-5.892	-100,00%
(-) Custeio administrativo	-25	-25	-
<b>3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>4.677</b>	<b>-18.209</b>	<b>-125,69%</b>
(+/-) Provisões matemáticas	-4.049	-13.744	-70,54%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	8.726	-4.465	-295,43%
<b>4. OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) ATIVO LIQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>71.478</b>	<b>66.801</b>	<b>7,00%</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>-366</b>	<b>-192</b>	<b>90,63%</b>
(+) Fundos Administrativos	2	87	-97,70%
(+) Fundos dos Investimentos	-368	-279	31,90%

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE I EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>164.315</b>	<b>178.369</b>	<b>-7,88%</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>41.595</b>	<b>63.536</b>	<b>-34,53%</b>
1.1. Benefícios concedidos	554.649	558.085	-0,62%
Benefício Definido	554.649	558.085	-0,62%
1.2. Benefício a Conceder	85.261	106.793	-20,16%
Benefício Definido	85.261	106.793	-20,16%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-598.315	-601.342	-0,50%
(-) Déficit equacionado	-598.315	-601.342	-0,50%
(-) Patrocinador(es)	-291.611	-296.956	-1,80%
(-) Participantes	-40.865	-48.891	-16,42%
(-) Assistidos	-265.839	-255.495	4,05%
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>14.483</b>	<b>10.744</b>	<b>34,80%</b>
2.1. Resultados Realizados	14.483	10.744	34,80%
Superávit técnico acumulado	14.483	10.744	34,80%
Reserva de contingência	14.483	10.744	34,80%
<b>3. FUNDOS</b>	<b>2.747</b>	<b>3.004</b>	<b>-8,56%</b>
3.1. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	2.747	3.004	-8,56%
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>72.834</b>	<b>67.025</b>	<b>8,67%</b>
4.1. Gestão Previdencial	71.828	66.785	7,55%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1.006	240	319,17%
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>32.656</b>	<b>34.060</b>	<b>-4,12%</b>
5.1 Gestão Previdencial	32.656	34.060	-4,12%

## DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE II EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>88.290</b>	<b>92.601</b>	<b>-4,66%</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>77.438</b>	<b>81.487</b>	<b>-4,97%</b>
1.1. Benefícios concedidos	190.154	189.938	0,11%
Benefício Definido	190.154	189.938	0,11%
1.2. Benefício a Conceder	324	761	-57,42%
Benefício Definido	324	761	-57,42%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-113.040	-109.212	3,51%
(-) Déficit equacionado	-113.040	-109.212	3,51%
(-) Patrocinador(es)	-53.320	-54.240	-1,70%
(-) Participantes	-	-220	-100,00%
(-) Assistidos	-59.720	-54.752	9,07%
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>-5.960</b>	<b>-14.686</b>	<b>-59,42%</b>
2.1. Resultados Realizados	-5.960	-14.686	-59,42%
(-) Déficit técnico acumulado	-5.960	-14.686	-59,42%
<b>3. FUNDOS</b>	<b>1.120</b>	<b>1.488</b>	<b>-24,73%</b>
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	1.120	1.488	-24,73%
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>429</b>	<b>4.961</b>	<b>-91,35%</b>
4.1. Gestão Previdencial	86	279	-69,18%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	343	4.682	-92,67%
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>15.263</b>	<b>19.351</b>	<b>-21,13%</b>
5.1 Gestão Previdencial	15.263	19.351	-21,13%

# PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE I

## 1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano PRECE I, administrado pela PRECE Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente às Patrocinadoras:

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE;
- Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE CEDAE SAÚDE
- PRECE Previdência Complementar;

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumprir destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Para o Plano PRECE I, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de **“PLANO PRECE I”** exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

O Plano PRECE I está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios CNPB nº 1983.0001-83, encontra-se fechado a novas adesões desde 01/08/2005, aprovado pelo órgão competente por meio do Ofício nº 2074/2006/SPC/DETEC/CGAT de 06/06/2006, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria nº 1.159, de 11/12/2018, publicada no DOU de 19/12/2018, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de 30/09/2020, sendo reposicionada para 31/12/2020 considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20. Quanto às informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação, levantados e informados pela Entidade, utilizados para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer.

Cumpramos destacar que frente ao histórico de sucessivos déficits, a PRECE juntamente com Mercer, na atual posição de atuário responsável pelos planos de benefícios administrados pela PRECE, elaboraram um plano de ação com diversas soluções que visam equacionar os problemas estruturais dos Planos administrados

por essa Entidade, sendo dessa forma o Plano PRECE I também contemplado. Mencionada estratégia previdencial consiste na adoção de uma série de ações, as quais estão detalhadas no Relatório 071/19. Atualmente, encontra-se em análise pela Previc o projeto de estratégia previdencial do Plano, incluindo a proposta de alteração regulamentar.

Ao verificarmos o patrimônio de cobertura do Plano frente às obrigações atuariais calculadas, observamos um nível de cobertura de apenas cerca de 9%. Trata-se de um nível de solvência muito baixo, devendo, a Entidade estar atenta, ainda, ao nível de liquidez do Plano. Os percentuais de contribuição extraordinárias chegaram a percentuais muito relevantes, de modo que é imprescindível avançar na estratégia previdencial.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum outro fato relevante em relação ao Plano, além da proposta de alteração regulamentar em análise, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

## 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/09/2020, foi reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de outubro/20 a novembro/20.

### QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela PRECE Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PRECE, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
Número	262	354
Idade Média (anos)	61,6	60,9
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	34,4	33,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	33,5	32,6
Salário Médio (R\$)	6.618,20	6.214,11
Folha mensal (R\$)	1.733.967,38	2.199.793,59

(\*) Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

(\*\*) Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

## PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-

## PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-



## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 1

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>		
Número	618	648
Idade Média (anos)	76,6	76,0
Benefício Mensal Médio em R\$	3.304,20	3.139,40
Folha mensal (em R\$)	2.041.996,55	2.034.333,71
<b>Aposentadoria por Idade</b>		
Número	48	55
Idade Média (anos)	82,9	81,9
Benefício Mensal Médio em R\$	2.048,15	1.905,32
Folha mensal (em R\$)	98.311,03	104.792,72
<b>Aposentadoria Antecipada</b>		
Número	209	233
Idade Média (anos)	75,1	74,0
Benefício Mensal Médio em R\$	2.242,54	2.127,23
Folha mensal (em R\$)	468.691,13	474.372,33

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 2

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria Invalidez</b>		
Número	223	235
Idade Média (anos)	66,8	66,0
Benefício Mensal Médio em R\$	1.090,41	1.040,19
Folha mensal (em R\$)	243.162,12	244.445,33
<b>Pensão</b>		
Número	1.406	1.434
Idade Média (anos)	69,5	68,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.197,85	1.138,68
Folha mensal (em R\$)	1.684.180,86	1.632.874,06
<b>Total</b>		
Número	2.504	2.595
Idade Média (anos)	71,7	70,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.811,64	1.730,57
Folha mensal (em R\$)	4.536.341,69	4.490.818,14

(\*) Base de dados reposicionada para 2019/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

(\*\*) Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/12/2020.

### 3- HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

<b>Taxa real anual de juros (1)</b>	<b>4,40% a.a.</b>
<b>Projeção de crescimento real de salário (1)(2)</b>	<b>0,27% a.a.</b>
<b>Fator de capacidade para os salários</b>	<b>98%</b>
<b>Fator de capacidade para os benefícios</b>	<b>98%</b>
<b>Hipótese sobre rotatividade</b>	<b>Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019</b>
<b>Tábua de mortalidade geral</b>	<b>AT - 83 M</b>
<b>Tábua de mortalidade de inválidos</b>	<b>WINKLEVOSS</b>
<b>Tábua de entrada em invalidez</b>	<b>MULLER</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)</b>	<b>Família Padrão Calculada a partir da base cadastral(3)</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)</b>	<b>Família Real</b>

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela(s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 5 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 75%; percentual médio de reversão: 0,61.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Plano PRECE I, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

## ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, que tomaram como base a população existente no Plano Prece I. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na PRECE.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,43% a.a. para 0,27% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2012 2018 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes.

Houve atualização do percentuais da premissa de composição familiar de acordo com as informações de dependentes disponibilizadas pela Prece.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.



## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano Prece I. Observado que o Plano está em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 121 - RE 040/20, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução CNPC nº 30/2018.

\*\*\*\*

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PRECE I.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



## 4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PRECE posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	59.455.325,58
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	56.077.961,81
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	41.594.492,96
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	554.648.455,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	554.648.455,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	314.996.791,00
	Aposentadoria Programada	278.030.083,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	55.187.049,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(18.220.341,00)
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	239.651.664,00
	Aposentadorias por Invalidez	27.230.048,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	6.960.421,00
	Pensões	206.856.984,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(1.395.789,00)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>85.261.276,21</b>
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>83.990.233,21</b>
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	86.521.953,37
	Aposentadoria Programada	77.803.872,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	8.681.636,00
	Garantia de Reserva de Poupança	36.445,37
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.265.860,08)
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.265.860,08)
2.3.1.1.02.03.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</b>	<b>1.271.043,00</b>
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.308.386,00
	Aposentadorias por Invalidez	658.689,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	180.722,00
	Pensão de Participante	318.858,00
	Resgate	150.117,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(18.671,50)
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(18.671,50)
2.3.1.1.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(598.315.238,25)</b>
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado 2016	(383.408.139,31)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	(185.906.070,02)
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	(26.315.084,24)
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	(171.186.985,05)
2.3.1.1.03.03.00	(-) Déficit Equacionado 2017	(214.907.098,94)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.03.01	(-) Patrocinador	(105.705.198,68)
2.3.1.1.03.03.02	(-) Participante	(14.550.010,61)
2.3.1.1.03.03.03	(-) Assistido	(94.651.889,65)
2.3.1.1.03.04.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.04.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.04.02	(+/-) Participante	-
2.3.1.1.03.04.03	(+/-) Assistido	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	14.483.468,85
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	14.483.468,85
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	14.483.468,85
2.3.1.2.01.01.02	Reserva de Contingência	10.398.623,24
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	4.084.845,61
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	3.377.363,77
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	630.624,20
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	2.746.739,57

## PRECE PREVIDÊNCIA

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PRECE I vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em extinção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PRECE I avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela PRECE.

## RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL A PARTIR DE 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	291.611.268,70
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	291.611.268,70
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	291.611.268,70
	Patrocinador(es) - 31/12/2016	185.906.070,02
	Patrocinador(es) - 31/12/2017	105.705.198,68
1.02.01.01.04.03.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	351.066.594,28
2.03.00.00.00.00.00		
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	347.689.230,51
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	333.205.761,66
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	554.648.455,00
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	554.648.455,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	314.996.791,00
	Aposentadoria Programada	278.030.083,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	55.187.049,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(18.220.341,00)
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	239.651.664,00
	Aposentadorias por Invalidez	27.230.048,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	6.960.421,00
	Pensões	206.856.984,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(1.395.789,00)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>85.261.276,21</b>
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	83.990.233,21
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	86.521.953,37
	Aposentadoria Programada	77.803.872,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	8.681.636,00
	Garantia de Reserva de Poupança	36.445,37
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(1.265.860,08)
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(1.265.860,08)
2.03.01.01.02.03.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</b>	<b>1.271.043,00</b>
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.308.386,00
	Aposentadorias por Invalidez	658.689,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	180.722,00
	Pensão de Participante	318.858,00
	Resgate	150.117,00
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(18.671,50)
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(18.671,50)
2.03.01.01.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(306.703.969,55)</b>
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar Total	(306.703.969,55)
2.03.01.01.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2016	(197.502.069,29)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.03.02.00.3	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2017	(109.201.900,26)
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	(40.865.094,85)
2.03.01.01.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2016	(26.315.084,24)
2.03.01.01.03.02.02.3	(-) Participantes - 31/12/2017	(14.550.010,61)
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	(265.838.874,70)
2.03.01.01.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2016	(171.186.985,05)
2.03.01.01.03.02.03.3	(-) Assistidos - 31/12/2017	(94.651.889,65)
2.03.01.01.03.02.03.1	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.02.03.2	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.03.3	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	14.483.468,85
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	14.483.468,85
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	14.483.468,85
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	10.398.623,24
2.03.01.02.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-4.084.845,61
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	3.377.363,77
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	630.624,20
2.03.02.03.00.00.00	FUNDO PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.746.739,57

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PRECE I, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e resultam de R\$554.648.455,00.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano PRECE I, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, também foram determinadas atuarialmente, e resultam em R\$85.261.276,21 no encerramento do exercício.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída teoricamente, considerando a movimentação já esperada (inflação e benefícios pagos) e concessões ocorridas no período.

A provisão matemática avaliada considerando as hipóteses de 2020 foi inferior à provisão matemática considerando as hipóteses de 2019, sendo tal variação justificada pela alteração da hipótese de Crescimento Real dos Salários, Família Média e Rotatividade as quais geraram impacto no valor apurado das reservas de Benefícios a Conceder. Contribuiu também para a redução dos benefícios a conceder, os desligamentos de participantes ocorridos no exercício de 2020.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais e reforma da previdência:

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	A - EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2019	VARIAÇÃO (B/A1)*	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2020	VARIAÇÃO (C/B-1)
Provisões Matemáticas	646.874.934,57	642.137.744,21	-0,73%	639.909.731,21	-0,35%
Benefícios Concedidos	564.901.863,66	554.648.455,00	-1,82%	554.648.455,00	0,00%
Benefício Definido	564.901.863,66	554.648.455,00	-1,82%	554.648.455,00	0,00%
Benefícios a Conceder	81.973.070,91	87.489.289,21	6,73%	85.261.276,21	-2,55%
Benefício Definido	81.973.070,91	87.489.289,21	6,73%	85.261.276,21	-2,55%

Em 31/12/2020, o Plano possui Provisões Matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$ 598.315.238,25.

Cumpre-nos informar, que por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$383.408.139,31.

No que se refere ao déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$ 214.907.098,94.

## VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$41.594.492,96, em 31/12/2020, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$56.077.961,81, verifica-se que a situação econômico-actuarial do Plano PRECE I foi mantida superavitária em R\$14.483.468,85 no encerramento do exercício em um patamar superior ao resultado obtido em 2019.

A rentabilidade patrimonial do Plano PRECE I auferida nos 12 meses entre as Datas das Avaliações, foi de 0,53%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial do mesmo período, dada pela taxa de juros atuarial acrescida do índice do Plano, foi de 10,09% (INPC mais taxa de juros de 4,40% de janeiro a dezembro de 2020), o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 8,68%.

Comparativamente a 31/12/2019, o patrimônio de cobertura do Plano Prece I reduziu 24,50% ou R\$18.202.170,83. Verificamos, ainda, que em relação a 31/12/2019, houve um aumento do Exigível Operacional em face da contabilização dos saldos de participantes desligados do Plano.

Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo a precificação desses valores de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade. Consideramos para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.



## NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou superavit, o qual foi resultante de causas conjunturais. Contribuíram para o resultado superavitário a redução das obrigações devido ao cancelamento de participantes, bem como a alteração das premissas de rotatividade e crescimento salarial, atenuado pela rentabilidade apurada no exercício.

A Reserva de Contingência foi constituída conforme legislação em vigor, considerando a seguinte fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ , limitado ao máximo de 25% da Provisão Matemática. Esclarecemos que a duração do passivo considerada nesta fórmula foi de 18,62 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2020. Assim, o montante de R\$10.398.623,24 foi contabilizado em Reserva de Contingência e o valor superavitário remanescente de R\$4.084.845,61, contabilizado em Reserva Especial, conforme definido pela Entidade.

O Plano não possui títulos mantidos até o vencimento, portanto, o ajuste de precificação não é aplicável.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O Plano Prece I não apresentou insuficiência de cobertura na data da Avaliação Atuarial anual do encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

Contudo, é importante destacar que o Plano possui Provisões Matemáticas a constituir na ordem de R\$598.315.238,25, que se não forem pagas inviabilizam o Plano de Benefícios.

Além disso, ao verificarmos o patrimônio de cobertura do Plano frente às obrigações atuariais calculadas, observamos um nível de cobertura de apenas cerca de 9%. Trata-se de um nível de solvência muito baixo, devendo, a Entidade estar atenta, ainda, ao nível de liquidez do Plano. Os percentuais de contribuição extraordinárias chegaram a percentuais muito relevantes, de modo que é imprescindível avançar na estratégia previdencial.

## CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

## OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Os Fundos do Plano possuem a quantia de R\$3.377.363,77, sendo referido montante atinente ao Fundo dos Investimentos, em R\$ 2.746.739,57, e ao Fundo Administrativo, em R\$ 630.624,20, sendo que o Plano PRECE I não registra Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2020.

3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano PRECE I foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18.

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destacam-se as seguintes alterações:

- a. Crescimento Real dos Salários: 0,27% a.a. em substituição à taxa de 0,43% a.a.;
- b. Rotatividade: EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 em substituição à EXP. PRECE ROT 2012-2018;
- c. Atualização dos percentuais da composição familiar.

5) Ao verificarmos o patrimônio de cobertura do Plano frente às obrigações atuariais calculadas, observamos um nível de cobertura de apenas cerca de 9%. Trata-se de um nível de solvência muito baixo, devendo, a Entidade estar atenta, ainda, ao nível de liquidez do Plano. Os percentuais de contribuição extraordinárias chegaram a percentuais muito relevantes, de modo que é imprescindível avançar na estratégia previdencial desenhada a fim de não inviabilizar o Plano.

## 5- PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

### CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020
<b>Normal</b>		
Aposentadoria e Reversão	12,812%	2.888.026,70
Invalidez e Reversão	0,124%	27.951,55
Pensão por Morte na atividade	0,047%	10.594,54
Resgate	0,022%	4.959,15
Garantia de Reserva de Poupança	0,005%	1.127,08
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>13,010%</b>	<b>2.932.659,02</b>
Administração	0,266%	59.960,59
<b>Custo Total</b>	<b>13,276%</b>	<b>2.992.619,62</b>

Valor da Folha Anualizada considerada é de R\$22.541.575,90.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme resultados apurados na Avaliação Atuarial, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2020, estava mensurado na correspondência de 13,010% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, sendo que, em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2020, 12,817% refere-se ao custeio dos benefícios programados e 0,193% refere-se ao custeio dos benefícios de risco.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma elevação do custo do Plano de 0,3 ponto percentual, o qual registrou alíquota de 12,687% em 31/12/2019. As causas de tal variação já foram devidamente explicadas anteriormente neste Parecer.

## PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início de vigência previsto para 01/04/2021, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a PRECE zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:



## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTESATIVOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES*(1)	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição em função da idade na data da contribuição:	2,70% até 4,70%
	Um 2º percentual adicional (2º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação a metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial - (TETO/2):	2,00%
	Um 3º percentual adicional (3º PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial TETO:	7,00%
AUTOPARTICIPANTES PATROCINADOS	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	0,0%	

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

\*\* Para fins de Resgate, quando aplicável, deve-se controlar as contribuições vertidas que compõem a Reserva de Poupança, segregando do total de contribuição normal a parte destinada à cobertura de Benefícios de Risco e de Despesas Administrativas. Dessa forma, informamos que o percentual de 1,20% do total contribuído será destinado à cobertura de Benefícios de Risco.

(1) Percentuais de contribuição dos participantes em função da idade do participante na data da contribuição vigentes, conforme disposto no Anexo desse documento.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA		
Equacionamento do Déficit*	Percentual Aplicado	Prazo Remanescente*
Equacionamento do Déficit de 2016	13,107%	150
Equacionamento do Déficit de 2017	6,416%	177
<b>Cobertura de Serviços Passados e Joia</b>		
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado		
Contribuições Extraordinárias de Joia são determinadas atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.		

\* Prazo posicionado em 31/12/2020.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PATROCINADORA

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Paritária à Contribuição Básica do Participante.

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Equacionamento do Déficit*	Parcelas Mensais	Saldo Remanescente <sup>1</sup>
Equacionamento do Déficit de 2016	R\$1.556.826,12	9.769.057,54
Equacionamento do Déficit de 2017	R\$774.030,51	37.320.142,83
<b>Cobertura de Serviços Passados</b>		
<b>Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado.</b>		

\* Considera o montante e o prazo remanescente e deverá ser atualizado pelo índice do Plano, conforme previsto no Plano de Equacionamento. A totalidade da dívida remanescente é de responsabilidade da CEDAE, uma vez que as demais patrocinadoras já fizeram a quitação, conforme informado pela PRECE. Ainda, para fins de aditivo contratual deverá ser considerado o saldo remanescente, prazo e parcela existentes na época da assinatura desse documento.

\*\* Prazo posicionado em 31/12/2020.

## ASSISTIDOS

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

APOSENTADOS*(1)	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário Real de Contribuição em função da idade na data da contribuição:	2,70% até 4,70%
	Um 2° percentual adicional (2° PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação a metade do Teto de Benefícios da Previdência Oficial - (TETO/2):	2,00%
	Um 3° percentual adicional (3° PA), incidente sobre o excesso do Salário Real de Contribuição em relação ao Teto de Benefícios da Previdência Oficial - TETO	7,00%
AUTOPARTICIPANTES PATROCINADOS	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
PENSIONISTAS*	0,0%	

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

(1) Percentuais de contribuição dos participantes em função da idade do participante na data da contribuição vigentes, conforme disposto no Anexo desse documento.

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA		
Equacionamento do Déficit*	Percentual Aplicado	Prazo Remanescente*
Equacionamento do Déficit de 2016	32,5913%	150
Equacionamento do Déficit de 2017	15,954%	177
<b>Cobertura de Serviços Passados</b>		
<b>Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado.</b>		

\* Prazo posicionado em 31/12/2020.

## CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Para custeio das despesas administrativas é adotado o percentual de 2% incidente sobre as contribuições normais de participantes e patrocinadoras. No caso dos aposentados, a contribuição administrativa incide sobre as contribuições previstas no item contribuição regulamentar dos assistidos, citado acima.

Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

Conforme definição regulamentar, o Participante em Benefício Proporcional Diferido será obrigado a efetuar contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

## VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

## 6- CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE I, em 31/12/2020, é superavitária em R\$14.483.468,85, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. O valor do excesso de R\$10.398.623,24 do Patrimônio do Plano sobre o valor das Provisões Matemáticas foi utilizado para constituição da Reserva de Contingência, conforme limite estabelecido na legislação vigente. O valor superavitário remanescente de R\$4.084.845,61 foi contabilizado em Reserva Especial.

Considerando a inexistência de títulos públicos marcados na curva, não há ajuste de precificação. Contudo, é importante destacar que o Plano possui Provisões Matemáticas a constituir na ordem de R\$598.315.238,25, que se não forem pagas inviabilizam o Plano de Benefícios.

Além disso, ao verificarmos o patrimônio de cobertura do Plano frente às obrigações

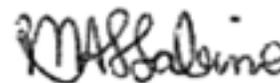
atuariais calculadas, observamos um nível de cobertura de apenas cerca de 9%. Trata-se de um nível de solvência muito baixo, devendo, a Entidade estar atenta, ainda, ao nível de liquidez do Plano. Os percentuais de contribuição extraordinárias chegaram a percentuais muito relevantes, de modo que é imprescindível avançar na estratégia previdencial desenhada a fim de não inviabilizar o Plano.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



DANIEL CRUZ MAGALHÃES  
Atuário MIBA nº 2.795  
ATUÁRIO



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA nº 2.567  
CONSULTORA SÊNIOR

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SEUS LIMITES

META POR SEGMENTO	2020		2021*		ALOCAÇÃO DE RECURSOS**
	META	MÁXIMO	META	MÁXIMO	
RENDA FIXA	42%	100%	50%	100%	44%
RENDA VARIÁVEL	30%	50%	30%	50%	30%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	5%	0%	10%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	5%	0%	7%	0%
IMÓVEIS	20%	20%	12%	20%	20%
OP. COM PARTICIPANTES	8%	15%	8%	15%	7%

\* Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04/12/2020

\*\*Posição em 31/12/2020

## META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	INPC+4,40%
Renda Variável	INPC+6,40%
Imóveis	INPC+4,40%
Op. Com Participantes	INPC+4,40%

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PRECE I		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,40%
01/2021 a 12/2021		

PRECE II		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,40%
01/2021 a 12/2021		4,04%

## RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

Rentabilidade por Segmentos	2020
Segmento	Rentabilidade*
Renda Fixa	13,68%
Renda Variável	-9,39%
Imóveis	-26,88%
Op. com Participantes	9,67%
Meta atuarial (Prece I e II) - INPC + 4,40%	10,09%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

O cenário mundial ao longo de todo o ano foi pautado sobre a pandemia do coronavírus e as consequências econômicas da crise sanitária. Inicialmente as organizações mundiais não deram a devida relevância a gravidade acerca da epidemia que se

## PRECE PREVIDÊNCIA

alastrava na China, quando os números começaram a aumentar na Europa, o pânico e as incertezas já haviam se expandido entre as fronteiras. Uma das medidas implementadas para impedir o avanço da doença foi o fechamento das economias (lockdown), o que gerou uma enorme queda na atividade econômica global.

Além disso, em março de 2020, com a diminuição drástica de circulação de pessoas ao redor do mundo houve uma redução brusca de demanda mundial por petróleo, e como a oferta inicialmente permaneceu inalterada, ocasionou momentaneamente a diminuição do preço deste produto. O agravante deste cenário foi a crise entre países membros da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, que originou o mais novo choque do preço do petróleo, após esses países aumentarem a produção em um período de baixa demanda.

Com intuito de tentar diminuir os impactos econômicos desses eventos, principalmente com a crise sanitária, os Bancos Centrais realizaram em larga escala medidas de expansionismos monetários. Com isso, as taxas básicas de juros das economias diminuíram e aumentaram as políticas sociais através de auxílios emergências para a população carente, de maneira a tentar impulsionar a atividade econômica. No cenário interno brasileiro, o Banco Central e o Governo Federal seguiram a tendência mundial de estímulos a economia através de medidas de afrouxamento monetário conjunto ao auxílio emergencial. No entanto, a questão fiscal brasileira já estava bastante delicada antes da pandemia, com o aumento dos gastos para tentar minimizar os efeitos do coronavírus, o

quadro fiscal foi bastante agravado, chegando ao nível de 100% da dívida/PIB em 2020, o que aumentou a necessidade de reformas estruturais para o ano de 2021. O Brasil findou o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2,00% a.a., embora a inflação tenha ficado dentro da meta, nos últimos meses houve um grande aumento dos indicadores dos níveis de preços ao consumidor, provocando uma atenção do mercado quanto as medidas que poderão ser adotadas pelo governo para conter novos aumentos.

Após observar a gravidade dos acontecimentos ao longo do ano, é importante salientar as dificuldades e as instabilidades que permearam os sistemas financeiros com esses eventos extremamente de cauda, que geraram consequências até mesmo para segmentos considerados mais conservadores. De forma a suportar a volatilidade e garantir a rentabilidade no período, a carteira de investimentos deveria ser composta de tal forma que conseguisse mitigar os riscos inerentes aos segmentos, através da diversificação dos ativos. Os planos conseguiram atravessar por esse momento com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada. Através de um processo de investimento bem estruturado e dos controles de seleção e monitoramento, reforçados com a criação do segmento de governança em investimentos, abriu-se espaço para microalocações em ativos que geraram retornos expressivos mesmo em momentos de volatilidade.

Destaque para os retornos dos segmentos de Renda Fixa e Operações com Participantes. Os Planos Prece I e II geraram rentabilidade de 0,53%.



## PRECE PREVIDÊNCIA

## RENTABILIDADE POR FUNDOS

Rentabilidade - Planos Prece I e II		2020
Fundo de Investimento	Rentabilidade*	
FIC Alegria	13,68%	
FIC Laranjal	-9,39%	

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

TAXAS E CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO  
PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Fundo exclusivo (gestão interna)	Taxa de administração *	Taxa de custódia*	Taxa de performance
FIC Alegria FIC Laranjal	0,05% a.a. ou valor mínimo R\$ 10.416,67 (Santander) e 0,045% a.a. ou valor mínimo R\$ 3.093,00 (BTG Pactual)**.	0,045% a.a. (Santander) e 0,040% a.a. (BTG Pactual).	Não há

Fundo exclusivo (gestão terceirizada)	Taxa de administração *	Ttaxa de performance
Athena Tot. Ret. Inst FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

\* % do patrimônio líquido dos fundos

\*Em dezembro de 2020 houve a troca da custódia e da administração para o BTG Pactual.

\*\*Corrigido anualmente pelo IGPM

INFORMAÇÕES SEGREGAÇÃO  
SOBRE AS DESPESAS DOS PLANOS DE  
BENEFÍCIOS - PRECE I E II

Rentabilidade - Planos Prece I e II		2020
Custas com CETIP/SELIC e taxa de custódia	21.130,53	
Honorários e Consultorias	436,80	
Depósitos Judiciais - Honorários	23.839,28	
<b>TOTAL</b>	<b>45.406,61</b>	
Reembolso de despesas de investimento(do plano para o PGA)	2.344.664,27	

PRECE PREVIDÊNCIA



CUIDAR DO FUTURO É  
OFERECER  
SEGURANÇA

PLANO  
PRECE II



# PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE II

## 1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano PRECE II, administrado pela PRECE Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente à Patrocinadora:

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE;

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

## PRECE PREVIDÊNCIA

O Plano PRECE II está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios CNPB nº 1998.0061-74, encontra-se fechado a novas adesões, desde 01/08/2005, por se tratar de um plano em extinção, aprovado pelo órgão público competente por meio do Ofício nº 2073/2006/SPC/DETEC/CGAT, de 06.06.2006, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), de forma que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria nº 29, de 16/01/2020, publicada no DOU de 23/01/2020, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de 30/09/2020, sendo esses reposicionados para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20. Quanto as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação, levantados e informados pela Entidade, utilizados para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer.

Para o Plano PRECE II, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de **“PLANO PRECE II”** exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos so Plano de Benefícios.

Cabe ressaltar que o montante de R\$14.686.338,34 referente ao resultado

deficitário apurado no encerramento do exercício de 31/12/2019 foi alvo do Plano de Equacionamento detalhado no Relatório MERCER - RE 041/20 e contabilizado em Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020. Conforme detalhado no referido parecer, a mencionada parte do resultado deficitário corresponde à totalidade do déficit apurado na Avaliação Atuarial de 2019.

Cumpre destacar que frente ao histórico de sucessivos déficits, a PRECE juntamente com Mercer, na atual posição de atuário responsável pelos planos de benefícios administrados pela PRECE, elaboraram um plano de ação com diversas soluções que visam equacionar os problemas estruturais dos Planos administrados por essa Entidade, sendo dessa forma o Plano PRECE II também contemplado. Mencionada estratégia previdencial consiste na adoção de uma série de ações, as quais estão detalhadas no Relatório 071/19. Atualmente, encontra-se em análise da Previc o projeto de estratégia previdencial do Plano, incluindo a proposta de alteração regulamentar.

Ao verificarmos o patrimônio de cobertura do Plano frente às obrigações atuariais calculadas, observamos um nível de cobertura de apenas cerca de 38%. Trata-se de um nível de solvência muito baixo, devendo, a Entidade estar atenta, ainda, ao nível de liquidez do Plano. Os percentuais de contribuição extraordinárias chegaram a percentuais muito relevantes, de modo a estratégia previdencial é imprescindível.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Adicionalmente, e em face da Entidade não ter informado nenhum outro fato relevante em relação ao Plano, além da alteração regulamentar em curso, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer em relação ao plano.



## 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/09/2020, foi reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de outubro/20 a novembro/20

### QUALIDADE DA BASE

Os dados individuais foram fornecidos pela PRECE Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PRECE, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas ao lado:

### PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
Número	236***	310
Idade Média (anos)	61,6	60,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	34,8	33,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	33,8	32,8
Salário Médio (R\$)	6.720,04	6.300,28
Folha mensal (R\$)	1.585.930,36	1.953.085,87

\* Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\* Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

\*\*\* Apesar de ter 236 participantes inscritos no Plano, atualmente não há nenhum participante que atinge as regras de contribuição normal ao Plano.

### PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-
Idade Média (anos)	-	-

### PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-
Idade Média (anos)	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 1

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>		
Número	138	155
Idade Média (anos)	82,8	82,4
Benefício Mensal Médio em R\$	5.166,43	4.717,93
Folha mensal (em R\$)	712.967,12	731.279,19
<b>Aposentadoria por Idade</b>		
Número	3	3
Idade Média (anos)	87,6	86,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.708,70	2.592,51
Folha mensal (em R\$)	8.126,09	7.777,53
<b>Aposentadoria Antecipada</b>		
Número	10	11
Idade Média (anos)	73,4	72,9
Benefício Mensal Médio em R\$	3.019,71	2.716,27
Folha mensal (em R\$)	30.197,11	29.878,93

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 2

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria Invalidez</b>		
Número	11	12
Idade Média (anos)	76,5	76,5
Benefício Mensal Médio em R\$	527,04	579,55
Folha mensal (em R\$)	5.797,41	6.954,65
<b>Pensão</b>		
Número	446	465
Idade Média (anos)	77,0	76,4
Benefício Mensal Médio em R\$	1.992,01	1.890,87
Folha mensal (em R\$)	888.436,15	879.253,01
<b>Total</b>		
Número	608	646
Idade Média (anos)	78,2	77,8
Benefício Mensal Médio em R\$	2.706,45	2.562,14
Folha mensal (em R\$)	1.645.523,88	1.655.143,31

\*Base de dados reposicionada para 2019/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\*Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/12/2020.

### 3- HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

<b>Taxa real anual de juros (1)</b>	<b>4,04% a.a.</b>
<b>Projeção de crescimento real de salário (1)(2)</b>	<b>0,27% a.a.</b>
<b>Fator de capacidade para os salários</b>	<b>98%</b>
<b>Fator de capacidade para os benefícios</b>	<b>98%</b>
<b>Hipótese sobre rotatividade</b>	<b>Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019</b>
<b>Tábua de mortalidade geral</b>	<b>AT-2000 Básica M&amp;F</b>
<b>Tábua de mortalidade de inválidos</b>	<b>MI - 85 M&amp;F</b>
<b>Tábua de entrada em invalidez</b>	<b>MULLER</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)</b>	<b>Família Padrão Calculada a partir da base cadastral(3)</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)</b>	<b>Família Real</b>

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE /IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas;

(2) A hipótese adotada de crescimento salarial foi definida pela (s) Patrocinadora(s) levando em consideração a expectativa média de reajustes salariais futuros.

(3) Diferença de idade: sexo masculino 8 anos mais velho que sexo feminino; percentual de casados: 72%; percentual médio de reversão: 0,84.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Plano PRECE II, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

## ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, que tomaram como base a população existente no Plano Prece II. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na PRECE.

Informamos que a hipótese de crescimento salarial real foi alterada de 0,43% a.a. para 0,27% a.a. com o objetivo de refletir mais fielmente a expectativa de concessão de aumentos salariais reais pelas Patrocinadoras. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

A tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. PRECE ROT 2012 2018 para a Tábua EXP. PRECE ROT 2016 - 2019 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes. Contudo, considerando que na referida Avaliação Atuarial não havia participantes ativos enquadrados na regra de contribuição ao Plano, esta alteração não gerou impacto no Plano.

Houve atualização dos percentuais da premissa de composição familiar, mas pelo mesmo motivo anterior, esta não gerou impacto na avaliação atuarial.

A taxa real anual de juros foi alterada de 4,40% a.a para 4,04% a.a aprovada pelos órgãos competentes da PRECE, baseada em estudo técnico específico de adequação e compreendido no intervalo permitido para a taxa de juros parâmetro para o exercício de 2020, divulgado pela Portaria PREVIC nº 292/2020.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O método atuarial adotado foi o Agregado para a avaliação de todos os benefícios do Plano Prece II. Observado que o Plano está em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 121 - RE 040/20, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme Resolução CNPC nº 30/2018.

\*\*\*\*

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PRECE II.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.



## 4- POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PRECE posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	72.748.542,34
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	71.478.685,92
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	77.438.344,92
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	190.154.471,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	190.154.471,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	95.606.429,00
	Aposentadoria Programada	73.024.669,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	31.621.257,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(9.039.497,00)
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	94.548.042,00
	Aposentadorias por Invalidez	542.963,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	136.663,00
	Pensões	93.893.680,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(25.264,00)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>324.509,10</b>
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>324.509,10</b>
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	324.509,10
	Aposentadoria Programada	-
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	-
	Garantia de Reserva de Poupança	324.509,10
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</b>	<b>-</b>
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
	Aposentadorias por Invalidez	-
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	-
	Pensão de Participante	-
	Resgate	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(113.040.635,18)</b>
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado 2016	(18.915.490,85)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	(9.146.433,31)
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	(9.769.057,54)
2.3.1.1.03.03.00	(-) Déficit Equacionado 2017	(74.150.747,08)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.03.01	(-) Patrocinador	(36.830.604,25)
2.3.1.1.03.03.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.03.03	(-) Assistido	(37.320.142,83)
2.3.1.1.03.04.00	(-) Déficit Equacionado 2018	(5.288.058,91)
2.3.1.1.03.03.02	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.03.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.03.03	(-) Assistido	(5.288.058,91)
2.3.1.1.03.05.00	(-) Déficit Equacionado 2019	(14.686.338,34)
2.3.1.1.03.03.01	(-) Patrocinador	(7.343.169,17)
2.3.1.1.03.03.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.03.03	(-) Assistido	(7.343.169,17)
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(5.959.659,00)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(5.959.659,00)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	1.269.856,42
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.3.2.1.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	149.851,98
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	1.120.004,44

## PRECE PREVIDÊNCIA

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PRECE II vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em extinção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PRECE II avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela PRECE.

## RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL A PARTIR DE 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	53.320.206,73
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	53.320.206,73
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	53.320.206,73
	Patrocinador(es) - 31/12/2016	9.146.433,31
	Patrocinador(es) - 31/12/2017	36.830.604,25
	Patrocinador(es) - 31/12/2019	7.343.169,17
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	126.068.749,07
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	124.798.892,65
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	130.758.551,65
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	190.154.471,00
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	190.154.471,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	95.606.429,00
	Aposentadoria Programada	73.024.669,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	31.621.257,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(9.039.497,00)
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	94.548.042,00
	Aposentadorias por Invalidez	542.963,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	136.663,00
	Pensões	93.893.680,00
	(-) Contribuições Assistidos líquidas	(25.264,00)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>324.509,10</b>
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.03.01.01.02.02.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>324.509,10</b>
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	324.509,10
	Aposentadoria Programada	-
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	-
	Garantia de Reserva de Poupança	324.509,10
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado</b>	<b>-</b>
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
	Aposentadorias por Invalidez	-
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	-
	Pensão de Participante	-
	Resgate	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(59.720.428,45)</b>
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-
2.03.01.01.03.01.02	(-) Participantes	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar Total	(59.720.428,45)
2.03.01.01.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2016	(9.769.057,54)

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.03.02.00.3	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2017	(37.320.142,83)
2.03.01.01.03.02.00.4	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2018	(5.288.058,91)
2.03.01.01.03.02.00.5	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2019	(7.343.169,17)
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-
2.03.01.01.03.02.02.1	(-) Participantes - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.02.3	(-) Participantes - 31/12/2017	-
2.03.01.01.03.02.02.4	(-) Participantes - 31/12/2018	-
2.03.01.01.03.02.02.5	(-) Participantes - 31/12/2019	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	(59.720.428,45)
2.03.01.01.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2016	-
2.03.01.01.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2016	(9.769.057,54)
2.03.01.01.03.02.03.3	(-) Assistidos - 31/12/2017	(37.320.142,83)
2.03.01.01.03.02.03.4	(-) Assistidos - 31/12/2018	(5.288.058,91)
2.03.01.01.03.02.03.5	(-) Assistidos - 31/12/2019	(7.343.169,17)
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(5.959.659,00)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(5.959.659,00)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	1.269.856,42
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-

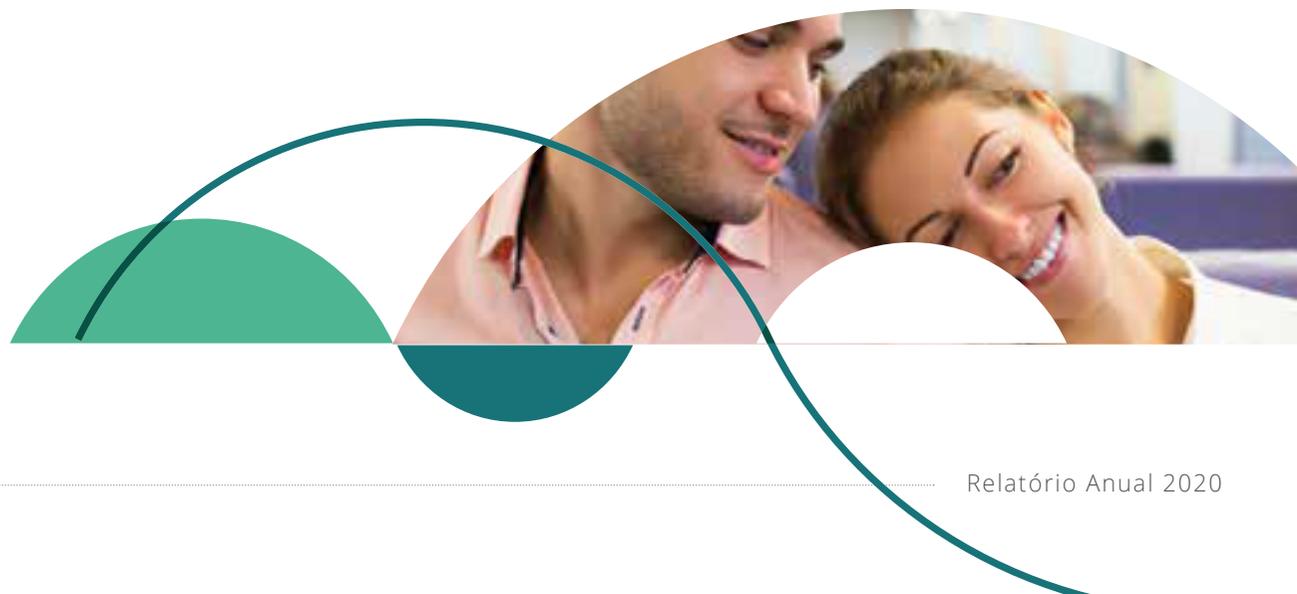
## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	149.851,98
2.03.02.03.00.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.120.004,44

Dentre as principais alterações do ponto de vista atuarial, temos a reclassificação atuarial da Dívida de Patrocinador.

“Art 22. As ECPF devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas”, no “Realizável Previdencial”, no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no grupo “(-) Provisões Matemáticas à Constituir”, no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme o CAPUT.”



## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PRECE II, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e resultam de R\$190.154.471,00.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano PRECE II, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, também foram determinadas atuarialmente, e resultam em R\$324.509,10 no encerramento do exercício.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída teoricamente, considerando a movimentação já esperada (inflação e benefícios pagos).

A provisão matemática avaliada considerando as hipóteses de 2020 foi superior à provisão matemática considerando as hipóteses de 2019, sendo tal variação justificada pela alteração da hipótese de Taxa de Juros as quais geraram impacto no valor apurado das reservas de Benefícios Concedidos. Contribuiu também para a redução dos benefícios a conceder, o fato de não haver mais ativos que atingem a faixa de contribuição do Plano e portanto só tem direito à reserva de poupança. Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais e reforma da previdência:



## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	A - EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2019	VARIAÇÃO (B/A1)*	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2020	VARIAÇÃO (C/B-1)
Provisões Matemáticas	187.605.513,39	185.414.387,10	-1,17%	190.478.980,10	2,73%
Benefícios Concedidos	187.206.547,40	185.089.878,00	-1,13%	190.154.471,00	2,74%
Benefício Definido	187.206.547,40	185.089.878,00	-1,13%	190.154.471,00	2,74%
Benefícios a Conceder	398.965,99	324.509,10	-18,66%	324.509,10	0,00%
Benefício Definido	398.965,99	324.509,10	-18,66%	324.509,10	0,00%

\*A Evolução Teórica busca estimar quais seriam os valores das provisões matemáticas, considerando as atualizações financeiras e atuariais e descontando-se os benefícios pagos no período. O recálculo com hipóteses de 31/12/2019 objetiva estimar os valores das provisões matemáticas caso não tivesse ocorrido alterações nas premissas. Tais valores são comparados com os cálculos que consideram a base de dados e premissas da presente avaliação atuarial. Observa-se ao comparar a variação da evolução teórica dos Benefícios a Conceder com o recalculado com as premissas da avaliação atuarial anterior que a redução se deveu ao fato de os atuais participantes ativos terem direito apenas à reserva de poupança. No caso dos benefícios concedidos, a diferença de 1,13% se deve a um conjunto de fatores, tais como: variações em torno da expectativa de mortalidade; variações nos dados dos dependentes para cálculo da reversão por morte, bem como pelo comportamento diferente de outras variáveis que compõe o cálculo atuarial.

Em 31/12/2020, o Plano possui Provisões Matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$113.040.635,18.

Cumpre-nos informar, que por decisão da Entidade, o Plano de Equacionamento de 2016 contemplou o montante de déficit correspondente a toda a insuficiência do Plano apurada até 31/12/2016, que englobou tanto o déficit técnico acumulado, quanto todo o valor das Provisões Matemáticas a Constituir, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$18.915.490,85.

No que se refere ao déficit equacionado de 2017, o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$74.150.747,08.

Relativamente ao déficit equacionado de 2018, o Plano de Equacionamento contemplou o montante correspondente à totalidade de déficit apurado na Avaliação Atuarial de 2018, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$5.288.058,91.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Quanto ao déficit equacionado de 2019, o Plano de Equacionamento contemplou o montante correspondente à totalidade de déficit apurado na Avaliação Atuarial de 2019, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado é de R\$14.686.338,34.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Plano, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante total de R\$77.438.344,92, em 31/12/2020.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, a variação percentual das Provisões Matemáticas do Plano PRECE II foi de 4,97% negativa, tendo sido registrado o montante de R\$81.487.508,19, em 31/12/2019.

O decréscimo das Provisões Matemáticas foi influenciado pela variação positiva na Provisão Matemática a Constituir da ordem de 3,51%, devido ao equacionamento do déficit obtido na avaliação atuarial de 2019.



## VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$77.438.344,92, em 31/12/2020, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$71.478.685,92, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE II apresenta novo déficit no valor de R\$5.959.659,00.

O Plano passou de um resultado deficitário de R\$14.686.338,34 em 31/12/2019, para um Déficit Técnico acumulado de R\$5.959.659,00, em 31/12/2020. Dentre as causas responsáveis pela variação do resultado temos principalmente o equacionamento total do déficit 2019, atenuado pela alteração das hipóteses atuariais e perda atuarial por não atingimento da meta atuarial do exercício.

A rentabilidade patrimonial do Plano PRECE II auferida nos 12 meses entre as Datas das Avaliações, foi de 0,53%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial do mesmo período, dada pela taxa de juros atuarial acrescida do índice do Plano, foi de 10,09% (INPC mais taxa de juros de 4,40% de janeiro a dezembro de 2020), o que resultou em uma perda técnico atuarial no exercício de 8,68%.

Conforme informado pela PRECE, o Plano PRECE II não possui títulos marcados na curva, dessa forma o ajuste de precificação é nulo.



## NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, da perda atuarial do exercício em função da rentabilidade não ter superado a meta atuarial, incrementado pela alteração das hipóteses atuariais, principalmente, redução da taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,04%a.a.

A PRECE, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

Na avaliação atuarial de 31/12/2020 foi apurado Equilíbrio Técnico Ajustado negativo no valor de R\$5.959.659,00. A parcela do déficit acima do limite estabelecido pelo Artigo 29º da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela seguinte fórmula:  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ , deverá ser objeto de plano de equacionamento.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 11,97 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2020.

Segundo Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2020 de 11,97 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2020

é de R\$6.171.836,09 (7,97% das Provisões Matemáticas). O déficit apurado foi de R\$5.959.659,00 e o ajuste de precificação foi nulo, de modo que o déficit apurado, após o ajuste de precificação, permaneceu em R\$5.959.659,00. Como este montante é inferior ao limite de R\$6.171.836,09, não é obrigatória a elaboração de um plano de equacionamento de deficit para o resultado atuarial de 2020.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

## CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

## OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Os Fundos do Plano possuem a quantia de R\$1.269.856,42, sendo o referido montante atinente ao Fundo dos Investimentos, em R\$1.120.004,44, e ao Fundo Administrativo, em R\$ 149.851,98, sendo que o Plano PRECE II não registra Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2020.

3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano PRECE II foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18.

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destacam-se as seguintes alterações:

A - Crescimento Real dos Salários: 0,27% a.a. em substituição à taxa de 0,43% a.a. (cuja alteração não incorreu em impacto atuarial, uma vez que os participantes ativos não atingem as condições para contribuírem ao Plano).

B - Taxa Real Anual de Juros: 4,04% a.a. em substituição a 4,40% a.a.

C - Rotatividade: Tábua EXP. PRECE ROT 2016 2019 em substituição à Tábua EXP. PRECE ROT 2012 2018. (Cuja alteração não incorreu em impacto atuarial, uma vez que os participantes ativos não atingem as condições para contribuírem ao Plano).



## 5- PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

### CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020
Normal		
Aposentadoria e Reversão	0,000%	0,000%
Invalidez e Reversão	0,000%	0,000%
Pensão por Morte na atividade	0,000%	0,000%
Resgate	0,000%	0,000%
Garantia de Reserva de Poupança	0,000%	0,000%
Total dos Benefícios	0,000%	0,000%
Administração	0,000%	0,000%
Custo Total	0,000%	0,000%

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme resultados apurados na Avaliação Atuarial, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2020, foi mensurado em 0,00% da Folha de Salários de Participação, apurado de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano permaneceu inalterado, o qual, também registrou uma alíquota de 0,00% em 31/12/2019. Dentre as causas da permanência do custo nulo, destaca-se, especialmente, o perfil da massa remanescente no Plano.

## PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início de vigência previsto para 01/04/2021, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, cabendo à PRECE zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

## PARTICIPANTESATIVOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL		
PARTICIPANTES*	Alíquota incidente sobre o excesso do Salário de Participação em relação ao triplo do Teto de Benefícios da Previdência Oficial (3xTETO), em função da idade na data da contribuição	18,1% a 20,1%
AUTOPARTICIPANTES PATROCINADOS	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO	0,0%	

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PATROCINADORA

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Paritária à Contribuição Básica do Participante, exceto Autopatrocinado

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Equacionamento do Déficit*	Parcelas Mensais <sup>3</sup>	Saldo Remanescente <sup>1</sup>	Prazo Remanescente <sup>2</sup>
Equacionamento do Déficit de 2016	R\$292.624,26	R\$9.146.433,31	30
Equacionamento do Déficit de 2017	R\$296.908,91	R\$36.830.604,25	142
Equacionamento do Déficit de 2019	R\$50.686,77	R\$7.343.169,17	205

## Cobertura de Serviços Passados

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado

\*Aplicação das Contribuições adicionais descritas nos Relatórios MERCER 121 RE 115/17, MERCER 121 RE 136/18 e MERCER 121 RE 041/20.

(1) Valor remanescente em 31/12/2020;

(2) Prazo posicionado em 31/12/2020; e

(3) O valor deverá ser atualizado pela Prece mensalmente pelo índice do Plano.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ASSISTIDOS

CONTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDO			
APOSENTADOS*	Incide sobre o Salário de Participação	SP (alíquota incidente sobre o Salário de Participação em função da idade na data da contribuição)	2,70% até 4,70%
		SP Teto**/2	2,00%
		SP Teto**	7,00%
		SP 3xTeto**	6,40%***
PENSIONISTAS*	Não Aplicável		

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

\*\* Teto = Teto de Benefício da Previdência Oficial.

\*\*\* Apenas para os aposentados que entraram em benefício a partir de 01/01/1998.

(1) Da contribuição apurada deve ser retirada a contribuição paga para o PRECE I.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA			
Equacionamento do Déficit*	Parcelas Mensais	Saldo Remanescente <sup>1</sup>	Prazo Remanescente <sup>2</sup>
Equacionamento do Déficit de 2016	20,8193%	9.769.057,54	30
Equacionamento do Déficit de 2017	20,0387%	37.320.142,83	142
Equacionamento do Déficit de 2018	2,3622%	5.288.058,91	181
Equacionamento do Déficit de 2019	3,0006%	7.343.169,17	205

## Cobertura de Serviços Passados

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado.

(1) Valor remanescente em 31/12/2020;

(2) Valor proporcional às Provisões Matemáticas de Assistidos em Benefício Definido, de acordo com a patrocinadora de origem;

(3) Prazo posicionado em 31/12/2020;

## CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Custeio Administrativo Para custeio das despesas administrativas é adotado o percentual de 2% incidente sobre as contribuições normais de participantes e patrocinadoras. No caso dos aposentados, a contribuição administrativa incide sobre as contribuições previstas no item contribuição regulamentar dos assistidos, citado acima.

Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo.

Conforme definição regulamentar, o Participante em Benefício Proporcional Diferido será obrigado a efetuar contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

## VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

## 6 - CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE II, em 31/12/2020, é deficitária em R\$5.959.659,00, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

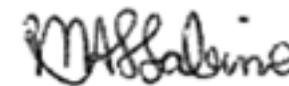
Considerando a inexistência de títulos públicos marcados na curva, não há ajuste de precificação. Não haverá a obrigatoriedade do processo de equacionamento de deficit uma vez que o valor foi inferior ao Limite de Déficit Técnico Acumulado. Contudo, é importante destacar que o Plano possui Provisões Matemáticas a constituir na ordem de R\$113.040.635,18, que se não forem pagas inviabilizam o Plano de Benefícios.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



DANIEL CRUZ MAGALHÃES  
Atuário MIBA nº 2.795  
ATUÁRIO



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA nº 2.567  
CONSULTORA SÊNIOR

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ALOCÇÃO DE RECURSOS E SEUS LIMITES

META POR SEGMENTO	2020		2021*		ALOCÇÃO DE RECURSOS**
	META	MÁXIMO	META	MÁXIMO	
RENDA FIXA	42%	100%	50%	100%	44%
RENDA VARIÁVEL	30%	50%	30%	50%	30%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	5%	0%	10%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	5%	0%	7%	0%
IMÓVEIS	20%	20%	12%	20%	20%
OP. COM PARTICIPANTES	8%	15%	8%	15%	7%

\* Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04/12/2020

\*\*Posição em 31/12/2020

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PRECE I		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,40%
01/2021 a 12/2021		

PRECE II		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,40%
01/2021 a 12/2021		4,04%

## META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	INPC+4,40%
Renda Variável	INPC+6,40%
Imóveis	INPC+4,40%
Op. Com Participantes	INPC+4,40%

## RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

RENTABILIDADE POR SEGMENTOS	2020
SEGMENTO	RENTABILIDADE
RENDA FIXA	13,86%
RENDA VARIÁVEL	-9,39%
IMÓVEIS	-26,88%
OP. COM PARTICIPANTES	9,67%
META ATUARIAL (PRECE I E II) - INCP +4,40%	10,09%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

O cenário mundial ao longo de todo o ano foi pautado sobre a pandemia do coronavírus e as consequências econômicas da crise sanitária. Inicialmente as organizações mundiais não deram a devida relevância a gravidade acerca da epidemia que se alastrava na China, quando os números começaram a aumentar na Europa, o pânico e as incertezas já haviam se expandido entre as fronteiras. Uma das medidas

## PRECE PREVIDÊNCIA

implementadas para impedir o avanço da doença foi o fechamento das economias (lockdown), o que gerou uma enorme queda na atividade econômica global.

Além disso, em março de 2020, com a diminuição drástica de circulação de pessoas ao redor do mundo houve uma redução brusca de demanda mundial por petróleo, e como a oferta inicialmente permaneceu inalterada, ocasionou momentaneamente a diminuição do preço deste produto. O agravante deste cenário foi a crise entre países membros da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, que originou o mais novo choque do preço do petróleo, após esses países aumentarem a produção em um período de baixa demanda.

Com intuito de tentar diminuir os impactos econômicos desses eventos, principalmente com a crise sanitária, os Bancos Centrais realizaram em larga escala medidas de expansionismos monetários. Com isso, as taxas básicas de juros das economias diminuíram e aumentaram as políticas sociais através de auxílios emergências para a população carente, de maneira a tentar impulsionar a atividade econômica. No cenário interno brasileiro, o Banco Central e o Governo Federal seguiram a tendência mundial de estímulos a economia através de medidas de afrouxamento monetário conjunto ao auxílio emergencial. No entanto, a questão fiscal brasileira já estava bastante delicada antes da pandemia, com o aumento dos gastos para tentar minimizar os efeitos do coronavírus, o quadro fiscal foi bastante agravado, chegando ao nível de 100% da dívida/PIB em 2020, o que aumentou a necessidade de reformas estruturais para o ano de 2021. O Brasil findou o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2,00% a.a., embora a inflação tenha ficado dentro da meta, nos últimos meses houve um grande aumento dos indicadores dos níveis de preços ao consumidor, provocando uma atenção do mercado quanto as medidas que poderão ser adotadas pelo governo para conter novos aumentos.

Após observar a gravidade dos acontecimentos ao longo do ano, é importante salientar as dificuldades e as instabilidades que permearam os sistemas financeiros com esses eventos extremamente de cauda, que geraram consequências até mesmo para segmentos considerados mais conservadores. De forma a suportar a volatilidade e garantir a rentabilidade no período, a carteira de investimentos deveria ser composta de tal forma que conseguisse mitigar os riscos inerentes aos segmentos, através da diversificação dos ativos. Os planos conseguiram atravessar por esse momento com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada. Através de um processo de investimento bem estruturado e dos controles de seleção e monitoramento, reforçados com a criação do segmento de governança em investimentos, abriu-se espaço para microalocações em ativos que geraram retornos expressivos mesmo em momentos de volatilidade.

Destaque para os retornos dos segmentos de Renda Fixa e Operações com Participantes. Os Planos Prece I e II geraram rentabilidade de 0,53%.



## PRECE PREVIDÊNCIA

## RENTABILIDADES POR FUNDOS

META POR SEGMENTO	META
Rentabilidade - Planos Prece I e II	2020
Fundo de Investimento	Rentabilidade*
FIC Alegria	13,68%
FIC Laranja	-9,39%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

## TAXA E CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO INTERNA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO *	TAXA DE CUSTÓDIA*	TAXA DE PERFORMANCE
FIC Alegria	0,05% a.a. ou valor mínimo R\$ 10.416,67 (Santander)	0,045% a.a. (Santander)	Não há
FIC Laranja	e 0,045% a.a. ou valor mínimo R\$ 3.093,00 (BTG Pactual)**.	e 0,040% a.a. (BTG Pactual).	

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO TERCEIRIZADA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO *	TAXA DE PERFORMANCE
Athena Tot. Ret. Inst FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

INFORMAÇÕES SEGREGADAS SOBRE AS  
DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - I E II

Custas com CETIP/SELIC e taxa de custódia	21.130,53
Honorários e Consultorias	436,80
Depósitos Judiciais - Honorários	23.839,28
<b>TOTAL</b>	<b>45.406,61</b>
Reembolso de despesas de investimento(do plano para o PGA)	2.344.664,27

PRECE PREVIDÊNCIA

PLANO PRECE III

CUIDAR DO FUTURO É  
OFERECER  
SEGURANÇA



## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE III EM 31 DE DEZEMBRO EM 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>1. ATIVOS</b>	<b>34.629</b>	<b>26.150</b>	<b>32,42%</b>
Disponível	472	842	-43,94%
Recebível	796	256	210,94%
Investimento	33.361	25.052	33,17%
Títulos Públicos	20.269	15.559	30,27%
Créditos Privados e Depósitos	1.733	1.567	10,59%
Fundos de Investimento	7.813	5.868	33,15%
Empréstimos e Financiamentos	3.546	2.058	72,30%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>2.022</b>	<b>1.654</b>	<b>22,25%</b>
Operacional	2.022	1.654	22,25%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>233</b>	<b>197</b>	<b>18,27%</b>
Fundos Administrativos	132	135	-2,22%
Fundos dos Investimentos	101	62	62,90%
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>32.374</b>	<b>24.299</b>	<b>33,23%</b>
Provisões matemáticas	30.389	22.610	34,41%
Fundos Previdenciais	1.985	1.689	17,53%
<b>6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE III EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>24.299</b>	<b>17.989</b>	<b>35,08%</b>
<b>1. Adições</b>	<b>9.316</b>	<b>7.893</b>	<b>18,03%</b>
(+) Contribuições	6.802	5.482	24,08%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	2.514	2.411	4,27%
<b>2. Destinações</b>	<b>-1.241</b>	<b>-1.583</b>	<b>-21,60%</b>
(-) Benefícios	-854	-1.268	-32,65%
(-) Custeio administrativo	-387	-315	22,86%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>8.075</b>	<b>6.310</b>	<b>27,97%</b>
(+) Provisões matemáticas	7.779	6.001	29,63%
(+) Fundos Previdenciais	296	309	-4,21%
<b>4. Operações Transitórias</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>B) ATIVO LIQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	<b>32.374</b>	<b>24.299</b>	<b>33,23%</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>36</b>	<b>120</b>	<b>-70,00%</b>
(+) Fundos Administrativos	-3	102	-102,94%
(+) Fundos dos Investimentos	39	18	116,67%

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE III EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>34.497</b>	<b>26.015</b>	<b>32,60%</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>30.389</b>	<b>22.610</b>	<b>34,41%</b>
1.1. Benefícios concedidos	568	160	255%
Contribuição Definida	568	160	255%
1.2. Benefício a Conceder	29.821	22.450	32,83%
Contribuição Definida	29.821	22.450	32,83%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	13.017	9.631	35,16%
Saldo de contas - parcela participantes	16.804	12.819	31,09%
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. FUNDOS</b>	<b>2.086</b>	<b>1.751</b>	<b>19,13%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	1.985	1.689	17,53%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	101	62	62,90%
			-
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>2.022</b>	<b>1.654</b>	<b>22,25%</b>
4.1. Gestão Previdencial	2.018	1.624	24,26%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	4	30	-86,67%
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

# PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE III

## 1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano PRECE III, administrado pela PRECE Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente às Patrocinadoras:

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE;
- PRECE Previdência Complementar;

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019;

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

## PRECE PREVIDÊNCIA

O Plano PRECE III está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios CNPB nº 2006.0018-92, encontra-se em manutenção normal, e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD), sendo que, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, trata-se de plano de benefícios de caráter previdenciário na modalidade de Contribuição Definida (CD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de 30/09/2020, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano, levantadas e informadas pela Entidade, utilizadas para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionados na data de 31/12/2020.

Ressalta-se que, para o Plano PRECE III, observou-se a existência de dois Grupos de Custeios, sendo estes denominados de **“PRECE III - CD - PATROCINADORA CEDAE”** e **“PRECE III - CD - PATROCINADORA PRECE”** exclusivamente para fins deste Parecer, uma vez que desde fevereiro de 2016 o Plano passou a ser patrocinado, além da CEDAE, pela PRECE, os quais contemplam a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face da Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer em relação ao plano.



## 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/09/2020, foi reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de outubro/20 a novembro/20.

### QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela PRECE Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PRECE, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:



## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTESATIVOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	CEDAE	PRECE	31/07/2019*
Número	422	378	44	427
Idade Média (anos)***	46,3	47,1	39,1	45,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	11,7	12,5	4,9	11,0
Tempo Médio de Contribuição (anos)	7,1	7,6	3,3	6,3
Salário Médio (R\$)	8.799,75	8.906,79	7.880,17	7.885,89
Folha mensal (R\$)	3.713.493,82	3.366.766,16	346.727,66	3.367.276,05

\* Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\* Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

## PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020	CEDAE	PRECE	31/07/2019
Número	-	-	-	1
Idade Média (anos)	-	-	-	60,6
Salário Médio (R\$)	-	-	-	2619,91
Folha Anual de Salários (R\$) (13x)	-	-	-	34.058,83

\*Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\*Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

## PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	30/09/2020	CEDAE	PRECE	31/07/2019
Número	-	-	-	-
Idade Média (anos)	-	-	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 1

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	CEDAE	PRECE	31/07/2019*
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>				
Número	1	1	-	-
Idade Média (anos)	69,6	69,6	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	1.574,52	1.574,52	-	-
Folha mensal (em R\$)	1.574,52	1.574,52	-	-
<b>Aposentadoria por Idade</b>				
Número	-	-	-	-
Idade Média (anos)	-	-	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	-	-	-	-
Folha mensal (em R\$)	-	-	-	-
<b>Aposentadoria Antecipada</b>				
Número	-	-	-	-
Idade Média (anos)	-	-	-	-
Benefício Mensal Médio em R\$	-	-	-	-
Folha mensal (em R\$)	-	-	-	-
<b>Aposentadoria Invalidez</b>				
Número	6	6	-	5
Idade Média (anos)	58,1	58,1	-	58,2
Benefício Mensal Médio em R\$	129,89	129,89	-	108,48
Folha mensal (em R\$)	779,35	779,35	-	542,42
<b>Pensão</b>				
Número	3	3	-	4
Idade Média (anos)	48,2	48,2	-	41,5
Benefício Mensal Médio em R\$	252,86	252,86	-	143,14
Folha mensal (em R\$)	758,57	758,57	-	572,55

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS E PENSIONISTAS - PARTE 2

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	CEDAE	PRECE	31/07/2019*
<b>Total</b>				
Número	10	10	-	9
Idade Média (anos)	55,5	55,5	-	49,8
Benefício Mensal Médio em R\$	311,24	311,24	-	123,89
Folha mensal (em R\$)	3.112,44	3.112,44	-	1.114,97

\*Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\*Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

### 3 - HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano.

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros	4,50% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Salários	Não Aplicável
Atualização Monetária dos Benefícios	Cota Patrimonial
Fator de capacidade para os salários	Não Aplicável
Fator de capacidade para os benefícios	Não Aplicável
Hipótese sobre rotatividade	Não Aplicável
Tábua de mortalidade geral <sup>1</sup>	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	ALVARO VINDAS
Custo de Pensão	Não Aplicável

(1) Foi utilizada a tábua AT2000, segregada por sexo, suavizada ao longo das idades em 10%.

Salienta-se que as hipóteses são aplicáveis ao Plano apenas para determinar o custo do Saldo Projetado para os Benefícios de Risco ou os Fatores Atuariais para fins de apuração do valor da Renda por Prazo Indeterminado, considerando o disposto na Nota Técnica Atuarial do Plano.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA CEDAE

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida, o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

Cumpramos apenas que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura. O referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito a volatilidade devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que para o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/2020, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA PRECE

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Plano, qual seja, de Contribuição Definida, o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece não apresenta riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Plano, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

Cumpramos apenas que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura. O referido Fundo Previdencial, e não o Plano, está sujeito a volatilidade devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, que para o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, caracterizam-se, basicamente, como Biométricas e Econômico-financeiras.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/2020, observando assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18 e suas alterações posteriores.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios do Plano, o método de Capitalização Financeira, haja vista tratar-se de Plano em que todos os benefícios estão estruturados na modalidade de Contribuição Definida. Dessa forma, o referido método é adequado e deve continuar sendo adotado para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente. No que tange à forma de apuração do custo e custeio do Saldo Projetado para a cobertura dos benefícios de riscos, estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, entendemos ser aderente à legislação, à massa avaliada, bem como ao perfil do Plano, em especial aos fins que se destina.



## 4 - POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor e com os totais dos Saldos de Contas individuais informados pela PRECE, a composição do Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir:

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	32.606.946,87
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	30.388.641,62
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	30.388.641,62
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	567.473,33
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	567.473,33
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	567.473,33
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	29.821.168,29
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	29.821.168,29
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	13.017.523,34
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	16.668.382,20
	Saldo de Contas - Recursos Portados	135.262,75
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	2.218.305,25
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.985.446,74
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	93.978,49
2.3.2.1.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	1.891.468,25
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	132.146,45
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	100.712,06

Apesar do Regulamento ter sido alterado pela Portaria nº 807, de 20/11/2020, publicada no DOU em 26/11/2020, com início de vigência a partir desta última data, não houve alteração regulamentar que gerasse impacto ou afetação no resultado do Plano PRECE III.

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PRECE III avaliado, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PRECE.

## RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL A PARTIR DE 2021/01/01

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	R\$
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	32.606.946,87
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	30.388.641,62
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	30.388.641,62
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	567.473,33
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	567.473,33
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos Constituído	567.473,33
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	-
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	-
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	29.821.168,29
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	29.821.168,29
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	13.017.523,34
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Constituída pelos Participantes	16.668.382,20
2.03.01.01.02.01.03	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EFPC	135.262,75
2.03.01.01.02.01.04	Saldo de Contas - Parcela Participantes Portada de EAPC	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	-
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	-
2.03.01.02.01.01.00	Superávit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.02.01.01.02	Reserva Especial para Revisão de Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) Déficit Técnico Acumulado	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	2.218.305,25
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	1.985.446,74
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	93.978,49
2.03.02.01.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-
2.03.02.01.03.00.00	OUTROS - PREVISTO EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	1.891.468,25
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	132.146,45
2.03.02.02.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	-
2.03.02.02.02.00.00	PARTICIPACÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	132.146,45
2.03.02.02.03.00.00	FUNDOS PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	100.712,06

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA CEDAE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam R\$567.473,33 no encerramento do exercício, qual seja, 31/12/2020.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE na data de 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam R\$27.771.200,00.

O grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, não possui Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, e deste para com os respectivos Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam R\$28.338.673,33, em 31/12/2020.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, a variação nominal das Provisões Matemáticas do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE foi positiva, em 36,90%, tendo sido registrado o montante de R\$ 20.700.389,95 no exercício de 2019, a qual foi influenciada pela entrada de recursos relativos às contribuições de Participantes e Patrocinadoras e pela rentabilidade auferida pelo Plano.



## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA PRECE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, são nulas para este grupo de custeio.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece na data de 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam R\$2.049.968,29.

O grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, não possui Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2019, a variação nominal das Provisões Matemáticas do grupo de custeio PRECE III CD foi positiva, em 7,34%, tendo sido registrado o montante de R\$1.909.824,66 no exercício de 2019, a qual foi influenciada pela entrada de recursos relativos às contribuições de Participantes e Patrocinadoras e pela rentabilidade auferida pelo Plano.

## VARIAÇÃO DO RESULTADO

Haja vista que os Benefícios oferecidos pelo Plano encontram-se estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o Plano não apresenta Resultado.

## NATUREZA DO RESULTADO

Em face da modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao Plano PRECE III, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA- GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA CEDAE

Haja vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA- GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA PRECE

Haja vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT

Tendo em vista a modalidade em que está estruturado o Plano, qual seja, Contribuição Definida, este item não se aplica ao Plano PRECE III, não sendo necessário discorrer sobre este assunto.

## CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco e o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

O Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco é constituído pelas

contribuições vertidas pela Patrocinadora, destinadas à cobertura do benefício de risco. Este fundo é utilizado quando da concessão de benefício de Renda por Invalidez ou Renda por Morte de Participante, conforme disposição regulamentar. Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco e o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

Já o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar registra os saldos residuais de contribuições da Patrocinadora, não destinados ao pagamento de benefícios. Este fundo terá utilização conforme decisão do Conselho Deliberativo.

## OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimento e administrativo, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil dos referidos meses, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos. A integralidade dos ativos de investimentos estava contabilizada a valor de mercado, conforme informado pela Entidade.

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2020, verifica-se que o Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado.

3) No final do exercício de 2020, os Fundos do Plano PRECE III montavam a quantia de R\$2.218.305,25 sendo R\$132.146,45 referente ao Fundo Administrativo, R\$1.985.446,74 referente aos Fundos Previdenciais e R\$100.712,06 referente ao Fundo dos Investimentos, conforme valores registrados no Balancete Contábil de 31/12/2020.

4) Saliencia-se que as hipóteses são aplicáveis ao Plano apenas para determinar o custo do Saldo Projetado para os Benefícios de Risco ou os Fatores Atuariais para fins de apuração do valor da Renda por Prazo Indeterminado, considerando o disposto na Nota Técnica Atuarial do Plano.

5) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano PRECE III foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/2020, observando-se, assim, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18.

6) Em relação as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, a taxa de juros foi alterada de 5,50% a.a para 4,50% a.a. As demais hipóteses foram mantidas.

7) A rentabilidade do Plano PRECE III resultou em um percentual positivo de 10,03%, conforme informado pela área de investimentos da PRECE, sendo seu efeito distribuído para o Plano, considerando que o compromisso atuarial do Plano é dado pelos Saldos das Contas Individuais e Coletivas, e que não há, para esta parcela, taxa de juros atuariais ou exigível atuarial, resultando em ganho atuarial ao Plano, considerando seus efeitos na valorização da cota patrimonial.

## 5- PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

### CUSTOS

O método atuarial Agregado, adotado para a apuração dos compromissos deste plano, prevê o redimensionamento periódico do plano de custeio, de forma que o valor presente das contribuições futuras corresponda à diferença entre os compromissos atuariais e os recursos garantidores, conforme descrito a seguir:

#### GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA CEDAE

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020
<b>Normal</b>		
Aposentadorias e Reversão	11,738%	5.137.483,16
Outros: CCOL - Fundo Previdencial	0,367%	160.628,41
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>12,105%</b>	<b>5.298.111,57</b>
Administração	0,773%	338.326,33
<b>Custo Total</b>	<b>12,878%</b>	<b>5.636.437,90</b>

Valor da Folha Anualizada considerada é de R\$43.767.960,08.

## GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA PRECE

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020
<b>Normal</b>		
Aposentadorias e Reversão	11,170%	503.483,24
Outros: CCOL - Fundo Previdencial	0,367%	16.542,37
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>11,537%</b>	<b>520.025,61</b>
Administração	0,736%	33.174,90
<b>Custo Total</b>	<b>12,273%</b>	<b>553.200,51</b>

Valor da Folha Anualizada considerada é de R\$4.507.459,58.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA CEDAE

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE não possui custo calculado atuarialmente, exceto com relação à parcela referente ao custo dos Benefícios de Risco, relativos aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Participante, considerando a Nota Técnica Atuarial e o Regulamento do Plano, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pela Patrocinadora.

Conforme resultados apurados na Avaliação Atuarial de 2020, o custo médio do grupo de custeio, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2020, foi mensurado em 12,105% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com a contribuição média efetuada por Patrocinadoras e Participantes, também líquida de taxa de carregamento administrativo, sendo equivalente, respectivamente, a 5,748% e 6,357%. Em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2020, 11,738% refere-se ao custeio dos benefícios programados, sendo 6,357% dos Participantes e 5,381% da Patrocinadora, e 0,367% refere-se ao custeio dos benefícios de risco, este último de responsabilidade da Patrocinadora.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um aumento do custo do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora CEDAE de 0,645 pontos percentuais, o qual, em 2019 registrou a alíquota de 11,460%, conforme Relatório de Avaliação Atuarial MERCER 121 RE 011/20, posicionado em 31/12/2019.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS - GRUPO DE CUSTEIO: PRECE III - CD PATROCINADORA PRECE

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, o grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece não possui custo calculado atuarialmente, exceto com relação à parcela referente ao custo dos Benefícios de Risco, relativos aos Benefícios de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte de Participante, considerando a Nota Técnica Atuarial e o Regulamento do Plano, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pela Patrocinadora.

Conforme resultados apurados na Avaliação Atuarial de 2020, o custo médio do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2020, foi mensurado em 11,537% da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com a contribuição média efetuada por Patrocinadoras e Participantes, também líquida de taxa de carregamento administrativo, sendo equivalente, respectivamente, a 5,748% e 5,789%. Em relação ao custeio calculado na Avaliação Atuarial de 2020, 11,170% refere-se ao custeio dos benefícios programados, sendo 5,789% dos Participantes e 5,381% da Patrocinadora, e 0,367% refere-se ao custeio dos benefícios de risco, este último de responsabilidade da Patrocinadora.

Comparativamente ao exercício anterior, houve uma redução do custo do grupo de custeio PRECE III CD Patrocinadora Prece de 0,890 pontos percentuais, o qual, em 2019, registrou a alíquota de 12,427%, conforme Relatório de Avaliação Atuarial MERCER 121 RE 011/20, posicionado em 31/12/2019.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## CONTRIBUIÇÕES

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início de vigência previsto para 01/04/2021, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, cabendo à PRECE zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que segue:

## PARTICIPANTE

CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
PARTICIPANTES*	<p><b>Contribuição Básica do Participante:</b> de caráter mensal e obrigatório, considerando o percentual de escolha do participante, desde que este percentual seja no mínimo 3% (três por cento) e no máximo 10% (dez por cento) do salário de participação (SP)</p> <p><b>Contribuição Adicional (mensal):</b> Adotado percentual definido pelo Participante, desde que o mesmo não seja inferior a 1% do Salário de Participação.</p> <p><b>Contribuição Suplementar (esporádica):</b> Valor definido pelo Participante a ser recolhido ao Plano a qualquer tempo, desde que o mesmo não seja inferior a 20% do Salário de Participação.</p>
PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS*	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora**
PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO***	contribuição mensal como objetivo de custear as despesas administrativas, no mesmo percentual praticado pelos participantes em atividade.

\* Da Contribuição Básica mensal será destinada uma parcela correspondente à aplicação de um percentual do valor das suas contribuições vertidas ao Plano para a cobertura das despesas administrativas. Plano de custeio mantido, em que pese definição regulamentar da metodologia de cálculo das contribuições do Plano.

\*\*A contribuição dos participantes autopatrocinados deverá contemplar a cobrança da taxa destinada para parcela de risco, e da correspondente taxa administrativa referente à contribuição da patrocinadora.

\*\*\*Para os participante em BPD, o custeio administrativo aplicado será equivalente ao desconto realizado enquanto participante ativo, considerando a aplicação do mesmo percentual de contribuição administrativa de ativo sobre o último salário de participação utilizado para a cobrança da contribuição básica. O valor da contribuição administrativa será deduzido mensalmente do saldo de contas individual do participante.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT, SERVIÇO PASSADO E JOIA

Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.

## PATROCINADORA

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Paritária à Contribuição Básica do Participante.

Da Contribuição Básica mensal será destinada uma parcela correspondente à aplicação de um percentual do valor das suas contribuições vertidas ao Plano para a cobertura das despesas administrativas.

Da Contribuição Básica mensal será descontada a parcela destinada ao custeio dos benefícios de risco que são decorrentes de invalidez e morte

## CUSTEIO DO SALDO PROJETADO PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO

Taxa a ser aplicada a partir de abril/2021: 3,660%

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT, SERVIÇO PASSADO E JOIA

Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade

## ASSISTIDOS

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT, SERVIÇO PASSADO E JOIA

Não aplicável ao Plano, em face de sua modalidade.

## CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Percentual incidente sobre as contribuições normais	6,00%
Percentual incidente sobre os benefícios	0,70%
Percentual incidente sobre os benefícios (contrapartida das Patrocinadoras)	0,70%

Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo. Para os participantes em BPD, o custeio administrativo aplicado será equivalente ao desconto realizado enquanto participante ativo, considerando a aplicação do mesmo percentual de contribuição administrativa de ativo sobre o último salário de participação utilizado para a cobrança da contribuição básica. O valor da contribuição administrativa será deduzido mensalmente do saldo de contas individual do participante.

## VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

## 6 - CONCLUSÃO

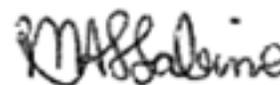
Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE III, em 31/12/2020, é equilibrada, como observado através do confronto entre as obrigações anteriormente expostas, e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Brasília, 20 de fevereiro de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



DANIEL CRUZ MAGALHÃES  
Atuário MIBA nº 2.795  
ATUÁRIO



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA nº 2.567  
CONSULTORA SÊNIOR

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS E SEUS LIMITES

META POR SEGMENTO	2020		2021*		ALOCAÇÃO DE RECURSOS **
	META	MÁXIMO	META	MÁXIMO	
RENDA FIXA	77%	100%	79%	100%	83%
RENDA VARIÁVEL	10%	30%	10%	50%	7%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5%	10%	0%	10%	0%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	5%	0%	7%	0%
IMÓVEIS	0%	5%	0%	20%	0%
OP. COM PARTICIPANTES	8%	15%	11%	15%	10%

\* Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04/12/2020

\*\*Posição em 31/12/2020

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

Período de Referência	Participação	Percentual do Indexador	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	100%	100%	DI-CETIP	0,00%
01/2021 a 12/2021				

## META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	Metas de Rentabilidade
Renda Fixa	CDI, IMA-B, IDA, SELIC, IRF-M
Op. com Participantes	INPC + 4,40%
Investimentos Estruturados	INPC + 6,20%
Investimentos no Exterior	MSCI
Investimento Imobiliário	IFIX , IGMI-C
Renda Variável	IBOVESPA, IBRX-100, IDIV

## RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

RENTABILIDADE POR SEGMENTOS	2020
Segmento	Rentabilidade*
Renda Fixa	7,36%
Renda Variável	9,53%
Op. com Participantes	27,11%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

O cenário mundial ao longo de todo o ano foi pautado sobre a pandemia do coronavírus e as consequências econômicas da crise sanitária. Inicialmente as organizações mundiais não deram a devida relevância a gravidade acerca da epidemia que se alastrava na China, quando os números começaram a aumentar na Europa, o pânico e as incertezas já haviam se expandido entre as fronteiras. Uma das medidas implementadas para impedir o avanço da doença foi o fechamento das economias

## PRECE PREVIDÊNCIA

(lockdown), o que gerou uma enorme queda na atividade econômica global.

Além disso, em março de 2020, com a diminuição drástica de circulação de pessoas ao redor do mundo houve uma redução brusca de demanda mundial por petróleo, e como a oferta inicialmente permaneceu inalterada, ocasionou momentaneamente a diminuição do preço deste produto. O agravante deste cenário foi a crise entre países membros da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, que originou o mais novo choque do preço do petróleo, após esses países aumentarem a produção em um período de baixa demanda.

Com intuito de tentar diminuir os impactos econômicos desses eventos, principalmente com a crise sanitária, os Bancos Centrais realizaram em larga escala medidas de expansionismos monetários. Com isso, as taxas básicas de juros das economias diminuíram e aumentaram as políticas sociais através de auxílios emergências para a população carente, de maneira a tentar impulsionar a atividade econômica. No cenário interno brasileiro, o Banco Central e o Governo Federal seguiram a tendência mundial de estímulos a economia através de medidas de afrouxamento monetário conjunto ao auxílio emergencial. No entanto, a questão fiscal brasileira já estava bastante delicada antes da pandemia, com o aumento dos gastos para tentar minimizar os efeitos do coronavírus, o quadro fiscal foi bastante agravado, chegando ao nível de 100% da dívida/PIB em 2020, o que aumentou a necessidade de reformas estruturais para o ano de 2021. O Brasil

findou o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2,00% a.a., embora a inflação tenha ficado dentro da meta, nos últimos meses houve um grande aumento dos indicadores dos níveis de preços ao consumidor, provocando uma atenção do mercado quanto as medidas que poderão ser adotadas pelo governo para conter novos aumentos.

Após observar a gravidade dos acontecimentos ao longo do ano, é importante salientar as dificuldades e as instabilidades que permearam os sistemas financeiros com esses eventos extremamente de cauda, que geraram consequências até mesmo para segmentos considerados mais conservadores. De forma a suportar a volatilidade e garantir a rentabilidade no período, a carteira de investimentos deveria ser composta de tal forma que conseguisse mitigar os riscos inerentes aos segmentos, através da diversificação dos ativos. Os planos conseguiram atravessar por esse momento com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada. Através de um processo de investimento bem estruturado e dos controles de seleção e monitoramento, reforçados com a criação do segmento de governança em investimentos, abriu-se espaço para microalocações em ativos que geraram retornos expressivos mesmo em momentos de volatilidade.

Destaque para os retornos dos segmentos de Renda Variável e Operações com Participantes. O Plano Prece III gerou rentabilidade de 10,03%, acima da sua meta (+2,76%).



## RENTABILIDADES POR FUNDOS

META POR SEGMENTO	META
Rentabilidade - Prece III	2020
Fundo de Investimento	Rentabilidade*
Santander FIC FI Inst Ref DI	2,10%
Bogari Value FIC FIA	10,39%
Vista FIA	9,89%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

## TAXA E CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Plano	taxa de custódia*
Prece III	0,0225% a.a. (Santander) e 0,040% a.a. (BTG Pactual)

Fundo não exclusivo	taxa de administração	taxa de performance
Santander FIC FI Inst Ref DI	0,20% a.a.	Não há
Bogari Value FIC FIA	2,00% a.a.	20% do que exceder 100% do Ibovespa
Vista FIA	2,50% a.a.	20% do que exceder 100% do IBrX

\* Em dezembro de 2020 houve a troca de custódia para o BTG Pactual.

## INFORMAÇÕES SEGREGAÇÃO SOBRE AS DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - PRECE III

Custas com CETIP/SELIC e taxa de custódia	5.313,76
<b>TOTAL</b>	<b>5.313,76</b>
Reembolso de despesas de investimento(do plano para o PGA)	204.961,03

## ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO - PLANO PRECE III

Em novembro de 2020 foi aprovada pela PREVIC a alteração do regulamento do plano PRECE III, tendo sido divulgada através da portaria nº 807, publicada no DOU de 26/11/2020. Abaixo seguem os principais pontos alterados:

- Inclusão da modalidade de prazo determinado por 5, 10, 15, 20, 25 ou 30 anos.
- Flexibilização da contribuição básica, passando de uma fórmula fixa para a livre escolha do Participante dentro da faixa de 3% a 10% do Salário de Participação.
- Aumento do percentual de resgate da parcela patronal, passando de 0,25% para 0,85% por mês de vinculação ao plano;
- Redução do período de carência para resgate da parcela patronal, passando de 30 para 24 meses;
- Possibilidade de inscrição de qualquer pessoa física como beneficiária, sem a necessidade de comprovação de parentesco ou de dependência econômica;
- Inclusão da regra de benefício mínimo, prevendo que, se no momento da concessão do benefício ou no recálculo anual for apurado um valor inferior à uma unidade previdenciária, o saldo remanescente da Conta Individual será pago em parcela única.

PRECE PREVIDÊNCIA



**CUIDAR DO FUTURO É  
SER TRANSPARENTE**

**PLANO  
PRECE CV**



## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE CV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>1. ATIVOS</b>	<b>1.539.253</b>	<b>1.662.150</b>	<b>-7,39%</b>
Disponível	351	3.875	-90,94%
Recebível	13.852	64.773	-78,61%
Investimento	1.525.050	1.593.502	-4,30%
Créditos Privados e Depósitos	-	130	-100,00%
Fundos de Investimento	1.319.424	1.349.007	-2,19%
Investimentos Imobiliários	104.041	158.087	-34,19%
Empréstimos e Financiamentos	92.463	83.959	10,13%
Outros Realizáveis	9.122	2.319	293,36%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>53.201</b>	<b>38.177</b>	<b>39,35%</b>
Operacional	44.082	30.307	45,45%
Contingencial	9.119	7.870	15,87%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>11.785</b>	<b>11.723</b>	<b>0,53%</b>
Fundos Administrativos	3.971	4.035	-1,59%
Fundos dos Investimentos	7.814	7.688	1,64%
<b>4. RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3-4)</b>	<b>1.474.267</b>	<b>1.612.250</b>	<b>-8,56%</b>
Provisões matemáticas	1.569.592	1.605.405	-2,23%
Déficit Técnico	-126.828	-21.385	493,07%
Fundos Previdenciais	31.503	28.230	11,59%
<b>6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>	<b>-96.133</b>	<b>2.595</b>	<b>-3804,54%</b>
a) Equilíbrio Técnico	-126.828	-21.385	493,07%
b) (+/-) Ajuste de Precificação	30.695	23.980	28,00%
c) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	-96.133	2.595	-3804,54%

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO PRECE CV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	1.612.250	1.575.798	2,31%
<b>1. Adições</b>	69.439	296.189	-76,56%
(+) Contribuições	69.439	78.404	-11,43%
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	-	217.785	-100,00%
<b>2. Destinações</b>	(207.422)	(259.737)	-20,14%
(-) Benefícios	(186.057)	(251.703)	-26,08%
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(16.134)	-	-
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.249)	(3.125)	-60,03%
(-) Custeio administrativo	(3.982)	(4.909)	-18,88%
<b>3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	(137.983)	36.452	-478,53%
(+) Provisões matemáticas	(35.813)	(12.028)	197,75%
(+) Fundos Previdenciais	3.273	9.227	-64,53%
(+) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(105.443)	39.253	-368,62%
<b>4. Operações Transitórias</b>	-	-	-
<b>B) ATIVO LIQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3+4)</b>	1.474.267	1.612.250	-8,56%
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	62	168	-63,10%
(+) Fundos Administrativos	(64)	(632)	-89,87%
(+) Fundos dos Investimentos	126	800	-84,25%

## PRECE PREVIDÊNCIA

## DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO PRECE CV EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 EM R\$ MIL

	2020	2019	VARIAÇÃO
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.535.282</b>	<b>1.658.115</b>	<b>-7,41%</b>
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>1.569.592</b>	<b>1.605.405</b>	<b>-2,23%</b>
1.1. Benefícios concedidos	1.276.441	1.285.393	-0,70%
Contribuição Definida	300.946	327.007	-7,97%
Benefício Definido	975.495	958.386	1,79%
1.2. Benefício a Conceder	533.908	566.298	-5,72%
Contribuição Definida	533.908	566.298	-5,72%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	102.599	96.516	6,30%
Saldo de contas - parcela participantes	431.309	469.782	-8,19%
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-240.757	-246.286	-2,25%
(-) Déficit equacionado	-240.757	-246.286	-2,25%
(-) Patrocinador(es)	-118.404	-121.708	-2,71%
(-) Assistidos	-122.353	-124.578	-1,79%
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>-126.828</b>	<b>-21.385</b>	<b>493,07%</b>
2.1. Resultados Realizados	-126.828	-21.385	493,07%
(-) Déficit Técnico Acumulado	-126.828	-21.385	493,07%
<b>3. FUNDOS</b>	<b>39.317</b>	<b>35.918</b>	<b>9,46%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	31.503	28.230	11,59%
3.2. Fundos dos Investimento - Gestão Previdencial	7.814	7.688	1,64%
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	<b>44.082</b>	<b>30.307</b>	<b>45,45%</b>
4.1. Gestão Previdencial	42.034	29.639	41,82%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.048	668	206,59%
<b>5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL</b>	<b>9.119</b>	<b>7.870</b>	<b>15,87%</b>
5.1 Gestão Previdencial	9.119	7.870	15,87%

# PARECER ATUARIAL PLANO DE BENEFÍCIOS PRECE CV

## 1 - INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano PRECE I, administrado pela PRECE Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente às Patrocinadoras:

- Companhia Estadual de Águas e Esgotos CEDAE;
- Caixa de Assistência dos Servidores da CEDAE CEDAE SAÚDE
- PRECE Previdência Complementar;

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

O Plano PRECE CV está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios CNPB nº 2011.0005-56, e se encontra fechado a novas adesões. O Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD), na fase de percepção, sendo facultado, ainda, nesta última fase a opção pelo recebimento da renda considerando características de Contribuição Definida (CD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria nº 806, de 20/11/2020, publicada no DOU de 26/11/2020, além dos dados cadastrais individualizados dos Participantes e Assistidos, posicionados na data base de 30/09/2020, considerando que as informações financeiras, contábeis e patrimoniais do Plano foram posicionadas na referida Data da Avaliação, levantados e informados pela Entidade, utilizados para apuração das Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer.

Ressalta-se que para o Plano PRECE CV, observou-se a existências de (6) seis Grupos de Custeio, sendo estes denominados de **“PLANO CV - PARTE CD - CEDAE SAÚDE”**; **“PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE”**. **PLANO CV PARTE CD - CEDAE”**; **“PLANO CV PARTE BD - CEDAE”**; **“PLANO CV PARTE CD - PRECE” e**

**“PLANO CV PARTE BD- PRECE”**, exclusivamente para fins deste Parecer, os quais contemplam a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios. Tal abertura deveu-se ao fato de que as Patrocinadoras são não solidárias, conforme Convênio de Adesão.

Cumprido destacar que frente ao histórico de sucessivos deficits, a PRECE juntamente com Mercer na atual posição de atuário responsável pelos planos de benefícios administrados pela PRECE, elaboraram um plano de ação com diversas soluções que visem equacionar os problemas estruturais dos Planos administrados por essa Entidade, sendo dessa forma o Plano PRECE CV também contemplado. Mencionada estratégia previdencial consiste na adoção de uma série de ações, as quais estão detalhadas no Relatório 071/19. Dentre as medidas para o Plano PRECE CV, temos que a concessão de rendas vitalícias para os participantes não elegíveis está fechada desde a publicação da última alteração regulamentar e anualmente será facultado que os assistidos que recebem renda vitalícia transformem a respectiva reserva matemática em renda financeira.

Adicionalmente, e em face da Entidade não ter informado nenhum fato relevante em relação ao Plano, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer em relação ao plano.

## 2 - PERFIL DOS PARTICIPANTES

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/09/2020, foi reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de outubro/20 a novembro/20.

### QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

Os dados individuais foram fornecidos pela PRECE Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a PRECE, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

### PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
Número	1.794	1.994
Idade Média (anos)	59,9	59,4
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	33,5	32,7
Tempo Médio de Contribuição (anos)	32,8	32,0
Salário Médio (R\$)	12.244,72	11.160,26
Folha mensal (R\$)	21.967.030,74	22.253.567,37

\*Base de dados reposicionada para 31/12/2019, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\* Base de dados reposicionada para 31/12/2020, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

### PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-
Folha Anual de Salários (R\$)	-	-

### PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	30/09/2020	31/07/2019
Número	-	-
Idade Média	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ASSISTIDOS (MODALIDADE CD)

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>		
Número	674	713
Idade Média (anos)	76,5	76,9
Benefício Mensal Médio em R\$	2.251,10	2.306,68
Folha mensal (em R\$)	1.517.242,78	1.644.663,43
<b>Aposentadoria por Idade</b>		
Número	36	-
Idade Média (anos)	83,4	-
Benefício Mensal Médio em R\$	721,82	-
Folha mensal (em R\$)	25.985,40	-
<b>Aposentadoria Antecipada</b>		
Número	197	208
Idade Média (anos)	74,1	73,3
Benefício Mensal Médio em R\$	1.327,16	1.400,40
Folha mensal (em R\$)	261.449,78	291.282,82

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria Invalidez</b>		
Número	119	132
Idade Média (anos)	67,5	67,0
Benefício Mensal Médio em R\$	866,71	957,93
Folha mensal (em R\$)	103.138,12	126.447,06
<b>Pensão</b>		
Número	283	255
Idade Média (anos)	68,6	68,2
Benefício Mensal Médio em R\$	1.767,19	2.043,46
Folha mensal (em R\$)	500.113,62	521.082,86
<b>Total</b>		
Número	1.309	1.308
Idade Média (anos)	73,8	73,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.839,52	1.975,13
Folha mensal (em R\$)	2.407.929,70	2.583.476,17

(\*) Base de dados reposicionada para 2019/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de ago/19 a nov/19.

(\*\*) Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade para o período de out/20 a nov/20.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ASSISTIDOS (MODALIDADE BD)

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>		
Número	574	643
Idade Média (anos)	78,2	77,8
Benefício Mensal Médio em R\$	5.984,95	5.558,93
Folha mensal (em R\$)	3.435.361,21	3.574.389,76
<b>Aposentadoria por Idade</b>		
Número	41	-
Idade Média (anos)	83,5	-
Benefício Mensal Médio em R\$	2.335,42	-
Folha mensal (em R\$)	95.752,23	-
<b>Aposentadoria Antecipada</b>		
Número	167	171
Idade Média (anos)	74,9	73,9
Benefício Mensal Médio em R\$	3.328,65	3.251,14
Folha mensal (em R\$)	555.884,63	555.944,23

DESCRIÇÃO	30/09/2020**	31/07/2019*
<b>Aposentadoria Invalidez</b>		
Número	107	115
Idade Média (anos)	66,2	65,6
Benefício Mensal Médio em R\$	1.439,85	1.533,57
Folha mensal (em R\$)	154.064,36	176.360,22
<b>Pensão</b>		
Número	1.512	1.551
Idade Média (anos)	72,4	71,7
Benefício Mensal Médio em R\$	2.621,58	2.554,48
Folha mensal (em R\$)	3.963.823,87	3.962.000,83
<b>Total</b>		
Número	2.401	2.480
Idade Média (anos)	73,8	73,1
Benefício Mensal Médio em R\$	3.417,28	3.334,15
Folha mensal (em R\$)	8.204.886,29	8.268.695,04

\*Base de dados reposicionada para 2019/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de ago/19 a nov/19.

\*\*Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

## BASE CADASTRAL SEGREGADA ENTRE PATROCINADORAS

A seguir apresentamos as estatísticas segregadas entre as três patrocinadoras, quais sejam, CEDAE SAÚDE, CEDAE e PRECE.

### PARTICIPANTES ATIVOS

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
Número	1.794	13	1.769	12
Idade Média (anos)	59,9	53,7	60,0	52,7
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio	33,5	25,8	33,7	23,8
Tempo Médio de Contribuição	32,8	26,2	32,9	24,0
Salário Médio (R\$)	12.244,72	6.148,13	12.300,42	10.637,90
Folha mensal (R\$)	21.967.030,74	79.925,65-	21.759.450,25	127.654,84

\*Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

### PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
Número	-	-	-	-
Idade Média (anos)	-	-	-	-

### PARTICIPANTES AGUARDANDO BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
Número	-	-	-	-
Idade Média (anos)	-	-	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ASSISTIDOS (MODALIDADE CD)

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>				
Número	674	1	667	6
Idade Média (anos)	76,5	70,9	76,6	63,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.251,10	801,34	2.238,88	3.851,49
Folha mensal (em R\$)	1.517.242,78	801,34	1.493.332,52	23.108,91
<b>Aposentadoria por Idade</b>				
Número	36	-	36	-
Idade Média (anos)	83,4	-	83,4	-
Benefício Mensal Médio em R\$	721,82	-	721,82	-
Folha mensal (em R\$)	25.985,40	-	25.985,40	-
<b>Aposentadoria Antecipada</b>				
Número	197	3	192	2
Idade Média (anos)	74,1	53,6	74,6	61,4
Benefício Mensal Médio em R\$	1.327,16	796,13	1.335,74	1.299,19
Folha mensal (em R\$)	261.449,78	2.388,38	256.463,03	2.598,37
<b>Aposentadoria Invalidez</b>				
Número	119	1	118	-
Idade Média (anos)	67,5	42,5	67,7	-
Benefício Mensal Médio em R\$	866,71	674,93	868,33	-
Folha mensal (em R\$)	103.138,12	674,93	102.463,19	-
<b>Pensão</b>				
Número	283	-	281	2
Idade Média (anos)	68,6	-	68,9	41,7
Benefício Mensal Médio em R\$	1.767,19	-	1.769,47	1.446,11
Folha mensal (em R\$)	500.113,62	-	497.221,41	2.892,21-

## PRECE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
<b>TOTAL</b>				
Número*	1.309	5	1.294	10
Idade Média (anos)	73,8	54,8	74,0	57,2
Benefício Mensal Médio em R\$	1.839,52	772,93	1.835,75	2.859,95
Folha mensal (em R\$)	2.407.929,70	3.864,65	2.375.465,56	28.599,49

\*Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

## ASSISTIDOS (MODALIDADE BD)

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
<b>Aposentadoria por Tempo de Contribuição</b>				
Número	574	-	572	2
Idade Média (anos)	78,2	-	78,2	74,5
Benefício Mensal Médio em R\$	5.984,95	-	5.993,28	3.602,40
Folha mensal (em R\$)	3.435.361,21	-	3.428.156,41	7.204,80
<b>Aposentadoria por Idade</b>				
Número	41	-	41	-
Idade Média (anos)	83,5	-	83,5	-
Benefício Mensal Médio em R\$	2.335,42	-	2.335,42	-
Folha mensal (em R\$)	95.752,23	-	95.752,23	-
<b>Aposentadoria Antecipada</b>				
Número	167	-	165	2
Idade Média (anos)	74,9	-	74,9	68,8
Benefício Mensal Médio em R\$	3.328,65	-	3.317,06	4.284,71
Folha mensal (em R\$)	555.884,63	-	547.315,21	8.569,42

## PRECE PREVIDÊNCIA

DESCRIÇÃO	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
<b>Aposentadoria Invalidez</b>				
Número	107	1	105	1
Idade Média (anos)	66,2	55,6	66,3	62,5
Benefício Mensal Médio em R\$	1.439,85	341,66	1.460,49	371,30
Folha mensal (em R\$)	154.064,36	341,66	153.351,40	371,30
<b>Pensão</b>				
Número	1.512	1	1.507	4
Idade Média (anos)	72,4	62,2	72,5	47,8
Benefício Mensal Médio em R\$	2.621,58	374,94	2.626,51	1.326,06
Folha mensal (em R\$)	3.963.823,87	374,94	3.958.144,70	5.304,23
<b>Total</b>				
Número*	2.401	2	2.390	9
Idade Média (anos)	73,8	58,9	73,9	57,9
Benefício Mensal Médio em R\$	3.417,28	358,30	3.423,73	2.383,31
Folha mensal (em R\$)	8.204.886,29	716,60	8.812.719,95	21.449,75

\*Base de dados reposicionada para 2020/12/31, considerando as movimentações informadas pela Entidade, para o período de out/20 a nov/20.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 31/12/2020.

### 3- HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

<b>Taxa real anual de juros (1)</b>	<b>4,49% a.a.</b>
<b>Projeção de crescimento real de salário</b>	<b>Não Aplicável</b>
<b>Atualização Monetária dos Salários</b>	<b>Acumulado INPC</b>
<b>Atualização Monetária dos Benefícios</b>	<b>Acumulado INPC</b>
<b>Fator de capacidade</b>	<b>98%</b>
<b>Hipótese sobre rotatividade</b>	<b>Não Aplicável</b>
<b>Tábua de mortalidade geral(2)</b>	<b>AT 2000 Básica M</b>
<b>Tábua de mortalidade de inválidos</b>	<b>WINKLEVOSS</b>
<b>Tábua de entrada em invalidez</b>	<b>Mercer Disability M&amp;F - D30</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)</b>	<b>Não Aplicável</b>
<b>Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)</b>	<b>Família Real</b>

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE /;

(2) Foi utilizada a tábua AT2000 Básica masculina.

Informamos que foi feito um ajuste na taxa real de juros, a qual foi alterada de 4,80% a.a. para 4,49% a.a. Excetuada esta alteração, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE CD CEDAE SAÚDE

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Grupo de custeio “PLANO CV PARTE CD CEDAE SAÚDE”, qual seja, Contribuição Definida, não há riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Grupo de Custeio, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

Cumpra-se relatar que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, assim como os benefícios concedidos na modalidade de benefício definido.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE BD CEDAE SAÚDE

O Risco Actuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD CEDAE SAÚDE”, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Actuarial anual de 2020 do Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE CD - CEDAE” foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio do Relatório MERCER 121 RE 040/20, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE CD - CEDAE

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Grupo de custeio “PLANO CV PARTE CD - CEDAE”, qual seja, Contribuição Definida, não há riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Grupo de Custeio, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

Cumprir relatar que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, assim como os benefícios concedidos na modalidade de benefício definido.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE BD CEDAE

O Risco Actuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - CEDAE”, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Económico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Actuarial anual de 2020 do Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - CEDAE” foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio do Relatório MERCER 121 RE 040/20, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE CD PRECE

Haja vista a modalidade em que se encontra estruturado o Grupo de custeio “PLANO CV PARTE CD - PRECE”, qual seja, Contribuição Definida, não há riscos atuariais, sendo este item não aplicável ao presente Grupo de Custeio, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

Cumpra-se relatar que, dada a forma de cobertura dos benefícios de risco do Plano, qual seja, por meio da determinação de um Saldo Projetado a ser alocado na Conta Individual de Benefício na data de concessão destes, quando devido, cuja apuração se dá em obediência às regras regulamentares, e a sua cobertura oriunda de recursos existentes no Fundo Previdencial Conta Coletiva para Cobertura de Risco, sendo seu custo e custeio estruturado no regime e método de Repartição de Capitais de Cobertura, referido Fundo Previdencial está sujeito à volatilidades devido à inadequação de hipóteses e premissas atuariais, assim como os benefícios concedidos na modalidade de benefício definido.

## PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS: PLANO CV PARTE BD PRECE

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que, para o Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE”, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2020 do Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE”, foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Fundação por meio do Relatório MERCER 121 RE 040/20, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CGPC nº 30/2018.

## ADEQUAÇÃO DAS HIPÓTESES UTILIZADAS

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à PRECE por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, que tomaram como base a população existente no Plano Prece CV, O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na PRECE.

A taxa real anual de juros foi alterada de 4,80% a.a. para 4,49% a.a. aprovada pelos órgãos competentes da PRECE, baseada em estudo técnico específico de adequação e compreendido no intervalo permitido para a taxa de juros parâmetro para o exercício de 2020, divulgado pela Portaria PREVIC nº 292/2020.

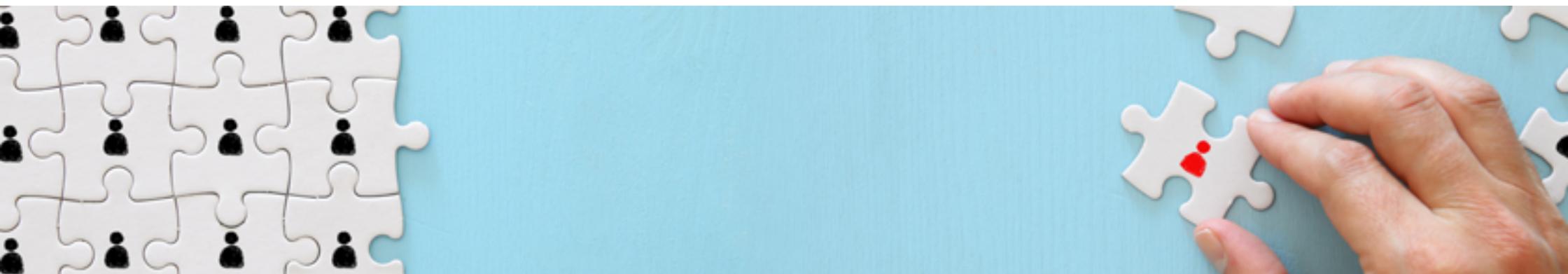
Informamos que, excetuada a alteração na hipótese atuarial mencionada acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

## ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

O regime financeiro adotado é o de Capitalização. O método atuarial adotado na fase de acumulação dos saldos individuais é o de Capitalização Financeira, exceto para avaliação do Saldo de Conta Projetada que, conforme já mencionado, é o de Repartição de Capitais de Cobertura. Na fase de concessão, calcula-se o valor presente dos benefícios concedidos na modalidade de renda vitalícia.

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos atuariais utilizados na presente avaliação, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 121 - RE 040/20, entendemos que as premissas adotadas são adequadas e que os métodos de financiamento utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme Capítulo IV da Resolução CGPC nº 30/2018.



## 4- POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela PRECE posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.486.051.253,60	2.007.119,77	1.475.479.162,70	8.564.971,13
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.442.763.720,47	1.952.716,63	1.432.489.749,45	8.321.254,39
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.569.591.917,50	1.972.640,13	1.558.782,187,25	8.837,90,12
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.276.440.334,53	709.269,73	1.269.002.218,62	6.728.846,18
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	300.945.658,53	579.695,73	297.088.023,62	3.277.939,18
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	300.945.658,53	579.695,73	297.088.023,62	3.277.939,18
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	975.494.676,00	129.574,00	971.914.195,00	3.450.907,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	500.046.007,00	-	497.605.075,00	2.440.932,00
	Aposentadoria Programada	416.198.560,00	-	414.033.879,00	276.251,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	83.847.447,00	15.100,00	83.571.196,00	-
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	475.448.669,00	129.574,00	474.309.120,00	1.009.975,00
	Aposentadorias por Invalidez	16.751.416,00	48.767,00	16.656.153,00	46.496,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	5.515.023,00	15.100,00	5.499.923,00	-
	Pensões	453.182.230,00	65.707,00	452.153.044,00	963.479,00

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
2.3.1.1.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>533.907.725,73</b>	<b>1.277.523,99</b>	<b>530.059.379,87</b>	<b>2.570.821,87</b>
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	533.907.725,73	1.277.523,99	530.059.379,87	2.570.821,87
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	102.598.551,81	314.521,43	101.725.471,30	558.559,08
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	431.309.173,92	963.002,56	428.333.908,57	2.012.262,79
2.3.1.1.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(240.756.142,76)</b>	<b>(14.153,59)</b>	<b>(240.279.411,24)</b>	<b>(462.577,93)</b>
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-	-	-	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-	-	-	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	-	-	-	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado 2016	(124.069.839,43)	(7.209,21)	(123.826.961,84)	(235.668,38)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	(60.797.381,32)	-	(60.797.381,32)	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	-	-	-	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	(63.272.458,11)	(7.209,21)	(63.029.580,52)	(235.668,38)
2.3.1.1.03.03.00	(-) Déficit Equacionado 2017	(116.686.303,33)	(6.944,38)	(116.452.449,40)	(226.909,55)
2.3.1.1.03.03.01	(-) Patrocinador	(57.606.431,53)	-	(57.606.431,53)	-
2.3.1.1.03.03.02	(-) Participante	-	-	-	-
2.3.1.1.03.03.03	(-) Assistido	(59.079.871,80)	(6.944,38)	(58.846.017,87)	(226.909,55)
2.3.1.2.00.00.00	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(126.828.197,03)</b>	<b>(19.923,50)</b>	<b>(126.292.437,80)</b>	<b>(515.835,73)</b>
2.3.1.2.01.00.00	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>(126.828.197,03)</b>	<b>(19.923,50)</b>	<b>(126.292.437,80)</b>	<b>(515.835,73)</b>
2.3.1.2.01.01.00	<b>SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.3.1.2.01.01.02	Reserva de Contingência	-	-	-	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-	-	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(126.828.197,03)	(19.923,50)	(126.292.437,80)	(515.835,73)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	43.287.533,13	54.403,14	42.989.413,25	243.716,74
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	31.503.051,46	39.592,57	31.286.090,93	177.367,95
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	9.810.572,61	12.329,78	9.743.007,50	55.235,32
2.3.2.1.02.00.00	Revisão De Plano	-	-	-	-
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	21.692.478,85	27.262,79	21.543.083,43	122.132,63
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.970.689,08	4.990,30	3.943.343,07	22.355,71
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	7.813.792,59	9.820,26	7.759.979,25	43.993,08

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados - assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados - assistidos).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PRECE CV, assim como os valores registrados nos saldos das contas individuais, tendo se baseado na informação fornecida pela PRECE.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## RECLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL A PARTIR DE 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	118.403.812,85	-	118.403.812,85	-
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-	-	-	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	118.403.812,85	-	118.403.812,85	-
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	118.403.812,85	-	118.403.812,85	-
	Patrocinador(es) - 31/12/2016	60.797.381,32	-	60.797.381,32	-
	Patrocinador(es) - 31/12/2017	57.606.431,53	-	57.606.431,53	-
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	1.604.455.066,45	2.006.068,77	1.830.637.157,12	8.619.466,25
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	1.561.167.533,32	1.955.481,72	1.669.223.019,52	8.392.844,92
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	1.687.995.730,35	1.972.640,13	1.677.186.000,10	8.837.090,12
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	1.276.440.334,53	709.269,73	1.269.002.218,62	6.728.846,18
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	300.945.658,53	579.695,73	297.088.023,62	3.277.939,18
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	300.945.658,53	579.695,73	297.088.023,62	3.277.939,18
2.03.01.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	975.494.676,00	129.574,00	971.914.195,00	3.450.907,00
2.03.01.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados Assistidos	500.046.007,00	-	497.605.075,00	2.440.932,00
	Aposentadoria Programada	416.198.560,00	-	414.033.879,00	2.164.681,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Válido	83.847.447,00	-	83.571.196,00	276.251,00
2.03.01.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados Assistidos	475.448.669,00	129.574,00	474.309.120,00	1.009.975,00
	Aposentadorias por Invalidez	16.751.416,00	48.767,00	16.656.153,00	46.496,00
	Reversão em Pensão por Morte de Aposentado Inválido	5.515.023,00	15.100,00	5.499.923,00	-
	Pensões	453.182.230,00	65.707,00	452.153.044,00	963.479,00

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
2.03.01.01.02.00.00	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>533.907.725,73</b>	<b>1.277.523,99</b>	<b>530.059.379,87</b>	<b>2.570.821,87</b>
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	533.907.725,73	1.277.523,99	530.059.379,87	2.570.821,87
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	102.598.551,81	314.521,43	101.725.471,30	558.559,08
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	431.309.173,92	963.002,56	428.333.908,57	2.012.262,79
2.03.01.01.03.00.00	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>(122.352.329,91)</b>	<b>(14.153,59)</b>	<b>(121.875.598,39)</b>	<b>(462.577,93)</b>
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-	-	-	-
2.03.01.01.03.01.01	(-) Patrocinador(es)	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar Total	(122.352.329,91)	(14.153,59)	(121.875.598,39)	(462.577,93)
2.03.01.01.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - anterior a 31/12/2016	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2016	(63.272.458,11)	(7.209,21)	(63.029.580,52)	(235.668,38)
2.03.01.01.03.02.00.3	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2017	(59.079.871,80)	(6.944,38)	(58.846.017,87)	(226.909,55)
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2016	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.02.3	(-) Participantes - 31/12/2017	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	122.352.329,91	14.153,59	121.875.598,39	462.577,93
2.03.01.01.03.02.03.1	(-) Assistidos - anterior a 31/12/2016	-	-	-	-
2.03.01.01.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2016	(63.272.458,11)	(7.209,21)	(63.029.580,52)	(235.668,38)
2.03.01.01.03.02.03.3	(-) Assistidos - 31/12/2017	(59.079.871,80)	(6.944,38)	(58.846.017,87)	(226.909,55)
2.03.01.02.00.00.00	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>(126.828.197,03)</b>	<b>(19.923,50)</b>	<b>(126.292.437,80)</b>	<b>(515.835,73)</b>
2.03.01.02.01.00.00	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>(126.828.197,03)</b>	<b>(19.923,50)</b>	<b>(126.292.437,80)</b>	<b>(515.835,73)</b>
2.03.01.02.01.01.00	<b>SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-	-	-	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-	-	-	-

## PRECE PREVIDÊNCIA

CONTA	NOME	TOTAL	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(126.828.197,03)	(19.923,50)	(126.292.437,80)	(515.835,73)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-	-	-	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	43.287.53,13	54.403,14	42.989.413,25	243.716,74
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	31.503.051,46	39.592,57	31.286.090,93	177.367,95
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	9.810.572,61	12.329,78	9.743.007,50	55.235,32
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-	-	-	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	21.692.478,85	27.262,79	21.543.083,43	122.132,63
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	3.970.689,08	4.990,30	3.943.343,07	22.355,71
2.03.02.03.00.00.00	FUNDO PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7.813.792,59	9.820,26	7.759.979,25	43.993,08

Dentre as principais alterações do ponto de vista atuarial, temos a reclassificação atuarial da Dívida de Patrocinador:

“Art. 22. As EFPC devem registrar contabilmente os instrumentos de dívidas de patrocinador relativos aos financiamentos de serviço passado e de déficit técnico equacionado no grupo “Operações Contratadas”, no “Realizável Previdencial”, no Ativo.

Parágrafo único. As EFPC que possuem instrumentos de dívidas de patrocinador registrado no grupo “(-) Provisões Matemáticas à Constituir”, no Passivo, devem proceder a reclassificação contábil conforme o caput.”

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída teoricamente, considerando a movimentação já esperada (juros, inflação e benefícios pagos), e novas entradas/saídas e concessões ocorridas no período.

Ressalta-se que a única alteração de hipótese para a avaliação atuarial de 2020 foi a Taxa real anual de juros.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

CONTA	A-EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2016	VARIAÇÃO (B/A-1)	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2020	VARIAÇÃO (C/B-1)
Provisões Matemáticas	1.767.635.384,58	1.767.635.384,58	-0,02%	1.810.348.060,26	2,44%
Benefícios Concedidos	1.233.727.658,85	1.233.294.062,53	0,04%	1.276.440.334,53	3,50%
Contribuição Definida	300.945.658,53	300.945.658,53	0,00%	300.945.658,53	0,00%
Benefício Definido	932.782.000,32	932.348.404,00	-0,05%	975.494.676,00	4,63%
Benefícios a Conceder	533.907.725,73	533.907.725,73	0,00%	533.907.725,73	0,00%
Contribuição Definida	533.907.725,73	533.907.725,73	0,00%	533.907.725,73	0,00%

\*A Evolução Teórica busca estimar quais seriam os valores das provisões matemáticas, considerando as atualizações financeiras e atuariais e descontando-se os benefícios pagos no período. O recálculo com hipóteses de 31/12/2019 objetiva estimar os valores das provisões matemáticas caso não tivesse ocorrido alterações nas premissas. Tais valores são comparados com os cálculos que consideram a base de dados e premissas da presente avaliação atuarial. Não há o que se comentar sobre a evolução teórica e o recálculo com hipóteses de 31/12/2019 pois a variação é próxima de zero.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos - PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE", existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam R\$579.695,73.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE", na data de 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam R\$1.277.523,99.

O Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE" não possui Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE", e deste para com os Participantes assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam R\$1.857.219,72 em 31/12/2020.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE", existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em R\$129.574,00.

Quanto as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC, o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD SAÚDE" do Plano PRECE CV não possui, em 31/12/2020, reservas de benefícios estruturadas na modalidade de Benefício Definido, de modo que esta provisão se encontra zerada no encerramento do exercício, qual seja, 31/12/2020.

Em 31/12/2020, o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE" possui provisões matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$14.153,59.

As Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Técnico Equacionado de 2016 correspondem, em 31/12/2020, a R\$ 7.209,21 das Provisões Matemáticas a Constituir totais do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE".

No tocante ao déficit equacionado de 2017, ressalta-se que o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na

forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado monta R\$6.944,38.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de - Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante total de R\$115.420,41 em 31/12/2020.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE CD - CEDAE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE", existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam R\$297.088.023,62.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano na data de 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam R\$530.059.379,87.

O Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE" não possui Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE", e deste para com os Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam R\$827.147.403,49, em 31/12/2020.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE BD - CEDAE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE", existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em R\$971.914.195,00.

Quanto as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC, o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE" do Plano PRECE CV não possui, em 31/12/2020, reservas de benefícios estruturadas na modalidade de Benefício Definido, de modo que esta provisão se encontra zerada no encerramento do exercício, qual seja, 31/12/2020

Em 31/12/2020, o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE" possui Provisões Matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$240.279.411,24.

As Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Técnico Equacionado de 2016 correspondem, em 31/12/2020, a R\$123.826.961,84 das Provisões Matemáticas a Constituir totais do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE"

No tocante ao déficit equacionado de 2017, ressalta-se que o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na

forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado monta R\$116.452.449,40.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE BD - CEDAE" - informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante total de R\$731.634.783,76 em 31/12/2020.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE CD - PRECE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - PRECE", existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas com base no Saldo das Contas Individuais atreladas a estes, e montam R\$3.277.939,18.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes do Plano na data de 31/12/2020, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas pelo Saldo das Contas Individuais atreladas a estes e montam R\$ 2.570.821,87.

O Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - PRECE" não possui Provisões Matemáticas a Constituir em 31/12/2020.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio "PLANO CV PARTE CD - PRECE", e deste para com o s Participantes e Assistidos, através das Provisões Matemáticas, montam R\$5.848.761,05, em 31/12/2020.

## VARIAÇÃO NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS: PLANO CV PARTE BD - PRECE

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD PRECE”, existentes em 31/12/202, e disponibilizadas pela PRECE, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros líquidos de eventual contribuição futura devida por eles, e montam em R\$3.450.907,00.

Quanto as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder - PMBaC, o Grupo de custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE” do Plano PRECE CV não possui, em 31/12/2020, reservas de benefícios estruturadas na modalidade de Benefício Definido, de modo que esta provisão se encontra zerada no encerramento do exercício, qual seja, 31/12/2020.

Em 31/12/2020, o Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE” possui Provisões Matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$462.577,93.

As Provisões Matemáticas a Constituir referentes ao Déficit Técnico Equacionado de 2016 correspondem, em 31/12/2020, a R\$235.668,38 das Provisões Matemáticas a Constituir totais do Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE”.

No tocante ao déficit equacionado de 2017, ressalta-se que o Plano de Equacionamento de 2017 contemplou unicamente o montante de déficit correspondente à parcela mínima obrigatória passível de equacionamento, na forma determinada pela legislação específica, sendo que, em 31/12/2020 o referido déficit equacionado monta R\$226.909,55.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas da PRECE com o Grupo de Custeio “PLANO CV PARTE BD - PRECE”, considerando os valores informados referentes às Provisões Matemáticas a Constituir, representam o montante de R\$2.988.329,07 em 31/12/2020.



## VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$1.569.591.917,50, em 31/12/2020, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, e provisões a constituir, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, na mesma data, no montante de R\$1.442.763.720,47, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE é deficitária em R\$126.828.197,03 no encerramento do exercício a que se refere este Parecer.

O Plano passou de um resultado deficitário de R\$21.384.883,76 em 31/12/2019, para um Déficit Técnico acumulado de R\$ 126.828.197,03, em 31/12/2020, representando um aumento do déficit de 493,07%, ou um déficit técnico no exercício de R\$105.443.313,27. Destaca-se que o resultado foi influenciado, principalmente, pelo aumento da provisão matemática em função da redução da taxa de juros, bem como, pela perda atuarial do plano.

A rentabilidade Patrimonial do Plano PRECE CV, auferida no período de janeiro a dezembro do exercício de 2020, foi positiva em 3,99%, como informado pela PRECE, sendo que a exigibilidade atuarial de rentabilidade do Patrimônio de Cobertura do Plano, referente ao mesmo período, ficou em 10,51% (INPC mais taxa de juros de 4,80% de janeiro a dezembro de 2020), resultando em uma perda atuarial ao Plano de 5,9%.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação, cuja responsabilidade de apuração é da Entidade, montava R\$ 30.694.951,84, na data base desta Avaliação Atuarial, conforme nos foi informado, o que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$96.133.245,19.

Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

Cumpre-nos destacar que comparativamente a 31/12/2019, o patrimônio de cobertura do Plano Prece CV diminuiu em 8,92% ou R\$141.256.438,68.

## NATUREZA DO RESULTADO

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, porém em patamar superior ao exercício de 2019. Contribuíram para o aumento do resultado deficitário a rentabilidade patrimonial do Plano ter sido aquém da meta atuarial, bem como o aumento da provisão matemática em função da redução da taxa de juros do Plano.

A PRECE, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA: PLANO CV PARTE CD CEDAE SAÚDE / CEDAE / PRECE

Haja vista a modalidade em que se encontram estruturados os Grupos de Custeio “PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE”, PLANO CV PARTE CD - CEDAE” e PLANO CV PARTE CD- PRECE”, qual seja, Contribuição definida, esteitem não se aplica, não se mostrando necessário discorrer sobre este assunto.

## SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA: PLANO CV PARTE CD CEDAE SAÚDE / CEDAE / PRECE

Na avaliação atuarial de 31/12/2020 foi apurado Equilíbrio Técnico Ajustado negativo no valor de R\$96.133.245,19. A parcela do déficit acima do limite estabelecido pelo Artigo 29º da Resolução CNPC nº 30/2018, calculado pela seguinte fórmula:  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática}$ , deverá ser objeto de plano de equacionamento.

Esclarecemos que a duração do passivo considerada no cálculo do limite descrito acima foi de 8,61 anos e foi apurada na avaliação atuarial de 31/12/2020.

Segundo Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício de 2020 de 8,61 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$33.871.446,38 (4,61% das Provisões Matemáticas BD). O déficit apurado foi de R\$126.828.197,03 e o ajuste de precificação foi de R\$30.694.951,84, de modo que o déficit apurado, após o ajuste de precificação, foi de R\$ 96.133.245,19. Como este montante é superior ao limite de R\$ 33.871.446,38, torna-se imperativa a elaboração e aprovação de um plano de equacionamento, correspondente ao montante de R\$62.261.798,81, ao longo do exercício de 2021. Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. A EFPC, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

## CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, posicionada para 31/12/2020, o Plano tem constituído o Fundo Previdencial Conta Coletiva de Benefício de Risco e o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar.

O Fundo Previdencial Conta Coletiva de Benefício de Risco é constituído pelas contribuições de risco arrecadadas conforme plano de custeio do Plano PRECE CV. Referido fundo tem a finalidade regulamentar de aportar ao saldo de conta dos participantes que vierem a falecer ou se invalidar de forma a compor a base de cálculo dos benefícios de Renda por Invalidez ou Renda por Morte. Em 31/12/2020, segundo informações da PRECE, o referido Fundo montava R\$21.692.478,85

Já o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pelo crédito das parcelas não destinados àqueles que fizeram a opção pelo Resgate, sendo que o saldo desta conta poderá ser destinado, ou não, de forma integral ou parcial, com base em decisão do Conselho Deliberativo da Entidade. Em 31/12/2020, segundo informações da PRECE, o referido Fundo montava R\$9.810.572,61.



## OUTROS FATOS RELEVANTES

- 1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.
- 2) Os Fundos do Plano montam a quantia de R\$43.287.533,13, sendo o montante referente ao Fundo Previdencial avaliado em R\$31.503.051,46, ao Fundo dos Investimentos, em R\$ 7.813.792,59, e ao Fundo Administrativo, em R\$ 3.970.689,08, posicionados em 31/12/2020.
- 3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano PRECE CV foram aprovadas pela PRECE, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório MERCER 121 - RE 040/20, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/2018.
- 5) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destaca-se a seguinte alteração: Taxa real anual de juros de 4,80% a.a, para 4,49% a.a.
- 6) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pela PRECE, parcela desses estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade deverá apresentar estudo acerca da possibilidade de sua manutenção com base em Fluxo Atuarial, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018.

## 5- PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO DE 2021

### CUSTOS

O custo normal para aposentadoria e reversão foi estimado como base no valor da contribuição média efetuada pelos participantes e patrocinadores:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020
<b>Normal</b>		
Aposentadoria e Reversão	8,804%	25.141.706,02
Outros: CCOL - Fundo Previdencial	0,000%	-
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>8,804%</b>	<b>25.141.706,02</b>
Administração	0,563%	1.607.766,98
<b>Custo Total</b>	<b>9,367%</b>	<b>26.749.473,00</b>

\*Valor da folha anual considerada R\$ 285.571.399,62

## PRECE PREVIDÊNCIA

A seguir, apresentamos as informações dos custos segregadas entre as três patrocinadoras, quais sejam, CEDAE SAÚDE, CEDAE e PRECE:

DESCRIÇÃO	CUSTO EM % DA FOLHA DE SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO			CUSTO EM R\$ DE 31/12/2020		
	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE	CEDAE SAÚDE	CEDAE	PRECE
Normal						
Aposentadoria e Reversão	7,741%	8,805%	9,317%	80.431,58	24.906.954,73	154.616,82
Outros: CCOL - Fundo Previdencial	0,000%	0,000%	0,000%	-	-	-
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>7,741%</b>	<b>8,805%</b>	<b>9,317%</b>	<b>80.431,58</b>	<b>24.906.954,73</b>	<b>154.616,82</b>
Administração	0,495%	0,563%	0,595%	5.143,22	1.592.574,16	9.874,10
<b>Custo Total</b>	<b>8,24%</b>	<b>9,37%</b>	<b>9,91%</b>	<b>85.574,80</b>	<b>26.499.528,89</b>	<b>164.490,92</b>

\*Valor da folha anual considerada respectivamente: R\$1.039.033,45; R\$282.872.853,25; R\$1.659.512,92

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS: PLANO CV PARTE CD CEDAE SAÚDE / CEDAE / PRECE

Pelo fato de ter todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, os Grupos de Custeio "PLANO CV PARTE CD - CEDAE SAÚDE", "PLANO CV PARTE CD - CEDAE" e "PLANO CV PARTE CD - PRECE" não possuem custo calculado atuarialmente. Contudo, é importante destacar que conforme regulamento vigente, das contribuições normais da Patrocinadora serão descontadas as contribuições conforme taxa atuarialmente calculada, destinadas ao custeio dos benefícios de risco. Este custo se refere à parcela dos benefícios de risco coberta pelo Fundo Previdencial Conta Coletiva de Benefícios de Risco, sendo o custo normal do benefício de Renda por Invalidez de 0,000% da Folha de Salários, e o custo normal do benefício de Renda por Morte de 0,000%, apurados de acordo com o método de Repartição de Capitais de Cobertura. É importante destacar que os resultados demonstraram que o valor do Fundo Conta Coletiva de Benefícios de Risco é suficiente para cobrir a totalidade dos custos de invalidez e morte, motivo pelo qual o custo apurado foi de 0,00% para este exercício.

## EVOLUÇÃO DOS CUSTOS: PLANO CV PARTE BD CEDAE SAÚDE / CEDAE / PRECE

Conforme cálculos da Avaliação Atuarial, o custo normal médio dos Grupos de Custeio “PLANO CV PARTE BD - CEDAE SAÚDE”, “PLANO CV PARTE BD - CEDAE” e “PLANO CV PARTE BD - PRECE”, na data da Avaliação Atuarial anual, 31/12/2020, foi nulo, considerando que na fase de acumulação a parcela em Benefício Definido é nula. Dessa forma, não se faz necessário discorrer sobre variação em relação ao ano anterior.

### PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2021 deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da PRECE antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo a PRECE zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:

#### PARTICIPANTES ATIVOS

CONTRIBUIÇÃO NORMAL	
<b>PARTICIPANTES*</b>	Percentual definido conforme Regulamento do Plano.data da contribuição:
<b>PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS</b>	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
<b>PARTICIPANTES EM BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO</b>	0,0%

\* Em face do método de financiamento adotado o plano de custeio normal foi mantido.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
<b>Equacionamento do Déficit</b>
Não aplicável ao Plano.

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA
<b>Cobertura de Serviços Passados</b>
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado.
<b>Joia</b>
Não aplicável ao Plano.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PATROCINADORA

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

Paritária à Contribuição Básica do Participante.

## SALDO PROJETADO PARA COBERTURA DOS BENEFÍCIOS DE RISCO

CUSTEIO DO SALDO PROJETADO\*: 0,00%

\*Considerando que o valor do Fundo Previdencial para cobertura do saldo projetado é suficiente para cobrir as obrigações de invalidez e morte, o custeio foi zerado neste exercício.

## CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Equacionamento do Déficit*	Percentual Aplicado	Prazo Remanescente*	Parcelas Mensais
Equacionamento do Déficit de 2016	60.797.381,32	98	643.145,49
Equacionamento do Déficit de 2017	57.606.431,53	128	514.320,53

## Cobertura de Serviços Passados

Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Provisão a Constituir Serviço Passado

\* Aplicação das Contribuições adicionais descritas nos Relatório MERCER 121 RE 148/16 e MERCER 121 RE 137/18.

1) Não há valor referente às Patrocinadora PRECE e CEDAE SAÚDE, em face dessas Patrocinadoras já terem liquidado em uma única parcela,

(2) O valor deverá ser atualizado pela Prece mensalmente considerando a meta atuarial do Plano;

(3) Valor remanescente em 31/12/2020;

(4) Prazo posicionado em 31/12/2020;

\* CEDAE Companhia Estadual de Águas e Esgotos; as patrocinadoras CEDAE SAÚDE e PRECE realizaram o pagamento a vista dos valores do déficit de 2016 e 2017.

\*\* O valor deverá ser atualizado mensalmente pela PRECE pelo índice do Plano

## ASSISTIDOS

## CONTRIBUIÇÃO NORMAL

## APOSENTADOS\*

Não Aplicável.

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ASSISTIDOS

CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA			
Equacionamento do Déficit*	Dívida Remanescente(1)(2)	Prazo Remanescente(3)	Percentual Aplicável - Plano de Custeio Proposto
Equacionamento do Déficit de 2016	63.272.458,11	98	9,382%
Equacionamento do Déficit de 2017	59.079.871,80	128	7,059%

(1) Valor remanescente em 31/12/2020;

(2) Valor proporcional às Provisões Matemáticas de Assistidos em Benefício Definido, de acordo com a patrocinadora de origem; O valor deverá ser atualizado pela Prece mensalmente considerando a meta atuarial do Plano;

(3) Prazo posicionado em 31/12/2020;

## CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Percentual incidente sobre as contribuições normais	6,00%
Percentual incidente sobre os benefícios	0,70%
Percentual incidente sobre os benefícios (contrapartida das Patrocinadoras)	0,70%

Informações de responsabilidade da PRECE. Se necessário, o Fundo Administrativo servirá como fonte acessória do custeio Administrativo do Plano, sendo eventuais excessos de custeio destinados ao referido Fundo Administrativo. Para os participantes em BPD, o custeio administrativo aplicado será equivalente ao desconto realizado enquanto participante ativo, considerando a aplicação do mesmo percentual de contribuição administrativa de ativo sobre o último salário de participação utilizado para a cobrança da contribuição básica. O valor da contribuição administrativa será deduzido mensalmente do saldo de contas individual do participante.

## VIGÊNCIA DO PLANO DE CUSTEIO

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

## 6- CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano PRECE CV, em 31/12/2020, é deficitária em R\$126.828.197,03, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

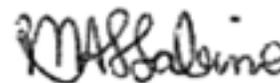
Considerando a existência de títulos públicos marcados na curva, o ajuste de precificação montava, em 31/12/2020, em R\$30.694.951,84, conforme informado pela PRECE e de responsabilidade dessa Entidade. Dessa forma, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$96.133.245,19.

Brasília, 24 de fevereiro de 2021

Mercer Human Resource Consulting Ltda.



DANIEL CRUZ MAGALHÃES  
Atuário MIBA nº 2.795  
ATUÁRIO



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO  
Atuária MIBA nº 2.567  
CONSULTORA SÊNIOR

## PRECE PREVIDÊNCIA

## ALOCÇÃO DE RECURSOS E SEUS LIMITES

META POR SEGMENTO	2020		2021*		ALOCÇÃO DE RECURSOS**
	META	MÁXIMO	META	MÁXIMO	
RENDA FIXA	53%	100%	50%	100%	58%
RENDA VARIÁVEL	25%	50%	25%	50%	25%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	5%	10%	8%	10%	4%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	5%	3%	7%	0%
IMÓVEIS	8%	20%	5%	20%	7%
OP. COM PARTICIPANTES	9%	15%	9%	15%	6%

\* Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo em 04/12/2020

\*\* Posição em 31/12/2020

## TAXA MÍNIMA ATUARIAL/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PRECE CV		
Período de Referência	Indexador	Taxa de Juros
01/2020 a 12/2020	INPC	4,80%
01/2021 a 12/2021		4,89%

## META DE RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

SEGMENTOS	Meta de Rentabilidade
Renda Fixa	INPC+4,80%
Renda Variável	INPC+6,80%
Invest. Estruturados	INPC+6,20%
Invest. No Exterior	INPC+6,20%
Imóveis	INPC+4,80%
Op. Com Participantes	INPC+4,80%

## RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

RENTABILIDADE POR SEGMENTOS	2020
SEGMENTO	RENTABILIDADE*
Renda Fixa	9,31%
Renda Variável	-9,23%
Estruturados	7,01%
Imóveis	-26,88%
Op. com Participantes	15,88%
Meta atuarial - INPC + 4,80%	10,51%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

O cenário mundial ao longo de todo o ano foi pautado sobre a pandemia do coronavírus e as consequências econômicas da crise sanitária. Inicialmente as organizações mundiais não deram a devida relevância a gravidade acerca da epidemia

## PRECE PREVIDÊNCIA

que se alastrava na China, quando os números começaram a aumentar na Europa, o pânico e as incertezas já haviam se expandido entre as fronteiras. Uma das medidas implementadas para impedir o avanço da doença foi o fechamento das economias (lockdown), o que gerou uma enorme queda na atividade econômica global.

Além disso, em março de 2020, com a diminuição drástica de circulação de pessoas ao redor do mundo houve uma redução brusca de demanda mundial por petróleo, e como a oferta inicialmente permaneceu inalterada, ocasionou momentaneamente a diminuição do preço deste produto. O agravante deste cenário foi a crise entre países membros da OPEP (Organização de Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, que originou o mais novo choque do preço do petróleo, após esses países aumentarem a produção em um período de baixa demanda.

Com intuito de tentar diminuir os impactos econômicos desses eventos, principalmente com a crise sanitária, os Bancos Centrais realizaram em larga escala medidas de expansionismos monetários. Com isso, as taxas básicas de juros das economias diminuíram e aumentaram as políticas sociais através de auxílios emergências para a população carente, de maneira a tentar impulsionar a atividade econômica. No cenário interno brasileiro, o Banco Central e o Governo Federal seguiram a tendência mundial de estímulos a economia através de medidas de afrouxamento monetário conjunto ao auxílio emergencial. No entanto, a questão fiscal brasileira já estava bastante delicada antes da pandemia, com o aumento dos gastos para tentar minimizar os efeitos do coronavírus, o quadro fiscal foi bastante agravado, chegando ao nível de 100% da dívida/PIB em 2020, o que aumentou a necessidade de reformas estruturais para o ano de 2021. O Brasil findou o ano com a taxa básica de juros da economia (Selic) em 2,00% a.a., embora a inflação tenha ficado dentro da meta, nos últimos meses houve um grande aumento dos indicadores dos níveis de preços ao consumidor, provocando

uma atenção do mercado quanto as medidas que poderão ser adotadas pelo governo para conter novos aumentos.

Após observar a gravidade dos acontecimentos ao longo do ano, é importante salientar as dificuldades e as instabilidades que permearam os sistemas financeiros com esses eventos extremamente de cauda, que geraram consequências até mesmo para segmentos considerados mais conservadores. De forma a suportar a volatilidade e garantir a rentabilidade no período, a carteira de investimentos deveria ser composta de tal forma que conseguisse mitigar os riscos inerentes aos segmentos, através da diversificação dos ativos. Os planos conseguiram atravessar por esse momento com menores impactos devido a carteira de ativo diversificada e bem balanceada. Através de um processo de investimento bem estruturado e dos controles de seleção e monitoramento, reforçados com a criação do segmento de governança em investimentos, abriu-se espaço para microalocações em ativos que geraram retornos expressivos mesmo em momentos de volatilidade.

Destaque para os retornos do segmento de Operações com Participantes. O Plano Prece CV gerou rentabilidade de 3,99%.



## PRECE PREVIDÊNCIA

## RENTABILIDADES POR FUNDOS

META POR SEGMENTO	META
Rentabilidade - Plano Prece CV	2020
<b>FUNDO DE INVESTIMENTO</b>	<b>RENTABILIDADE*</b>
FIC Guandu	9,31%
FIC Sarapuí	-9,23%
FIM Imunana	7,01%

\*A rentabilidade disponibilizada por administrador e custodiante são líquidas de taxas. Em alguns fundos estas taxas são, em geral, expressivamente baixas em relação ao patrimônio líquido, tornando o impacto na rentabilidade pouco relevante. No entanto, para obter a rentabilidade bruta, recomenda-se que seja somado o valor percentual das taxas à rentabilidade líquida.

TAXA E CUSTOS COM ADMINISTRAÇÃO  
PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO INTERNA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO *	TAXA DE CUSTÓDIA*	TAXA DE PERFORMANCE
FIC Guandu FIC Sarapuí FIM Imunana**	0,05% a.a. ou valor mínimo de R\$ 10.416,67 (Santander)** e 0,045% a.a. R\$3.093,00(BTGPactual)***.	0,045% a.a. (Santander) e 0,040% a.a. (BTG Pactual).	Não há

FUNDO EXCLUSIVO (GESTÃO TERCEIRIZADA)	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO *	TAXA DE PERFORMANCE
Athena Tot. Ret. Inst FIA	entre 1,80% a.a. e 3,00% a.a.	20% do que exceder 100% IBR-X 100

\* % do patrimônio líquido dos fundos

\*Em dezembro de 2020 houve a troca da custódia e administração para o BTG Pactual.

\*\* Corrigido anualmente pelo IPCA

\*\*\* Corrigido anualmente pelo IGPM

INFORMAÇÕES SEGREGADAS SOBRE AS  
DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - I E II

Custas com CETIP/SELIC e taxa de custódia	194,36
Honorários e Consultorias	789,32
Custas Judiciais relacionados c/ investimentos	4.800,00
Depósitos Judiciais - Honorários	4.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>10.283,68</b>
<b>Reembolso de despesas de investimento(do plano para o PGA)</b>	<b>8.711.970,58</b>

## ALTERAÇÃO DE REGULAMENTO - PLANO PRECE CV

Em novembro de 2020 foi aprovada pela PREVIC a alteração do regulamento do plano PRECE CV, através da divulgação da portaria nº 806, publicada no DOU em 26/11/2020. Abaixo seguem os principais pontos alterados:

- Inibição de novas concessões na modalidade de renda vitalícia;
- Possibilidade de saque parcelado de até 25% do valor da conta individual global pelos participantes que na aposentadoria optarem por uma das modalidades de prazo determinado ou indeterminado, e pelos assistidos de renda vitalícia que optarem pela alteração para uma destas modalidades;
- Inclusão do prazo de 5 anos para a modalidade de prazo determinado;
- Possibilidade de inscrição de qualquer pessoa física como beneficiária, sem a necessidade de comprovação de parentesco ou de dependência econômica;
- Inclusão da possibilidade de alteração anual da modalidade e do prazo da renda, por parte dos assistidos;
- Inclusão da regra de benefício mínimo, prevendo que, se no momento da concessão do benefício ou no recálculo anual for apurado um valor inferior à uma unidade previdenciária, o saldo remanescente da Conta Individual Global será pago em parcela única.



## CUIDAR DO FUTURO É SEGUIR EM FRENTE

PARECERES  
E OUTRAS  
INFORMAÇÕES



## PRECE PREVIDÊNCIA

# PARECERES E OUTRAS INFORMAÇÕES

## CUSTO INTERNO COM ÁREA DE INVESTIMENTO

GESTÃO INTERNA		2.150.771,18
Pessoal/Encargos		2.017.414,27
Consultorias		1.226,12
Assessoria Jurídica		28.339,28
Impostos		103.791,51
GESTÃO EXTERNA		26.638,65
Taxa SELIC		826,13
Taxa CETIP		20.252,80
Taxa de custódia		5.559,72
TOTAL DE CUSTOS EM R\$		2.177.409,83
Custo absorvido da administração Geral		11.261.595,88
Patrimônio investimento BD/CV e CD		1.870.692.508,52
Representatividade		0,60%
CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA LARANJAL MMCP		
Descrição		No ano
Despesa Administrativa		116.973,42
Descrição		No ano
Percentual taxa Administração		0,05
CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA ALEGRIA MMCP		
Descrição		No ano
Despesa Administrativa		117.621,40
Descrição		No ano
Percentual taxa Administração		0,05

### CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA GUANDU MMCP

Descrição		No ano
Despesa Administrativa		416.518,11
Descrição		No ano
Percentual taxa Administração		0,05

### CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA SARAPUÍ MMCP

Descrição		No ano
Despesa Administrativa		173.610,49
Descrição		No ano
Percentual taxa Administração		0,05

### CUSTO DO FUNDO EXCLUSIVO FIC FI CAIXA IMUNANA MMCP

Descrição		No ano
Despesa Administrativa		155.865,92
Descrição		No ano
Percentual taxa Administração		0,05

## INFORMAÇÕES SEGREGAÇÃO SOBRE AS DESPESAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS - CONSOLIDADO

Custas com CETIP/SELIC e taxa de custódia	26.638,65
Honorários e Consultorias	1.226,12
Custas Judiciais relacionados c/ investimentos	4.800,00
Depósitos Judiciais - Honorários	28.339,28
TOTAL	61.004,05
Reembolso de despesas de investimento(do plano para o PGA)	13.449.336,33

## PRECE - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Aos

Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da

PRECE – Previdência Complementar

Rio de Janeiro - RJ

### OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da PRECE - Previdência Complementar (“PRECE” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pela PRECE, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº29) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais Notas Explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PRECE – Previdência Complementar e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

#### Cédulas de Crédito Bancário – CCBs – (Planos Prece I, II E CV)

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.1 a) às demonstrações contábeis, a Entidade possui investimento no montante de R\$ 99.775 mil em Cotas do Fundo de Investimento Caixa Alegria Multimercado Crédito Privado que por sua vez mantinha investimento equivalente a R\$ 3.522 mil em 30 de setembro de 2020, representando 3,38 % de seu patrimônio líquido, no Fundo de Investimento Caixa Lameirão Multimercado Crédito Privado. As demonstrações contábeis do fundo investido foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 30 de dezembro de 2020, com abstenção de opinião em razão do Fundo investir em Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) no montante de R\$ 566.814 mil, com respectiva provisão para perdas por redução ao valor recuperável em sua totalidade, cuja provisão foi baseada na Instrução Normativa MPS/SPC Nº34, conforme previsto na Instrução CVM 577/16. Tendo em vista (i) critério adotado pela Administração para determinação e reconhecimento do valor da provisão para perdas por redução ao valor recuperável dessas aplicações; (ii) não cumprimento pelos emissores, dos pagamentos dos fluxos previstos

nos contratos das referidas CCBs; (iii) dos processos de cobrança judicial e extrajudicial das CCBs; e (iv) dos processos judiciais movidos pelos emissores das CCBs que redundaram em depósitos judiciais, indisponíveis ao Fundo, não foi possível obter evidências de auditoria apropriada e suficientes para concluir sobre a adequação do valor da provisão para perdas por redução ao valor recuperável dessas aplicações em 30 de setembro de 2020, nem tampouco determinar os possíveis ajustes que seriam necessários no valor do ativo, patrimônio líquido e resultado do fundo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com modificação.

## ÊNFASE

### Desenquadramento dos investimentos imobiliários

Conforme mencionado em Nota Explicativa nº 6.5 às demonstrações contábeis, a Entidade encontra-se desenquadrada na carteira de imóveis no Plano PRECE I. O percentual alocado é de 21,32% nos Plano PRECE I, superior ao limite de 20% estabelecido pela Resolução CMN nº 4.661/18 para a carteira

imobiliária.

### Déficit atuarial – Plano Prece II

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11, às demonstrações contábeis, o Plano Prece II, no final do exercício de 2020, demonstrou resultado deficitário no montante de R\$ 5.960 mil, o qual de acordo com o relatório do atuário, refere-se à totalidade do déficit apurado na avaliação atuarial do referido exercício e contabilizados em provisões matemáticas a constituir em 31 de dezembro de 2020, no entanto, esse montante ficou abaixo do limite legal de déficit permitido sem equacionamento, que atualmente refere-se ao valor total de R\$ 6.171 mil. Dessa forma, não haverá a necessidade de elaboração e aprovação de novo equacionamento até o final do exercício de 2021. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

### Déficit atuarial – Plano Prece CV

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 10 e 11, às demonstrações contábeis, o Plano Prece CV, no final do exercício de 2020, demonstrou resultado deficitário no montante de R\$ 126.827 mil, o qual de acordo com o relatório do atuário, refere-se à totalidade do déficit apurado na avaliação atuarial do referido exercício e contabilizados em provisões matemáticas a constituir em 31 de dezembro de 2020. De acordo com a Legislação vigente, o montante supracitado ficou acima do limite de déficit permitido sem equacionamento, que atualmente encontra-se em R\$ 33.871 mil, por isso será necessário promover o equacionamento do resultado deficitário, por meio de plano de equacionamento a ser elaborado e aprovado até o final de 2021. Nossa opinião não está sendo ressalvada em função deste assunto.

## OUTROS ASSUNTOS

### Auditoria dos valores correspondentes do exercício anterior

O balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, apresentados com valores correspondentes nas demonstrações contábeis do exercício corrente, foram por nós examinadas, que emitimos relatório de auditoria datado de 12 de março de 2020, contendo ressalvas sobre: i) Desenquadramento dos investimentos imobiliários; ii) Cédula de crédito bancário – CCBs – (Plano Prece, I, II e CV) junto ao Fundo Caixa Guandu Multimercado Crédito Privado – (Plano Prece CV) e Fundo Caixa Alegria Multimercado Crédito Privado - (Plano Prece I e II); e ênfase sobre déficit atuarial – Plano Prece II.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar

- CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade e ou planos de benefícios continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

## PRECE PREVIDÊNCIA

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**

## VOTO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

### Parecer do Conselho Fiscal Sobre as Demonstrações Contábeis da PRECE do Exercício Financeiro de 2020

Em conformidade com o art. 45, §1º, I do Estatuto da PRECE Previdência Complementar, consoante ao que estabelece a letra “j”, do art. 17, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, este Conselho analisou as Demonstrações Contábeis Consolidadas: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) e Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) e as Individuais por Plano de Benefícios: PRECE I, II, III e CV, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL), Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DMAL) e Demonstração das Provisões Técnicas (DPT), do exercício financeiro de 2020, consubstanciado pelo Parecer Atuarial da MERCER Human Resource Consulting Ltda., responsável técnica pelos Planos de Benefícios, assim como pelo Relatório/Parecer da Auditoria Independente emitido pela BDO RCS Auditores Independentes SS. Diante das análises efetuadas, este Colegiado entende que as referidas demonstrações representam a situação patrimonial e financeira da Entidade, dos Planos de Benefícios e do PGA, considerando as Ressalvas e Ênfases do Parecer da Auditoria Independente, devendo ser considerado os seguintes destaques (Ênfases) deste Colegiado:

A) Ratificamos as Ênfases e as Ressalvas apresentadas no Relatório/Parecer da Auditoria Independente BDO, principalmente àquelas relacionadas aos Fundos de Investimentos.

B) Manifestamos a preocupação com a continuidade do Risco de Liquidez do Plano PRECE I, com relação aos seus ativos garantidores e da probabilidade crescente de inadimplências das contribuições extraordinárias, referentes aos equacionamentos dos déficits acumulados.

C) Manifestamos, também, a preocupação com os Planos PRECE II e o Plano CV, em face da manutenção dos déficits crescentes, e a consequente continuidade de Planos de Equacionamentos dos mesmos, sem ocasionar o seu equilíbrio patrimonial.

### Conclusão do Voto

O Conselho Fiscal, diante ao disposto, recomenda ao Conselho Deliberativo, a aprovação das referidas Demonstrações Contábeis de 2020 consolidadas e as individuais dos Planos: Prece I, II, III, CV e do PGA, considerando as ênfases e ressalvas apresentadas pela auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes SS, e as manifestações feitas por este Colegiado.

Rio de Janeiro, 29 março de 2021.

**FÁBIO FRANÇA NUNES**

Presidente do Conselho

**ELDER MUNIZ DA SILVA**

Membro Efetivo Nomeado

**PAULO ALEXANDRE FROLICK**

Membro Efetivo Eleito

**PAULO CEZAR SALDANHA  
DA GAMA RIPPER NOGUEIRA**

Membro Efetivo Nomeado

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 29 DE MARÇO DE 2021 - N° 005/2021

O Conselho Deliberativo da PRECE – Previdência Complementar, na 488ª Reunião Extraordinária, realizada em 29 de março de 2021, em cumprimento às determinações expressas no Artigo 22 e no parágrafo único do Artigo 24 de seu Estatuto, examinou as seguintes matérias apresentadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal, relativas ao exercício de 2020:

- a) Balanço Patrimonial Consolidado comparativo com o exercício anterior;
- b) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS (consolidada) comparativa com exercício anterior;
- c) Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;
- d) Demonstrac o do Ativo Líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- e) Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com exercício anterior;
- f) Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;
- g) Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas;

h) Relatório dos Auditores Independentes; e

i) Parecer do Conselho Fiscal.

Nesse sentido, considerando que:

- 1 – Os documentos descritos nas alíneas “a” a “f” atendem à estrutura e lógica de elaborac o estabelecidas e delimitadas por meio de Instruções da PREVIC e de Resoluções do CNPC;
- 2 – As notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas atendem aos quesitos legais e normativos em vigor;
- 3 – Em relação ao Relatório dos Auditores Independentes, a Diretoria da PRECE será instada a adotar todas as medidas necessárias ao definitivo saneamento das ênfases e ressalvas consignadas;
- 4 – Quanto ao Parecer do Conselho Fiscal, todos os apontamentos consignados serão objetos de recomendação à Diretoria da PRECE, no sentido de que sejam tomadas medidas de superação,

**Delibera:**

**Aprovar** as demonstrações contábeis da PRECE relativas ao exercício de 2020, salientando-se as considerações deste Conselho constantes da presente Deliberação e mantendo-se as ênfases e ressalvas apontadas pela auditoria independente e ratificadas pelo Conselho Fiscal, tendo em vista que as Demonstrações Contábeis, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho Fiscal corroboram com exatidão as contas da Entidade.

Em 29 DE MARÇO DE 2021.

**SIDNEY DO VALLE COSTA**

Presidente do Conselho Deliberativo

## PRECE PREVIDÊNCIA

## PAGAMENTO DA SEGURADORA PARA EFPC QUE NÃO SEJA A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO

PRÓ-LABORE SEGURO 2020	
COMPETÊNCIA	R\$
jan/20	R\$ 3.248,51
fev/20	R\$ 3.155,72
mar/20	R\$ 3.074,24
abr/20	R\$ 3.096,57
mai/20	R\$ 3.038,43
jun/20	R\$ 3.025,87
jul/20	R\$ 3.029,19
ago/20	R\$ 2.998,15
set/20	R\$ 3.425,15
out/20	R\$ 3.392,93
nov/20	R\$ 3.326,98
dez/20	R\$ 3.281,33
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 38.093,07</b>

PRÓ-LABORE ODONTOPREV 2020	
COMPETÊNCIA	R\$
jan/20	R\$ 2.596,17
fev/20	R\$ 2.596,17
mar/20	R\$ 2.585,02
abr/20	R\$ 2.581,84
mai/20	R\$ 2.185,24
jun/20	R\$ 2.325,41
jul/20	R\$ 2.299,93
ago/20	R\$ 2.290,37
set/20	R\$ 2.285,59
out/20	R\$ 2.285,59
nov/20	R\$ 2.298,33
dez/20	R\$ 2.299,93
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 28.629,59</b>

## GLOSSÁRIO

### BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil de periodicidade anual, comparativa com o ano anterior, que se destina a evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a posição patrimonial e financeira da entidade, de acordo, com a resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011.

Sua constituição é:

**Ativo** - representa os bens e os direitos que a entidade dispõe para honrar os compromissos dos planos de benefícios.

**Passivo** - representa as obrigações que a entidade possui, junto aos Participantes e Terceiros.

**Patrimônio Social** - representa os recursos que a entidade dispõe para fazer frente às suas obrigações, junto aos participantes.

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Apresenta a movimentação do patrimônio social da entidade e as mudanças que ocorreram durante o período, demonstradas por meio de entradas e saídas de recursos. Este quadro é composto das seguintes informações:

#### ITEM A - PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO

São os recursos que a entidade possui no início do ano para cumprir com todas as suas obrigações.

#### ITEM 1 - ADIÇÕES

São recursos que a entidade recebe durante o ano e que aumentam o seu patrimônio.

#### ITEM 2 - DESTINAÇÕES

São as saídas de recursos que ocorrem durante o exercício.

#### ITEM 3 - ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS

Neste item é apresentado o resultado entre as adições e as destinações ocorridas no patrimônio social da entidade.

#### ITEM 4 - OPERAÇÕES TRANSITÓRIAS

Aqui é demonstrado se houve união ou divisão de planos e/ou transferência de planos de uma entidade para a

outra.

#### ITEM B - PATRIMÔNIO SOCIAL - FIM DO EXERCÍCIO

Apresenta a demonstração dos recursos que a entidade possui no final do exercício, destinados a cumprir com suas obrigações.

### DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

Apresenta a atividade administrativa da Entidade e o Fundo Administrativo, demonstrando sua movimentação por meio das receitas, despesas e rendimentos obtidos durante o exercício. É composta das seguintes informações:

#### ITEM A - FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Valor do fundo administrativo no início do exercício.

#### ITEM 1 - CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

São os valores recebidos para pagamento das despesas administrativas

## PRECE PREVIDÊNCIA

**ITEM 2 - DESPESAS ADMINISTRATIVA**

São valores gastos pela entidade para administração dos planos de benefícios.

**ITEM 3 - RESULTADOS NEGATIVOS DOS INVESTIMENTOS**

Representa o resultado negativo obtido com as aplicações dos recursos do fundo administrativo.

**ITEM 4 - SOBRA/INSUFICIÊNCIA**

É a diferença entre receitas e despesas.

**ITEM 5 - CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO**

Aqui os valores são apresentados de acordo com o resultado apresentado no item anterior. Se tiver sobra, aumenta o fundo e, se tiver insuficiência, diminui.

**ITEM B - FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL**

Aqui é apresentado o valor do fundo administrativo no final do exercício.

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)**

Demonstra o ativo líquido do plano, apresentando saldos de contas do ativo e passivo. É um composto das seguintes informações:

**1 - ATIVO**

Representa o valor do patrimônio de que o plano dispõe para pagar os compromissos assumidos.

**2 - OBRIGAÇÕES**

São os pagamentos imediatos e futuros do plano.

**3 - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS**

São valores para pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamentos por morte.

**4 - RESULTADOS A REALIZAR**

Representa os valores pagos em títulos e que se reverterá em dinheiro no futuro.

**5 - ATIVO LÍQUIDO**

Apresenta o montante de recursos que o plano possui para cumprir com o pagamento dos benefícios.

**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)**

Apresenta a movimentação e mudanças ocorridas no ativo líquido de cada plano. Esta demonstração é feita por meio da apresentação de entradas e saídas de recursos. É composta pelas seguintes informações:

**ITEM A - ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO**

Representa o valor disponível para o pagamento dos benefícios prometidos no início de cada ano.

**ITEM 1 - ADIÇÕES**

São os valores aportados para o pagamento dos benefícios do plano.

**ITEM 2 - DESTINAÇÕES**

Benefícios pagos conforme o regulamento do plano.

**ITEM 3 - ACRÉSCIMOS/DECRÉSCIMOS**

Representa o acréscimo ou o decréscimo do montante dos recursos do plano.

**ITEM B - ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO**

Demonstra o valor disponível para o pagamento dos benefícios no final de cada ano.

## PRECE PREVIDÊNCIA

**ITEM C - FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS**

São os valores destinados ao pagamento das despesas administrativas e quitação de empréstimos e financiamento por morte.

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO (DPT)**

Apresenta os valores das obrigações presentes e futuras do plano. É composta das seguintes informações:

**PROVISÕES TÉCNICAS**

Apresenta a soma dos itens de 1 a 5:

**ITEM 1 - PROVISÕES MATEMÁTICAS**

Valores comprometidos com os pagamentos de benefícios de todos os participantes do plano.

**ITEM 2 - EQUILÍBRIO TÉCNICO**

Apresenta a sobra ou falta de recursos do plano.

**ITEM 2.1 - RESULTADOS REALIZADOS**

Sobra ou falta de recursos ao longo dos anos.

**ITEM 2.2 - RESULTADOS A REALIZAR**

Refere-se a valores pagos em títulos e que, no futuro, se transformará em dinheiro.

**ITEM 3 - FUNDOS**

são recursos para garantir a segurança do pagamento dos benefícios.

**ITEM 4 - EXIGÍVEL OPERACIONAL**

Pagamentos que o plano terá que realizar.

**ITEM 5 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**

São pagamentos futuros.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Documento com informações que complementam as demonstrações financeiras e explicam os critérios contábeis utilizados pela entidade, a composição dos saldos de determinadas contas, os métodos de depreciação e os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, entre outros fatores.

As demonstrações são complementadas por notas exepor outros quadros analíticos ou por demonstrações contábeis, que esclareçam a situação patrimonial e os resultados do exercício. As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

**PARECER DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES**

Documento em que o auditor externo expressa sua opinião, de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis quanto ao adequado atendimento, ou não, a todos os aspectos relevantes.

**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS**

É um documento apresentado anualmente que apresenta as seguintes informações:

- 1 - Critérios de alocação de recursos entre os segmentos de renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis, empréstimos a participantes, entre outros itens;
- 2 - Objetivos específicos de rentabilidade para cada segmento de aplicação;-
- 3 - Limites utilizados para investimentos em títulos e valores mobiliários e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica;
- 4 - Limites utilizados para a realização de operações com derivativos;

5 - Avaliação do cenário macroeconômico de curto, médio e longos prazos — estas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo.

## DEMONSTRATIVOS DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Revelam a alocação de recursos da entidade, os limites de alocação atual versus o que foi estabelecido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável, entre outros), a diferença entre a rentabilidade, os segmentos e a meta atuarial da entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

## META ATUARIAL

É uma meta de rentabilidade utilizada como parâmetro para o retorno dos investimentos do fundo, de forma que os eventuais compromissos futuros da entidade possam ser cumpridos.

## PARECER ATUARIAL

É um relatório preparado por uma consultoria atuarial externa, contratada para apresentar estudos técnicos sobre os planos de previdência. Analisa a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, a fixação do plano de custeio e a saúde financeira da entidade, visando a honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros de todos os planos.

## PARECER E VOTO DO CONSELHO FISCAL

Documento que ratifica e aprova as informações e demonstrações contábeis elaboradas e auditadas.

## DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

Aprova as demonstrações contábeis e as notas explicativas.

**PRECE**  Previdência

SEGURANÇA E TRANQUILIDADE PARA O SEU FUTURO